



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

Ofício n.º 2025/203

Ituiutaba, 05 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Tomaz de Oliveira Filho
Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba
Rua 24 n.º 950
Ituiutaba - MG

Assunto: **Encaminha Mensagem n.º 056.**

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Exa. a inclusa Mensagem n.º 056/2025, desta data, acompanhada de projeto de Lei que ***Concede subvenção no exercício de 2025 e dá outras providências.***

Com expressões de apreço e distinta consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,

LEANDRA
GUEDES
FERREIRA:006091
35686

Assinado de forma digital
por LEANDRA GUEDES
FERREIRA:00609135686
Dados: 2025.06.05
11:12:38 -03'00'

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

[Faint, illegible text from the reverse side of the page, appearing as bleed-through.]



Recb: 05/06/2025 13:40
NOME: Vinicius Oliveira e Silva
Assessor Especial
CPF 055.080.546-45

PREFEITURA DE ITUIUTABA

MENSAGEM N. 056/2025

Ituiutaba, 05 de junho de 2025.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Por meio da presente Mensagem, é encaminhado a esse Legislativo Municipal, projeto de lei que autoriza o Executivo a destinar, a Liga Ituiutabana de Futebol – LIF, (CNPJ 18.152.272/0001-72), recursos financeiros à conta do orçamento, do exercício de 2025, no montante de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Os recursos que serão repassados por meio do presente projeto de lei são provenientes de Emenda Impositiva do Vereador Edmar José Alves Machado.

A iniciativa de lei informada por esta mensagem decorre de solicitação formulada no Processo Administrativo n.º 3.416, de 19 de fevereiro de 2025.

Mesmo o recurso estando previsto no orçamento, a Lei 13.019/14, art. 31, II, bem como a Lei Complementar 101/2000, art. 26, exigem lei específica para que o repasse seja realizado diretamente a entidade.

Houve significativa alteração no regramento a respeito do repasse de recursos a entidades do terceiro setor com a entrada em vigor da Lei 13.019/2014.

Sendo assim, a lei poderá garantir o amparo, mas a liberação dos recursos está inteiramente condicionada ao preenchimento dos requisitos legais pela entidade e do enquadramento nas hipóteses de inexigibilidade do chamamento público, o que será verificado em processo administrativo no caso concreto.

Com essas elucidações, encontra-se a matéria em condições de merecer o exame dessa Casa de Leis.

Com os protestos de estima e consideração, renovamos as homenagens devidas aos nobres integrantes dessa Câmara.

Saudações,

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROJETO DE LEI N. XXXX, DE XX DE XXXX DE 2025

Concede subvenção no exercício de 2025 e dá outras providências.

CM/73/2025

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderá conceder subvenção, no exercício de 2025, a Liga Ituiutabana de Futebol (CNPJ 18.152.272/0001-72), mediante celebração de Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo n.º 3.416, de 19 de fevereiro de 2025, provenientes de Emenda Impositiva do Vereador Edmar José Alves Machado.

Art. 2º O valor total da presente lei é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º Fica autorizado abertura de crédito adicional especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal, conjugado com os artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Art. 4º Nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, será tomado como fonte de recursos para fazer face ao crédito adicional especial autorizado por esta lei, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizados em Lei.

Art. 5º A transferência dos recursos será feita depois de celebrado Termo de Fomento entre o Município e a entidade destinatária dos recursos, mediante aprovação de requerimento da entidade beneficiária, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) comprovação da existência legal da entidade;
- b) prestação de contas da aplicação da ajuda financeira anteriormente recebida;
- c) prova de regularidade do mandato de sua diretoria;
- d) demais documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 8.362/2017.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituiutaba, em 05 de junho de 2025.

Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
Prefeitura Municipal de Ituiutaba
Capa de Processo



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUIUTABA

SPCP - SISTEMA DE PROTOCOLO E CONTROLE DE PROCESSOS

Número do Processo: 3416 / 2025

Data de Abertura: 19/02/2025 13:37:34

Contribuinte: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

Órgão Solicitante:

Endereço:

Telefone: (34) 99668-5703

C.N.P.J ou C.P.F: 18.152.272/0001-72

Assunto do Processo: REQUER PROVIDÊNCIA

Complemento do Assunto: CONFORME OFICIO Nº005/2025 SOLICITA-SE POR MEIO DESTA A
CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO E LIBERAÇÃO DE RECURSOS DE EMENDA IMPOSITIVA DO VEREADOR
EDMAR JOSÉ ALVES MACHADO À LIGA ITUIUTABA DE FUTEBOL.

Órgão Responsável: SETOR DE PROTOCOLO

Atendido por: ANA CAROLINA DO NASCIMENTO E AZEVEDO FERREIRA

2
01

REPUBLICA DE COLOMBIA

GOBIERNO NACIONAL

MINISTERIO DE INTERIORES Y JUSTICIA

SECRETARIA DE INTERIORES

BOGOTA, D.C.

FECHA: 1990

ASUNTO:

RESOLUCION

DE

DEL

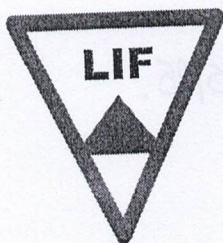
CONSEJO DE ESTADO

DE



SECRETARIA DE INTERIORES





LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

Avenida 31, nº 211 – Centro - ITUIUTABA - MG - CEP 38300-104
Entidade de Direito Privado - Filiada à Federação Mineira de Futebol

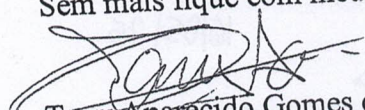
Ofício nº 005/2025

Exma. Senhora
Leandra Guedes Ferreira
Prefeita de Ituiutaba

Com cordiais cumprimentos, vimos a presença de Vossa Excelência solicitar a celebração de termo de fomento e liberação de recursos Emenda Impositiva do Vereador Edmar José Alves Machado à LIF – Liga Ituiutabana de Futebol, conforme LEI N.5.416, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024. O valor a ser destinado é: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme Plano de Trabalho em anexo.

Existe a necessidade de que o repasse do referido Termo seja feito no período entre os meses de março a maio para a utilização no Campeonato Amador de Futebol Série A de Ituiutaba 2025.

Sem mais fique com meus votos de estima e consideração.


Tony Aparecido Gomes de Souza
Presidente da LIF

Ituiutaba, 19 de fevereiro de 2025.

Carteira que atualiza
documentos ps. 71 a 100.
A SMEC, para conferir
e manifestar acerca de
relatório ps. 101.

84.04.25
Thamiris Elias Rosa
Matrícula: 828

A Seção de Gestão de Convênios (SMG):

Cientes. Somos favoráveis.
Informamos, abaixo, os servidores que
serão responsáveis por gerir e por fiscalizar a
execução do objeto do presente Plano de
Trabalho:

Thamiris Souza Pereira
- GESTOR: Lucas Souza Pereira
- Cargo: Chefe da Seção de Fomento ao Esporte
e ao Lazer (SC-03)
- Matrícula: 1580.2
- FISCAL: Andressa Matos Pereira
- Cargo: Assessor III (SC-05)
- Matrícula: 4237

Favor prosseguir.

(13/05/2025)

ERIKAFERRREIRA LIMA FRANCO
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

encaminhado em 15.05 a 105 para
trâmite de acordo com o manual.
Remeto os autos a fiscalização para
emissão de parecer jurídico.

Thamiris Elias Rosa
Matrícula: 828

10 Seção de Convênios,
BOM PRECEITO DE FL. 104/111.
15/05/25

Luiz David Lara Filho
OAB/MG 124.682

A Confederação.
Para impugnação no procedimento em todo.

Thamiris Elias Rosa
Matrícula: 828
16/05/25.

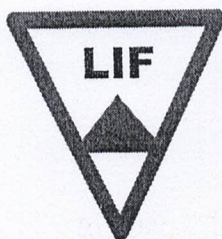
ao site de compra
para compra.

15/05/25.

Adriana Divina Rodrigues
Controladora Geral do
Município

Considerações Superiores
22/05/25

Thamiris Elias Rosa
Matrícula: 828



LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

Avenida 31, n° 211 - Centro - ITUIUTABA - MG - CEP 38300-104
Entidade de Direito Privado - Filiada à Federação Mineira de Futebol

Ofício n° 005/2025

Exma. Senhora
Leandra Guedes Ferreira
Prefeita de Ituiutaba

Com cordiais cumprimentos, vimos a presença de Vossa Excelência solicitar a celebração de termo de fomento e liberação de recursos Emenda Impositiva do Vereador Edmar José Alves Machado à LIF – Liga Ituiutabana de Futebol, conforme LEI N.5.416, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2024. O valor a ser destinado é: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) conforme Plano de Trabalho em anexo.

Existe a necessidade de que o repasse do referido Termo seja feito no período entre os meses de março a maio para a utilização no Campeonato Amador de Futebol Série A de Ituiutaba 2025.

Sem mais fique com meus votos de estima e consideração.

Tony Aparecido Gomes de Souza
Presidente da LIF

Ituiutaba, 19 de fevereiro de 2025.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
18.152.272/0001-72
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
08/03/1988

NOME EMPRESARIAL
LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
LIF

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
93.19-1-99 - Outras atividades esportivas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO
AV TRINTA E UM

NÚMERO
211

COMPLEMENTO

CEP
38.300-104

BAIRRO/DISTRITO
CENTRO

MUNICÍPIO
ITUIUTABA

UF
MG

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
12/05/2021

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 18/02/2025 às 16:06:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

THE SECRETARY OF THE ARMY
WASHINGTON, D. C.

1. NAME OF THE OFFICER	
2. GRADE	
3. BRANCH	
4. REGIMENT	
5. COMPANY	
6. PLATON	
7. BATTALION	
8. DIVISION	
9. CORPS	
10. ARMY	
11. SERVICE NUMBER	
12. DATE OF BIRTH	
13. PLACE OF BIRTH	
14. DATE OF ENTRY INTO SERVICE	
15. DATE OF PROMOTION	
16. DATE OF DEATH	
17. PLACE OF DEATH	
18. CAUSE OF DEATH	
19. GRAVE LOCATION	
20. GRAVE NUMBER	
21. GRAVE SITE	
22. GRAVE SITE NUMBER	
23. GRAVE SITE LOCATION	
24. GRAVE SITE NUMBER	
25. GRAVE SITE LOCATION	
26. GRAVE SITE NUMBER	
27. GRAVE SITE LOCATION	
28. GRAVE SITE NUMBER	
29. GRAVE SITE LOCATION	
30. GRAVE SITE NUMBER	
31. GRAVE SITE LOCATION	
32. GRAVE SITE NUMBER	
33. GRAVE SITE LOCATION	
34. GRAVE SITE NUMBER	
35. GRAVE SITE LOCATION	
36. GRAVE SITE NUMBER	
37. GRAVE SITE LOCATION	
38. GRAVE SITE NUMBER	
39. GRAVE SITE LOCATION	
40. GRAVE SITE NUMBER	
41. GRAVE SITE LOCATION	
42. GRAVE SITE NUMBER	
43. GRAVE SITE LOCATION	
44. GRAVE SITE NUMBER	
45. GRAVE SITE LOCATION	
46. GRAVE SITE NUMBER	
47. GRAVE SITE LOCATION	
48. GRAVE SITE NUMBER	
49. GRAVE SITE LOCATION	
50. GRAVE SITE NUMBER	
51. GRAVE SITE LOCATION	
52. GRAVE SITE NUMBER	
53. GRAVE SITE LOCATION	
54. GRAVE SITE NUMBER	
55. GRAVE SITE LOCATION	
56. GRAVE SITE NUMBER	
57. GRAVE SITE LOCATION	
58. GRAVE SITE NUMBER	
59. GRAVE SITE LOCATION	
60. GRAVE SITE NUMBER	
61. GRAVE SITE LOCATION	
62. GRAVE SITE NUMBER	
63. GRAVE SITE LOCATION	
64. GRAVE SITE NUMBER	
65. GRAVE SITE LOCATION	
66. GRAVE SITE NUMBER	
67. GRAVE SITE LOCATION	
68. GRAVE SITE NUMBER	
69. GRAVE SITE LOCATION	
70. GRAVE SITE NUMBER	
71. GRAVE SITE LOCATION	
72. GRAVE SITE NUMBER	
73. GRAVE SITE LOCATION	
74. GRAVE SITE NUMBER	
75. GRAVE SITE LOCATION	
76. GRAVE SITE NUMBER	
77. GRAVE SITE LOCATION	
78. GRAVE SITE NUMBER	
79. GRAVE SITE LOCATION	
80. GRAVE SITE NUMBER	
81. GRAVE SITE LOCATION	
82. GRAVE SITE NUMBER	
83. GRAVE SITE LOCATION	
84. GRAVE SITE NUMBER	
85. GRAVE SITE LOCATION	
86. GRAVE SITE NUMBER	
87. GRAVE SITE LOCATION	
88. GRAVE SITE NUMBER	
89. GRAVE SITE LOCATION	
90. GRAVE SITE NUMBER	
91. GRAVE SITE LOCATION	
92. GRAVE SITE NUMBER	
93. GRAVE SITE LOCATION	
94. GRAVE SITE NUMBER	
95. GRAVE SITE LOCATION	
96. GRAVE SITE NUMBER	
97. GRAVE SITE LOCATION	
98. GRAVE SITE NUMBER	
99. GRAVE SITE LOCATION	
100. GRAVE SITE NUMBER	



DEPARTMENT OF THE ARMY
OFFICE OF THE SECRETARY
WASHINGTON, D. C.

PLANO DE TRABALHO

1 - IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

RAZÃO SOCIAL: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL				CNPJ nº 18.152.272/0001-72
ENDEREÇO: AV 31 nº 211				BAIRRO: CENTRO
CIDADE: ITUIUTABA	UF: MG	CEP: 38300-104	FONE: 34996685703	LEI DE UTILIDADE PÚBLICA: Nº 3.911
CONTA CORRENTE: 577522992-0	BANCO: CAIXA E FEDERAL		Agência 3171	REGISTRO CMAS:
NOME DO RESPONSÁVEL: TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA				CARGO: PRESIDENTE
DATA VENCIMENTO DO MANDATO: 20/12/2028				FONE CONTATO: 34996685703
2 - Caracterização da Proposta				Duração

A finalidade é utilizar o recurso destinado, para cumprir diversas demandas a que se propõe a Liga Ituiutabana de Futebol. Realizar e fazer cumprir atividades e propostas incumbidas em acordo com o estatuto da entidade. Existe a necessidade do proponente em receber o repasse do recurso antes do final da competição intitulado Campeonato Amador de Futebol Série A de Ituiutaba 2025 que será realizado do dia 09 de março a 01 de junho de 2025.

Justificativa: Sendo a Liga Ituiutabana de Futebol uma associação civil sem fins lucrativos, existe a necessidade de contar com subvenções ou termos de fomento, provenientes do poder público.

Tipo de atividade que pretende desenvolver: Atividades às quais não firam as concordâncias descritas no estatuto da entidade: Planejamento, consultoria, e assessoria desportiva, desenvolvimento, apoio logístico, marketing esportivo e demais atividades ligadas ao desporto municipal. Organizar, dirigir, administrar, coordenar, orientar e supervisionar o desporto amador de Ituiutaba.

Metas/pessoas beneficiadas: Promover e coordenar campeonatos e torneios entre seus filiados, anualmente conforme calendário previamente elaborado, atingindo de forma geral um público masculino e feminino, crianças e adolescentes, adultos e terceira idade, sem distinção de credo, raça, classe social, filiação partidária ou opção sexual.

Identificação Completa da pessoa responsável pela elaboração e execução do Projeto:
Tony Aparecido Gomes de Souza, presidente, brasileiro, divorciado, CPF 01321316682. RG 4621627, Residente e domiciliado na AV 33 nº 364, Setor Sul, CEP: 38.300-030.



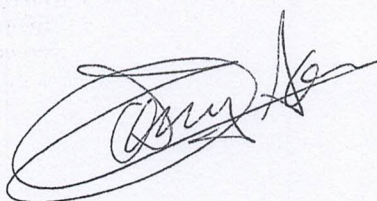
PLANO DE TRABALHO

3 - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 - DEMONSTRATIVO DE CUSTOS SOLICITADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

CUSTOS DE INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO

ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		CUSTOS EM R\$ 1,00	
	UNIDADE	QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
MATERIAL ESPORTIVO: UNIFORMES (CAMISETAS, CALÇÕES, MEIÕES) PARA TIMES DE FUTEBOL - BANDEIRINHAS DE CANTO PARA ESCANTEIOS - PLACA DE SUBSTITUIÇÃO ELETRÔNICA OU MANUAL - BOLAS - APITOS - CARTÕES AMARELOS E VERMELHOS - CAMISETAS E CALÇAS DE UNIFORME (PASSEIO) - REDES PARA GOLS, BOLSAS PARA UNIFORMES - BOLSAS PARA UTILIZAÇÃO DE MATERIAL MÉDICO (BOLSAS DE MASSAGISTAS QUE ATENDEM OS ATLETAS DURANTE AS PARTIDAS) - CAIXAS TÉRMICAS PARA COLOCAÇÃO DE GARRAFAS COM ÁGUA E GELO - GARRAFAS PARA COLOCAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ÁGUA - TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES DAS EQUIPES E ATLETAS MEDIANTE SUAS COLOCAÇÕES NAS COMPETIÇÕES.				
TOTAL				R\$ 100.000,00



PLANO DE TRABALHO

4. - Cronograma de desembolso

4.1 - CONCEDENTE

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
-	-			R\$ 100.000,00	-	
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
-	-			-	-	-

4.1.1 - CONCEDENTE (Nº PESSOAL)

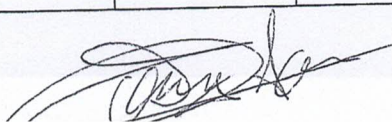
Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	-	-	-	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-

4.2 - PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	-	-	-	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-

4.2.1 - PROPONENTE (PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO E PRÉDIO)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	-	-	-	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-



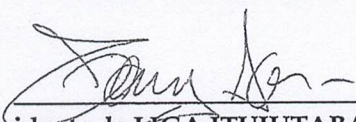
PLANO DE TRABALHO

5 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à **Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, para os efeitos e sob as Penas da Lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação inadimplência no Município ou em qualquer órgão ou entidade da **Administração Pública Estadual e Federal**, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, do Estado e do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Ituiutaba em 18 de fevereiro de 2025.


Presidente da LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
2º Partícipe

6 – APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

APROVADO:

Ituiutaba em 18 de fevereiro de 2025.

LEANDRA GUEDES FERREIRA
Prefeita de Ituiutaba
1º Partícipe

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it is the first official communication from the President to the Congress since the inauguration of Abraham Lincoln.

THE PRESIDENT OF THE UNITED STATES

TO THE CONGRESS OF THE UNITED STATES

January 1, 1861

The President of the United States has the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 29th inst., and in reply to inform you that the same has been forwarded to the proper authorities for their consideration.

REPORT OF THE SECRETARY OF THE INTERIOR



Presented to the Senate and House of Representatives

January 1, 1861

Department of the Interior

The Secretary of the Interior has the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 29th inst., and in reply to inform you that the same has been forwarded to the proper authorities for their consideration.

The Secretary of the Interior has the honor to acknowledge the receipt of your letter of the 29th inst., and in reply to inform you that the same has been forwarded to the proper authorities for their consideration.

BY THE SECRETARY OF THE INTERIOR

FICHA CADASTRAL

EXERCICIO 2025

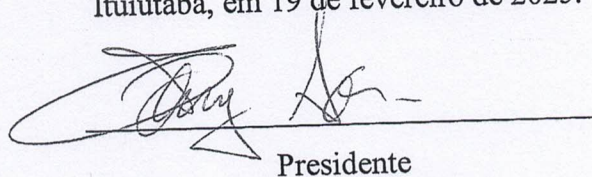
I – IDENTIFICAÇÃO

01 – Entidade: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
02 – CNPJ: 18.152.272/0001-72
03 – Endereço: AV 31
04 – CEP: 38.300-104
05 – Bairro: CENTRO
06 – Telefone: 34-99668 5703
07 – Fax: -----
08 – Site: lifituiutaba.com
09 – E-mail: liga.ituiutabana48@hotmail.com

II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

10 – Nome: TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA
11 – CPF: 01321316682
12 – RG: 4621627
13 – Posse: 22/12/2020
14 – Endereço: AV 33 Nº 364
15 – Bairro: SETOR SUL
16 – Telefone: -----
17 – Celular: 34 - 996685703

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente

CPF 01321316682

3ª ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
CNPJ: 18.152.272/0001-72

Para efeitos meramente didáticos, este Estatuto reconhece as seguintes siglas:

- I- LIF, Liga Ituiutabana de Futebol;
- II- FMF, Federação Mineira de Futebol;
- III- CBJD, Código Brasileiro de Justiça Desportiva;
- IV- CND, Conselho Nacional de Desportos;
- V- CBF, Confederação Brasileira de Futebol;
- VI- CJD, Comissão de Justiça Desportiva;
- VII- TJD, Tribunal de Justiça Desportiva;
- VIII- STJD, Superior Tribunal de Justiça Desportiva;
- IX- AGO, Assembleia Geral Ordinária;
- X- AGE, Assembleia Geral Extraordinária;
- XI- CF, Conselho Fiscal;



CAPÍTULO I

DA LIGA, SEDE E FINS

Art. 1º. Por deliberação das associações desportivas sediadas no Município de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais, foi fundada no dia seis de dezembro de 1948 a Liga Ituiutabana de Futebol, sendo conhecida por seu designativo LIF.

Art. 2º. A Liga Ituiutabana de Futebol, inscrita no CNPJ sob o nº 18.152.272/0001-72, é uma associação civil sem fins lucrativos, com sede na Avenida trinta e um, nº 211, centro, CEP: 38.300-104, sito em Ituiutaba/MG, com os objetivos precípuos de dirigir, administrar, coordenar, orientar e supervisionar o desporto amador, proporcionando a prática de esporte aos atletas inscritos em seus respectivos clubes e lazer, entretenimento e educação à comunidade local.

§ 1º. A Liga Ituiutabana de Futebol é uma associação civil, filantrópica, sem fins lucrativos, podendo, contudo, prestar serviços na área de planejamento, consultoria e assessoria desportiva às pessoas jurídicas de direito público e de direito privado, bem como, desenvolvimento, apoio logístico, marketing esportivo e infra-estrutura de ações políticas, e atividades ligadas ao desporto municipal e ou regional de maneira geral, devendo os recursos advindos de eventuais prestações de serviços serem utilizados exclusivamente para o alcance de seus objetivos estatutários e programáticos.

§ 2º. Para a consecução de seus objetivos a LIF não fará distinção de credo, raça, classe social, filiação partidária ou opção sexual.

§ 3º. A Liga Ituiutabana de Futebol, tem seus poderes, organização, competência e finalidades, disciplinados por este Estatuto Social e supletivamente, pelo Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), seu Regimento Interno e diretrizes, orientações e regulamentos baixados pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e Federação Mineira de Futebol (FMF).

Amélia
Meo

Seo Carlos da Silva Aguiar

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.610

Adilson Pereira

EM BRANCO

SRTDPJ - ITUIUTABA-MG



§4º. A admissão, exclusão e suspensão de associadas, bem como a eleição para preenchimento de seus cargos eletivos, se dará na forma deste Estatuto em estrita observância à lei civil naquilo em que for aplicável.

§ 5º. O pavilhão da Liga tem o formato de quadrado.

§6º. A Liga será conhecida e reconhecida por suas insígnias, bandeiras, uniformes e pavilhão, nas cores verde e branca.

§ 7º. A Liga Ituiutabana de Futebol aplicará integralmente suas rendas, recursos e eventual lucro na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos institucionais no território nacional.

§ 8º. Não serão remunerados, bem como não serão concedidos benefícios ou vantagens, por qualquer forma ou título, a seus Diretores, sócios, Conselheiros, Instituidores, benfeitores ou equivalentes.

§ 9º. Não serão distribuídos resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

§ 10º. O descumprimento do teor dos parágrafos 7º a 9º deste artigo incidirá em gestão temerária, culminando na responsabilização solidária e ilimitada dos dirigentes da entidade desportiva, na forma da lei e ou do Estatuto Social.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º. Constituem objetivos sociais e estatutários da Liga Ituiutabana de Futebol:

- I – organizar, dirigir, administrar, coordenar, orientar e supervisionar o desporto amador de Ituiutaba em suas diversas modalidades;
- II – organizar e administrar campeonatos municipais de futebol amador em todas as categorias existentes, desde “fraldinhas”, pré-mirim, mirim, juvenil, júnior, amador adulto, veterano e feminino.
- III - representar o Desporto Municipal junto à sociedade e a Prefeitura Municipal;
- IV - promover e coordenar campeonatos e torneios entre seus filiados, anualmente conforme calendário previamente elaborado;
- V - cumprir e fazer cumprir pelas suas associadas e dirigentes destas, as deliberações e resoluções do Conselho Nacional dos Desportos (CND), da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da Federação Mineira de Futebol (FMF);
- VI - zelar pela correta aplicação das regras esportivas oficiais dos desportos que dirige;
- VII - manter arquivos regulares e atualizados de inscrição e registro dos atletas inscritos nas Associações filiadas à LIF, e remeter no prazo legal, à Federação Mineira de Futebol a documentação necessária para o registro dos atletas destas, junto à FMF;
- VIII – manter permanentes e estreitas relações de independência com os órgãos públicos, disponibilizando-se, entretanto, para cooperar nas proposições e políticas de interesse da sociedade como educação, desporto, cultura, lazer e inclusão social;



Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

Vanilla
Melo

João

João

João

João

João

João

João

João

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

EM BRANCO

SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

IX – prestar serviços pertinentes ao esporte, seja nas áreas de assessoria, consultoria, planejamento, logística, marketing esportivo e infra-estrutura, podendo, inclusive contratar prestação de serviços de conservação, manutenção e reforma de patrimônio público ou privado, destinado à prática desportiva;

X – celebrar convênios, contratos e parcerias com órgãos públicos e ou empresas privadas objetivando o fomento e o apoio às atividades institucionais de interesse público, culturais, educativas, desportivas e de lazer;

XI – colaborar com os órgãos públicos em campanhas educativas, sanitárias e desportivas de interesse social, preservando a entidade de vinculações partidárias;

XII – contratar a administração e ou gerência para eventos esportivos próprios, públicos e ou privados;

XIII – incentivar e promover a prática de esporte como medida educacional que aproxima pessoas, preserva a saúde, promove a cidadania, protege crianças e adolescentes e combate a criminalidade;

XIV – estabelecer com as autoridades constituídas relação de respeito e disponibilidade de servir como indutora de práticas saudáveis de convivência e promoção social;

XV – promover atividades esportivas e educacionais junto às entidades da vida civil e militar, voltadas ao apaziguamento social;

XVI – incentivar a prática de esportes em suas diversas modalidades como oportunidades para a efetiva inclusão social;

XVII – Desenvolver projetos e programas de inclusão social que objetive o combate à criminalidade que envolva a criança e o adolescente, na busca da afirmação de sua cidadania, incentivando-o a priorizar a vida escolar e às práticas saudáveis da vida;

XVIII – Celebrar convênios com órgãos públicos para a divulgação de campanhas de combate a endemias e a criminalidade de maneira geral.

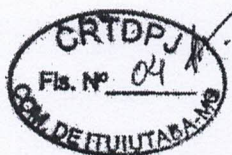
Parágrafo único: A Liga Ituiutabana de Futebol poderá coordenar eventos, torneios e ou atividades esportivas de entidades civis, sociais, religiosas ou empresariais.

CAPÍTULO III

DAS ASSOCIADAS

Art. 4º. Poderão fazer parte do quadro de associadas da Liga, toda associação desportiva de futebol amador, sediada no Município de Ituiutaba, MG, ou nos Municípios vizinhos onde não existam Ligas de Desportos, regularmente registrada nos órgãos próprios e que esteja em dia com suas obrigações desportivas e se comprometa a cumprir as normas contidas neste Estatuto e na legislação desportiva brasileira.

§1º. Os direitos da associação filiada à Liga Ituiutabana de Futebol: serão exercidos pelo seu representante legal regularmente eleito, ou por quem o represente através de procuração com poderes específicos para aquele ato, cuja outorga deverá ser reconhecida pela Secretaria da LIF, procuração essa que exerce o direito exclusivo técnico; exceto para o exercício do voto em Assembléia Geral eletiva cujo direito de



Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

voto é pessoal e intransferível e deve ser exercido somente pelo Presidente em exercício.

§ 2º. A associada exercerá seus direitos perante a Liga através de seu presidente, mas as obrigações decorrentes de sua condição de associada, porém, poderão alcançar a associação, por atos praticados por quaisquer de seus dirigentes.

Art. 5º. A Liga Ituiutabana de Futebol será administrada por uma Diretoria, composta por um Presidente e um Vice-Presidente, eleitos em eleições livres e democráticas, através do sufrágio universal.

Art. 6º. A Liga Ituiutabana de Futebol tem personalidade distinta de suas associadas não respondendo estas, direta nem indiretamente pelas obrigações daquela.

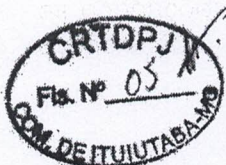
Art. 7º. A Liga Ituiutabana de Futebol suportará os custos das despesas com deslocamentos, transportes, alimentação, estadia e outros, que forem realizados em atendimento às suas demandas, desde que devidamente comprovados por documentos hábeis.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES E DOS DIREITOS DAS ENTIDADES ASSOCIADAS

Art. 8º. São deveres das associações filiadas à Liga:

- I- cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- II- respeitar, cumprir e fazer cumprir as deliberações da Assembléia Geral;
- III - zelar pelo bom nome da LIF;
- IV - defender o patrimônio e os interesses da LIF;
- V - cumprir e fazer cumprir o regimento interno;
- VI - comparecer através de seu representante legal e votar por ocasião das eleições; -manter em dia as contribuições sociais devidas na condição de associação;
- VIII- denunciar à Assembléia Geral toda e qualquer irregularidade verificada dentro da LIF, para as providências que o caso exigir.



Art. 9. São direitos das associações filiadas à LIF:

- I - através de seu representante legal, votar e ser votado nas eleições convocadas pela LIF, na forma prevista neste estatuto;
- II - participar de campeonatos, torneios e ou outras atividades promovidas pela LIF, desde que em dia com suas obrigações legais, estatutárias e regimentais;
- III- gozar dos benefícios oferecidos pela entidade na forma prevista neste Estatuto;
- IV - indicar seu representante para concorrer aos cargos eletivos na LIF;
- V - recorrer à Assembléia Geral contra atos considerados abusivos, arbitrários ou ilegais praticados pela Diretoria ou do Conselho Fiscal;

300 Contas de Silvio Aguiar

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

VI - requerer, fundamentadamente junto à Secretaria da LIF, acesso e cópia de documentos de seu interesse, desde que tenha legítimo interesse e esteja no gozo das prerrogativas de Associada;

VII - indicar representante para participar do controle interno da LIF;

IX - ter acesso às contas prestadas pelos Dirigentes da LIF;

Art. 10. O acesso aos direitos previstos neste Estatuto é reservado somente às entidades associadas à LIF, quites com suas obrigações financeiras e estatutárias;

§ 1º. O direito de acesso, aos cargos eletivos da LIF não são cumulativos, sendo expressamente vedada a representação eletiva e o exercício de mais de um cargo ao mesmo tempo.

§ 2º. O acesso às contas prestadas, contratos, convênios e parcerias firmadas pela LIF poderá ser concedido a terceiros, observado o disposto no art. 5º do Código Civil e art. 11, § 1º da Lei Federal nº 12.527/2011.

Art. 11. A admissão de novas associadas se dará mediante requerimento expresso, preenchido pelo seu representante legal que fará prova desta condição no ato de seu pleito, declarando, neste ato, que conhece os termos deste estatuto e que se põe de acordo com ele, aguardando a análise de seu pedido e eventual deferimento pela Diretoria Executiva, que se dará no prazo de 10 (dez) dias contados do protocolo.

Parágrafo único. No caso de deferimento do requerimento da candidata a associada, será esta imediatamente comunicada pela Diretoria Executiva, para no prazo de 72 (setenta e duas) horas, apresentar junto à Secretaria da Liga Ituiutabana de Futebol os seguintes documentos:



- I - Estatuto de fundação da Associação candidata a associada, devidamente registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas;
- II - cópia da ata de eleição e posse da Diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro das Pessoas Jurídicas;
- III - certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à municipalidade;

Art. 12. É direito da Associação filiada, desligar-se da Liga quando julgar oportuno e necessário, protocolando junto à secretaria desta o seu pedido, juntando, no mesmo ato, comprovação de quitação de suas obrigações sociais junto à entidade.

Art. 13. A exclusão da Associação filiada à Liga poderá ocorrer quando ela ou qualquer de seus dirigentes:

- I - incorrer em grave violação às normas estatutárias;
- II - difamar a Liga, seu Presidente, suas filiadas ou membros de sua Diretoria;
- III - promover, incentivar, participar ou permitir a ocorrência de atividades que contrariem decisões da Assembléia Geral;
- IV - negar cumprimento às decisões da Justiça Desportiva em quaisquer de suas instâncias;
- V - incidir em conduta ilícita que seja incompatível com o espírito desportivo;

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

VI – incorrer como faltoso contumaz no pagamento das contribuições associativas;

VII – a Associação filiada que for excluída somente poderá ser readmitida nos quadros da Liga por decisão da Assembléia Geral e comprovação do pagamento de seu debito junto à tesouraria da Liga.

Parágrafo único: A exclusão da Associada do quadro de filiadas será feita mediante processo administrativo instaurado pela Diretoria Executiva e homologado pelo Comissão de Justiça Desportiva - CJD, garantindo à acusada o devido processo legal, com amplo direito de defesa.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS

Art. 14. Os órgãos políticos e administrativos da Liga são autônomos, harmônicos e independentes entre si, na forma seguinte:

- I – a Assembléia Geral;
- II – a Comissão de Justiça Desportiva;
- III – a Presidência;
- IV – o Conselho Fiscal;
- V – a Diretoria.



DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 15. A Assembléia Geral é o órgão máximo, soberano e deliberativo da Liga e será composta pelo colegiado de presidentes das associações filiadas à Liga em dia com suas obrigações sociais e estatutárias e, na data de sua realização não esteja cumprindo punição administrativa imposta por qualquer um de seus órgãos.

Art. 16. A Assembléia Geral que poderá ser ordinária (AGO) ou extraordinária (AGE), será presidida pelo Presidente da Liga que nomeará tantos auxiliares quantos forem necessários para atuar como apoio às atividades delas.

Art. 17. A Assembléia Geral reunir-se-á:

I – ORDINARIAMENTE (AGO):

- a) de 04 (quatro) em 04 (quatro) anos, para eleger a Presidência da Liga;
- b) no mês de janeiro de cada ano para conhecer, analisar e aprovar a proposta orçamentária para fazer frente às atividades da Liga naquele exercício fiscal e deliberar sobre o calendário dos campeonatos organizados e administrados pela Liga;
- c) até mês de março de cada ano para conhecer, analisar e aprovar a execução orçamentária do ano anterior.

II – EXTRAORDINARIAMENTE (AGE):

- a) a qualquer tempo, no surgimento de questões relevantes que a critério da Presidência justifique sua convocação;

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

Assinado por Nelson Teixeira Rosa

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

- b) para apreciar processo de suspensão ou expulsão de entidade Associada; e,
c) para promover alteração estatutária.



CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL

Art. 18. A convocação de Assembléia Geral Ordinária e ou Extraordinária é ato privativo do Presidente da Liga.

§ 1º. Esgotado o prazo para a convocação da Assembléia Geral, seja para AGO ou AGE e omitindo o Presidente na sua obrigação estatutária sem motivo fundamentado, poderá esta convocação ser promovida por 1/5 das entidades Associadas, através de seus legítimos representantes desde que a promova na forma deste Estatuto.

§ 2º. A convocação promovida pelos representantes das entidades Associadas previsto no parágrafo antecedente obedecerá ao mesmo procedimento previsto neste Estatuto sob pena de nulidade.

§ 3º. A AGO ou a AGE quando convocada pelas Associadas, será instalada e dirigida por um dos subscritores da convocatória escolhido dentre eles, cuja escolha deverá ser registrada em ata.

§ 4º. Eventuais nulidades apuradas na convocação da Assembleia Geral induzirão, por razões lógicas jurídicas, à nulidade das deliberações desta Assembléia Geral.

§ 5º. É vedada a convocação de Assembléia Geral pelo Vice-Presidente se este não estiver no regular exercício da Presidência.

§ 6º. A instalação da Assembléia Geral Extraordinária exigirá, na primeira chamada, quórum de instalação de 3/4 (três quartos) do número de associadas, e, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, qualquer número de associadas presentes.

Art. 19. Compete exclusivamente à Assembléia Geral:

- I – eleger e dar posse à Presidência da LIF;
- II – aprovar o orçamento anual da LIF;
- III – analisar em sede recursal toda e qualquer punição aplicada pela Diretoria da LIF;
- IV – referendar a celebração de contratos e convênios firmados pelo Presidente;
- V – excluir e suspender entidade Associada acusada de desobediência às normas legais, estatutárias e decisões de órgãos colegiados previstos neste Estatuto;
- VI – decidir pela deliberação de 3/4 de seus associados pela dissolução da LIF;
- VII – aprovar pelo voto de maioria simples as alterações propostas em seu Estatuto Social;
- VIII – instaurar, instruir e decidir processo administrativo em face de ato de gestão temerária praticado pelo Presidente ou qualquer membro da Diretoria Executiva;
- IX – convocar a qualquer tempo, através da assinatura de no mínimo 1/5 (um quinto) das Associações filiadas o Presidente da Liga para prestar contas de

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

Dawela
Melo

Zenó Carlos da Silva Aguiar

Robson Teixeira Rosa

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

ato ou fato certo e determinado, que por sua importância jurídica possa colocar em risco o nome e o patrimônio da Liga;

X – delegar poderes especiais ao Presidente, quando for o caso;

XI – aprovar o Regimento Interno da Liga;

XII – destituir a Presidência nos casos e na forma prevista neste Estatuto;

XIII – julgar as contas prestadas pela Presidência.

Art. 20. A Associada, através de seu Presidente, tem direito a um voto na Assembleia Geral Ordinária, desde que em dia com as suas obrigações, sendo este voto pessoal e intransferível, vedado o voto por procuração.

Parágrafo único. O Presidente da Assembleia Geral exercerá o voto de qualidade quando ocorrer empate na votação em pauta, exceto quando tratar-se de eleição para a Presidência, oportunidade em que, havendo empate entre os candidatos considerar-se-á eleito o candidato mais velho.

Art. 21. A Assembleia Geral Ordinária será convocada pelo Presidente por meio de Edital publicado em veículo de comunicação regional de grande circulação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias da data do evento previsto.

§1º. Tratando-se de eleições regulares para a eleição da Presidência o Edital deverá consignar a forma, local e condições de inscrição dos candidatos, informando data, local, horário de primeira e segunda convocações, e término previsto para a colheita dos votos, bem como a forma, hora e local da apuração, bem como:

- I** – os prazos para regularizar eventuais pendências dos interessados em participar, tanto na qualidade de candidatos quanto de eleitores;
- II** – havendo oportunidade de quitação de contribuições ou apresentação de documentos, o prazo mínimo e a forma de fazê-lo;
- III** – o nome dos componentes da Junta eleitoral;

§2º. No caso de eleições regulares a publicação do Edital previsto no *caput* deste artigo, deverá ser repetida por 3 (três) vezes, devendo, a última republicação ser feita em tempo hábil para que qualquer eleitor possa promover sua regularização de modo a readquirir o direito ao voto, caso seja de seu interesse.

§3º. Tratando-se de convocação para atender ao disposto nas alíneas "b" e "c" do inciso I do Art. 18 deste Estatuto, deverá o Edital ser levado à publicação por 03 (três) vezes, sendo a primeira com a antecedência de 30 (trinta) dias da data do evento objeto da convocação, devendo nele, contudo, constar a pauta, o local, e o horário de início da primeira e segunda convocação.

§ 4º. Tratando-se de convocação para atender ao disposto no parágrafo 2º do Art. 18 deste Estatuto, poderá ser o Edital ser levado à publicação uma única vez com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do evento objeto da convocação, devendo, contudo, nele constar a pauta, o local, e o horário de início da primeira e segunda convocação.

Art. 22. A Assembleia Geral Ordinária se instalará, em primeira convocação no local e horário previamente designado com a presença da maioria absoluta de Associações filiadas, regularmente credenciadas e em dia com suas obrigações estatutárias, e, em



Daniel Melo

João Paulo da Silva Aguiar

Hudson de Freitas
OAB/MS 94.510

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

segunda convocação, 30 (trinta) minutos após a primeira convocação, com qualquer número de associadas presentes.

Art. 23. Somente poderão participar das Assembleias Gerais, as entidades Associadas que estiverem de posse do Alvará de Funcionamento emitido pelo FMF (Federação Mineira de Futebol), conforme legislação vigente e sem pendências financeiras junto à Liga, até 03 (três) dias anteriores à publicação da listagem das Associadas em condições de voto.

Art. 24. Das decisões da Assembléia Geral caberá recursos à Diretoria da FMF, no prazo de 05 (dias) após a publicação do ato impugnado, prazos estes, contados segundo o disposto na lei processual civil brasileira.

CAPÍTULO V

DA PRESIDÊNCIA



Art. 25. A Presidência da Liga é exercida por um Presidente eleito através de eleições livres e democráticas, em chapa completa previamente inscrita, contendo um candidato a Presidente e um candidato a Vice-Presidente em Assembléia Geral especificamente convocada para este fim.

Parágrafo único. O Vice-Presidente assumirá a Presidência, no caso de licença, renúncia ou cassação do Presidente, ou nos casos extraordinários em defesa dos interesses da Liga.

Art. 26. Somente pode ser candidato a Presidente ou a Vice-Presidente da Liga quem:

- I— for brasileiro nato ou naturalizado;
- II— for maior de 18 (dezoito) anos em dia com suas obrigações civis;
- III— residir no Município de Ituiutaba;
- IV— exibir certidões negativas de débitos fiscais com a fazenda pública municipal, estadual ou federal, bem como criminais, desta e das demais comarcas por onde residiu nos últimos cinco anos.

Art. 27. Ao Presidente cabe representar a Liga, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, judicial ou extrajudicialmente, podendo, entretanto, nos casos em que a lei permitir, outorgar procuração ou carta de preposição a terceiros, para, representar a entidade.

Parágrafo único. Ao Vice-Presidente compete as mesmas atribuições do Presidente, desde que, este esteja no regular exercício da Presidência.

Art. 28. O Presidente licenciado temporariamente pode reassumir o seu mandato a qualquer tempo, mas a cassação induz à perda definitivamente do direito ao seu exercício, desde que a deliberação que o cassou não tenha recebido efeito suspensivo pelas instâncias desportivas superiores.

Art. 29. Em caso de renúncia do Presidente da Liga, assumirá a presidência o Vice-Presidente até a realização de eleições regulares.

Art. 30. Compete ao Presidente da Liga:

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

João Carlos da Silva Aguiar

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

I- administrar a Liga lançando mão de todos os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis para alcançar os objetivos da entidade;

II - representar a Liga ativa e passivamente, administrativa, judicial ou extrajudicialmente, perante órgãos públicos e privados, instituições públicas e privadas, entidades civis, militares e eclesiásticas;

III - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, leis e regulamentos aplicáveis às atividades da Liga, bem como as decisões emanadas dos órgãos competentes, do CND, CBF e da FMF;

IV- nomear por período coincidente com o seu mandato, o Secretario Geral, o primeiro e segundo Tesoureiro e os Diretores de departamento, assim como dispensá-los quando julgar oportuno;

V- conceder licença quando justificadas, por período não excedente a 30 (trinta) dias ao Vice-Presidente da Liga, aos Diretores e seus servidores em geral;

VI - estabelecer, de acordo com a receita orçamentária e financeira da Liga, a política de remuneração regular de seus funcionários, determinando a setor competente, rigorosa observância quanto às obrigações fiscais e previdenciárias destes;

VII - suspender o funcionário da Liga quando necessário;

VIII - apresentar à Assembleia Geral a proposta orçamentária para análise e aprovação, pedindo, quando for o caso, a abertura de crédito especial ou suplementar após parecer do Conselho Fiscal;

IX - realizar as contratações no interesse dos objetivos da Liga;

X - organizar o balanço anual submetendo-o à apreciação do Conselho Fiscal para a emissão de parecer;

XI - apresentar anualmente à Assembleia Geral a competente Prestação de Contas;

XI - fiscalizar as Associações filiadas quanto às condições destas de permanecer associadas à Liga, verificando se perduram as condições exigidas quando de sua admissão ao quadro de associadas;

XII - decidir os requerimento e pedidos de reconsideração de suas próprias decisões quando o objeto destas não for objeto de recurso junto a outras instâncias;

XIII - aplicar as penalidades administrativas prevista na Legislação da Liga no âmbito de sua competência;

XIV - analisar a pertinência da ocorrência de jogos do campeonato, levando em consideração o parecer do Departamento respectivo;

Xv - instituir prêmios para serem distribuídos nos campeonatos ou torneios oficiais tendo em vista a disponibilidade orçamentária da Liga;

XVII - organizar, através do Departamento respectivo, o seu quadro de árbitros e demais autoridades, observando os normativos e as leis aplicáveis;

XVIII - instaurar sindicância e ou inquérito, de ofício ou a requerimento de Associada, para apurar ato ou fato de interesse da Liga, de suas Associadas ou do bom nome destas entidades;

XIX - designar Comissão para a edição do competente regimento interno da Liga, nele discriminada as atribuições de seus Diretores e funcionários em geral;



Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

EM BRANCO

SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

EM BRANCO

XX -- representar ao conhecimento do órgão competente a existência de atos ou fatos que ensejam infrações, quando não for de sua competência estatutária;

XI -- conceder licença para jogos amistosos sem prejuízo para a tabela do campeonato, salvo disposições restritivas constantes do regulamento do respectivo campeonato;

XXIII -- assinar, juntamente com o Tesoureiro da Liga, cheques e outros documentos de interesse da Liga;

XXIV -- convocar os diversos órgãos da Liga quando suscitar alguma necessidade;

XXV -- assinar convites, diplomas, termos de abertura e encerramento de livro de registro de atas e rubricando-o em todas as suas páginas;

XXVI -- encaminhar ao poder competente as questões de interesse que não seja de sua alçada estatutária;

XXVII -- colaborar com os poderes públicos quando o assunto for educação, esporte, lazer, entretenimento e inclusão social;

XXVIII -- nomear comissões que entender necessárias ao fiel desempenho das funções da Liga e dissolvê-las quando julgar conveniente;

XXIX -- aprovar tabelas e regulamentos dos campeonatos e torneios ouvida a Assembleia dos Clubes, submetendo-os posteriormente, ao exame e aprovação da FMF;

XXX -- presidir as reuniões da Assembleia Geral.

XXXI -- firmar, em nome da Liga, contratos e convênios para a transferência de recursos financeiros e ou prestação de serviços, quando for o caso;

XXXII -- nomear o representante da Liga junto à Federação Mineira de Futebol;

XXXIII -- nomear, substituir, demitir ou exonerar diretores e funcionários da Liga quando os interesses da Liga o exigir;

XXXIV -- dar posse aos membros da Comissão de Justiça Desportiva -- CJD, bem como indicá-los naqueles casos em que haja omissão na indicação por parte dos responsáveis previstos no art. 50 deste Estatuto;

XXXV -- instituir e nomear, uma Comissão Financeira e Orçamentária composta de 03 (três) membros escolhidos dentre os presidentes de entidades Associadas, com poderes consultivos e ou deliberativos em matéria orçamentária e financeira, para orientação da presidência.

DO VICE-PRESIDENTE

Art. 31. Ocorrendo a vacância no cargo de Presidente da Liga, caberá ao Vice-Presidente o exercício da Presidência até o final do mandato.

Art. 32. Compete, ainda, ao Vice-Presidente da Liga o assumir o exercício da Presidência da entidade nos eventuais impedimentos do presidente, que o convocará para assumir o cargo.

Art. 33. Na ocorrência concomitante de vacância nos cargos de Presidente e Vice-Presidente, convocar-se-á novas eleições, exceto se faltante 06 (seis) meses e menos para o encerramento do mandato, hipótese em que assumirá a Presidência da Liga o Diretor mais idoso.

Hudson de Freitas
OAB MG 94.510



Wilson Cavalcante

Thiago



DAS ELEIÇÕES

Art. 34. As eleições regulares para a composição da Presidência da Liga serão convocadas na forma de Edital conforme previsto neste Estatuto e sempre através de Assembleia Geral especificamente convocada para esse fim, vedada a discussão ou deliberação de qualquer outra matéria estranha à convocação.

Art. 35. As eleições para a composição da Presidência da Liga se darão exclusivamente por cédula completa contendo o nome do candidato à Presidência e o nome do candidato à Vice-Presidência, através de seu respectivo registro mediante a Junta Eleitoral previamente designada para coordenar o ato.

§ 1º. Nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da Liga, somente se permite uma recondução simultânea para o mesmo cargo.

§ 2º. Para efeito de eleição somente será considerado efetivo exercício de mandato de Presidência ou Vice-Presidência no cargo, de forma intermitente, por 50% (quarenta e cinco por cento) ou mais do período de duração do mandato.

Art. 36. A Presidência da Liga será eleita por autêntico universal no Colégio Eleitoral, composto pelos presidentes das Clubes e ou entidades Associadas à Liga, em seção previamente convocada para esse fim, reservando-se a cada Associação o exercício do direito ao voto, desde que regulamentado em suas próprias estatuições.

Art. 37. A regra nas eleições da Liga é o voto secreto em cédula previamente provida e rubricada pelo Presidente da Liga, no caso oneroso a Assembleia Geral, poderá o mesmo.

SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

EM BRANCO

§ 1º. As eleições poderão ser realizadas com o auxílio de urna(s) eletrônica(s).

Art. 38. A condução de todo o processo eleitoral da Liga será atribuída de uma Junta Eleitoral devidamente nomeada pelo Presidente da Liga, cujos componentes terão seus nomes publicados no Edital de convocação para amplo conhecimento das interessadas.

§ 1º. A escolha dos membros para compor a Junta Eleitoral deverá ocorrer dentro das datas de reconhecimento e conhecimento mínimo do processo eleitoral.

§ 2º. A Associação filiada à Liga, em condições de voto, poderá impugnar o nome de qualquer membro escolhido para compor a Junta Eleitoral, desde que o faça com fundamento plausível cujo conteúdo seja recomendável sua substituição.

§ 3º. A impugnação de nome para compor a Junta Eleitoral será dirigida à Presidência da Liga e à Assembleia Geral em grau de recurso ao 1º e 2º.

Art. 39. A posse do Presidente eleito bem como o seu Vice-Presidente dar-se-á no primeiro dia subsequente ao último dia do mandato do antecessor.

CAPITULO VI
HUBSON DE FREITAS
CARMELO DA SILVA

DAS ELEIÇÕES

Art. 34. As eleições regulares para a composição da Presidência da Liga serão convocadas na forma de Edital conforme previsto neste Estatuto e sempre através de Assembleia Geral especificamente convocada para esse fim, vedada a discussão e ou deliberação de qualquer outra matéria estranha à convocação.

Art. 35. As eleições para a composição da Presidência da Liga se darão somente por chapa completa contendo o nome do candidato à Presidência e o nome do candidato à Vice-Presidência, através de seu respectivo registro mediante a Junta Eleitoral previamente designada para coordenar o pleito.

§ 1º. Nas eleições para Presidente e Vice-Presidente da Liga, somente se permite uma recondução simultânea para o mesmo cargo.

§ 2º. Para efeito de reeleição somente será considerado efetivo exercício do mandato de Presidente caso ele permaneça no cargo, de forma ininterrupta, por 50% (cinquenta por cento) ou mais do período de duração do mandato.

Art. 36. A Presidência da Liga será eleita por sufrágio universal no Colégio Eleitoral composto pelos presidentes dos clubes e ou entidades Associadas àquela, em seção previamente convocada para esse fim, reservando-se a cada Associada o exercício do direito ao voto, desde que regularmente em dia com suas obrigações estatutárias.

Art. 37. A regra nas eleições da Liga é o voto secreto em cédula previamente preparada e rubricada pela Junta Eleitoral, entretanto, caso entenda a Assembleia Geral, poderá o mesmo ser colhido através do voto aberto ou por aclamação.

§ 1º. A cada Associada é garantido o direito de um voto.

§ 2º. As eleições poderão ser realizadas com o auxílio de urna(s) eletrônica(s).

Art. 38. A condução de todo o processo eleitoral da Liga será atribuição de uma Junta Eleitoral devidamente nomeada pelo Presidente da Liga, cujos componentes terão seus nomes publicados no Edital de convocação para amplo conhecimento das interessadas.

§ 1º. A escolha dos membros para compor a Junta Eleitoral deverá recair dentre aqueles de reconhecida conduta ílibada e conhecimento mínimo de processo eleitoral.

§ 2º. A Associada filiada à Liga, em condições de voto, poderá impugnar o nome de qualquer membro escolhido para compor a Junta Eleitoral, desde que o faça com fundamentos plausíveis cujo conteúdo seja recomendável sua substituição.

§ 3º. A impugnação de nomes para compor a Junta Eleitoral será dirigida à Presidência da Liga e à Assembleia Geral em grau de recurso se for o caso.

Art. 39. A posse do Presidente eleito bem como o seu Vice-Presidente dar-se-á no primeiro dia subsequente ao último dia do mandato do antecessor.

CAPÍTULO VI
Hudson de Freitas
OAB/MG/94.510



Hudson de Freitas

Hudson de Freitas

Hudson de Freitas



DO CONTROLE SOCIAL

Art. 40. A Liga amplia os instrumentos e formas de controle social de suas atividades quando no âmbito de sua competência a Ouvidoria Desportiva, cuja forma e composição será disciplinada através de regimento interno da própria Liga.

§ 1º. A Ouvidoria Desportiva tem como finalidade prestar suporte técnico às entidades associadas e da população em geral, reclamações, sugestões, críticas, denúncias, observações.

§ 2º. A Ouvidoria Desportiva deverá ser instrumentalizada para dar suporte às entidades para as quais está criada.

CAPÍTULO VII

DO PATRIMÔNIO DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 41. O patrimônio da Liga é constituído pelo universalidade de seus bens corpóreos e incorpóreos.

§ 1º. O patrimônio corpóreo da Liga constitui-se de suas instalações físicas, móveis, imóveis e materiais, que podem ou venha a adquirir ao longo de sua vida institucional. Os recursos financeiros advindos de convênios celebrados com entidades públicas e ou privadas, receitas financeiras advindas de contratos de prestação de serviços, contribuições de entidades associadas, taxas exigidas para participação em eventos patrocinadas por ela, o patrimônio incorpóreo da Liga constitui-se de marcas, direitos, insignias.

SRTDPJ - ITUIUITABA-MG
EM BRANCO

§ 2º. A Liga, para a consecução de seus objetivos, poderá adquirir bens móveis e imóveis, desde que os mesmos não sejam de natureza patrimonial.

§ 3º. A Liga, para a consecução de seus objetivos, poderá adquirir bens móveis e imóveis, desde que os mesmos não sejam de natureza patrimonial.

§ 4º. O patrimônio da Liga somente poderá ser alienado através de deliberação unânime das entidades e das Associações.

§ 5º. Em caso de dissolução da Liga, o valor de pagar todos os débitos com terceiros e eventual patrimônio remanescente será destinado a outra entidade congênera, legalmente constituída no estado de Minas Gerais, detentora de utilidade pública.

DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 42. Constituem receitas financeiras da Liga:

- a) taxas de registro de atletas;
- b) percentuais advindos de lotos de competições, fixados pela Assembleia Geral;
- c) as taxas fixadas pela Assembleia Geral, para deliberação de jogos amadores de qualquer natureza;
- d) taxas de transferência de atletas entre entidades associadas;
- e) multas pecuniárias.

Hudson de Freitas
OAB/MG nº 510

[Handwritten signatures and stamps at the bottom of the page]

DO CONTROLE SOCIAL

Art. 40. A Liga ampliará os instrumentos e formas de controle social de suas atividades criando no âmbito de sua competência a Ouvidoria Desportiva, cuja forma e composição será disciplinada através de regimento interno da própria Liga.

§ 1º. A Ouvidoria Desportiva terá como finalidade precípua receber das entidades associadas e da população em geral, reclamações, sugestões, críticas, denúncias, observações.

§ 2º. A Ouvidoria Desportiva deverá se instrumentalizar para dar concretude às atividades para as quais está sendo criada.

CAPÍTULO VIII

DO PATRIMÔNIO DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 41. O patrimônio da Liga é constituído pela universalidade de seus bens corpóreos e incorpóreos.

§ 1º. O patrimônio corpóreo da Liga constitui-se de suas instalações físicas, móveis, móveis e utensílios, que possui ou venha a adquirir ao longo de sua vida institucional, repasses financeiros advindos de convênios celebrados com entidades públicas e ou privadas, receitas financeiras advindas de contratos de prestação de serviços, contribuições de entidades associadas, taxas exigidas para participação em eventos patrocinadas por ela, e outras que vierem a compor a acervo patrimonial da Liga.

§ 2º. O patrimônio incorpóreo da Liga constitui-se de sua marca, símbolos, insígnias, pavilhão, seu conceito social, sua honra e seu bom nome.

§ 3º. A Liga, para a consecução de seus objetivos, poderá adquirir tantos bens quantos necessite desde que os gravem em seu nome, no ato da aquisição.

§ 4º. O patrimônio da Liga somente poderá ser alienado através da deliberação unânime das entidades a ela Associadas.

§ 5º. Em caso de dissolução da Liga, e depois de pagos todos os débitos com terceiros, o eventual patrimônio remanescente será destinado a outra entidade congênere, legalmente constituída no estado de Minas Gerais, detentora de utilidade pública.

DA RECEITA E DA PESSOA

Art. 42. Constituem receitas financeiras da Liga:

- taxas de registros de atletas;
- percentuais advindos da realização de jogos de campeonatos, fixados pela Assembleia Geral;
- as taxas fixadas pela Assembleia Geral, para deliberação de jogos amistosos de qualquer natureza;
- taxas de transferência de atletas entre entidades Associadas;
- multas pecuniárias;

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

Ata n. 1000000000



- f) renda líquida de torneios início de cada campeonato e de jogos promovidos em seu benefício;
- g) subvenções que vier a receber dos poderes públicos;
- h) subvenções advindas da FMF;
- i) dividendos advindos da Loteria Federal Esportiva;
- j) juros de capital e rendas de títulos;
- k) donativos que receber sem destinação especial;
- l) produto de taxaões e outros, fixados pela Assembléia Geral;
- m) doações, contribuições e outros;
- n) verbas recebidas através de eventuais prestações de serviço;
- o) recursos advindos de convênios ou termos de parcerias firmados com órgãos públicos, autarquias ou empresas públicas.



Art. 43. O custeio da Liga será elemento de despesa orçamentária cuja aprovação se dará pela Assembléia Geral, autorizando ao Presidente o seu regular processamento.

Art. 44. Toda despesa realizada pela Liga será levada a registro e devidamente contabilizados para a efetiva prestação de contas e deverá ter previsão orçamentária.

Art. 45. Nenhuma despesa poderá ser realizada sem que haja previsão orçamentária e sem a prévia autorização do Presidente da Liga.

CAPITULO VIII

DA COMISSÃO DE JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 46. A Comissão de Justiça Desportiva, unidade autônoma e independente da administração e dos departamentos da Liga, compete processar e julgar, em primeira instância, os litígios referentes ao descumprimento de normas disciplinares e às competições desportivas, garantindo sempre o devido processo legal da ampla defesa e do contraditório.

Art. 47. A Comissão de Justiça Desportiva - CJD tem sua jurisdição territorial coincidente com a da Liga, sendo sua composição, organização, competência, forma de funcionamento estabelecidos neste Estatuto de acordo com o Código Brasileiro de Justiça Desportiva - CBJD e a legislação vigente.

Art. 48. A Comissão de Justiça Desportiva, no exercício das atribuições de seu cargo, observará os princípios da impessoalidade, moralidade, celeridade, publicidade e independência.

Art. 49. As decisões proferidas pela Comissão de Justiça Desportiva devem ser, em qualquer hipótese, motivadas e ter a mesma publicidade que as decisões dos demais tribunais, sejam judicantes e ou administrativos.

§ 1º. Não correm em segredo de justiça os processos em curso perante a Comissão de Justiça Desportiva.

§ 2º. Os processos de que trata o caput deste artigo, ficarão disponíveis na secretaria da CJD, e as decisões no quadro de avisos da Liga.

Hudson de Freitas
OAB/MS 94.510

2003 Carlos da Silva Nogueira

Art. 50. A Comissão de Justiça Desportiva CJD, será composta por, no mínimo, 07 (sete) membros e, no máximo, 11 (onze), sendo:

- I - 01 (um) indicado pela entidade de administração do desporto, ou seja, Liga Ituiutabana de Futebol.
- II - 01 (um) indicado pelas associadas da Liga.
- III - 03 (três) advogados com notório saber jurídico desportivo, indicados pela OAB de Ituiutaba com anuência do presidente da Liga, ou, por este, convidados.
- IV - 01 (um) representante dos árbitros, por estes, indicado;
- V - 01 (um) representante dos atletas de Associadas, por estas, indicado.

Parágrafo único. Caso haja omissão na indicação de representante para a composição da Comissão de Justiça Desportiva - CJD, caberá ao Presidente da LIF a indicação do membro faltante, conforme preceitua o art. 30, XXXIV, deste Estatuto.

Art. 51. A alteração do número de membros da composição da CJD deverá assegurar a paridade disposta nos incisos do artigo antecedente.

Art. 52. O mandato dos membros da Comissão de Justiça Desportiva - CJD, terá a duração de quatro anos, coincidindo com o mandato do Presidente e Vice-Presidente da Liga.

Art. 53. É vedado aos Diretores da Liga, e das entidades Associadas o exercício de cargo ou função na Justiça Desportiva.

Parágrafo único. A vedação expressa no *caput* deste artigo não alcança aos membros do Conselho Deliberativo das entidades de prática desportiva.

Art. 54. Os membros da Comissão de Justiça Desportiva - CJD, serão obrigatoriamente, escolhidos dentre bacharéis em direito e ou pessoas de notório saber jurídico desportivo, de conduta ilibada.

Art. 55. Os membros da Comissão de Justiça Desportiva elegerão o presidente e vice-presidente da CJD para o mandato de um ano, permitida uma recondução simultânea.

CAPÍTULO VIII DO CONSELHO FISCAL

Art. 56. O Conselho Fiscal é órgão autônomo e independente administrativo e financeiro, e será sempre constituído de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) suplentes eleitos pela Assembleia Geral para o exercício de um mandato de 04 (quatro) anos, na forma deste Estatuto.

Art. 57. Os membros do Conselho Fiscal serão escolhidos pela Assembleia Geral em chapa completa, contendo os nomes dos conselheiros efetivos e suplentes, indicados entre atletas e membros das entidades associadas e da sociedade civil, em dia com suas obrigações fiscais e civis.

Hudson de Freitas
OAB/MG 94570

Desembargador de Direito Rogério Magalhães



William Pereira

William Pereira

William Pereira

William Pereira

Art. 58. Não poderá funcionar como membro do órgão fiscal o ascendente, descendente, cônjuge, irmão, cunhado, padrasto e enteado do Presidente ou do Vice-Presidente da Liga.

Art. 59. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por ano, para analisar e emitir parecer sobre a gestão financeira e orçamentária da LIF, e, extraordinariamente, sempre que julgar conveniente e necessário.

Parágrafo único. Se necessário, mediante solicitação expressa de 2/3 (dois terços) dos membros da Assembleia Geral, que se encontrar na data da solicitação em pleno gozo de seus direitos, do Presidente da Liga, ou de qualquer um de seus próprios membros.

Art. 60. Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar, anualmente, os livros, documentos e balancetes;
- II - apresentar à Assembleia Geral parecer anual sobre o movimento econômico-financeiro e administrativo;
- III - fiscalizar o cumprimento da legislação, que lhe for pertinente e praticar os atos, que esta lhe atribua;
- IV - denunciar à assembleia geral violação de lei ou do estatuto, sugerindo as medidas a serem tomadas, inclusive para que possa, em cada caso, exercer plenamente a sua função fiscalizadora;
- V - convocar a assembleia geral, quando houver motivo de alta relevância;
- VI - emitir parecer sobre o balanço anual da ____, considerando o orçamento aprovado e os créditos suplementares e extraordinários concedidos à presidência da mesma entidade sem prejuízo de auditoragem independente, a qualquer tempo;
- VII - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da LIF;
- VIII - elaborar e publicar referido balanço, na forma deste Estatuto, até o último dia útil do mês de abril;
- IX - sugerir ao Presidente da LIF quaisquer medidas que objetem redução de despesas ou aumento das receitas.

Art. 61. Compete ao Presidente do Conselho Fiscal convocar o suplente para substituir o membro efetivo nos casos de licença, impedimento ou vacância, seguindo a sequência da composição da chapa eleita junto com ele, Presidente.

Art. 62. O Conselho Fiscal poderá contratar serviços de auditoria objetivando auditar os balanços da entidade, podendo o auditor ser indicado pelo Presidente do Conselho ou pelo presidente da LIF, assumindo esta, os custos da contratação, desde que haja recursos.

CAPÍTULO IX
DA DIRETORIA

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

Daniela
Meio

2005 Carlos da Silva Aguiar

Art. 63. A Diretoria da Liga é composta por 09 (nove) membros, nomeados pelo Presidente, que a integra juntamente com o vice-presidente, pelo mandato paralelo, sendo assim determinados:
Secretário Geral, Diretor de Competições, Diretor Social, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Diretor Jurídico, Diretor de Marketing, Diretor Técnico, Diretor de Comunicação.

Art. 64. As reuniões da Diretoria serão dirigidas pelo Presidente da Liga, e no seu impedimento, por um Diretor por ele indicado.

Art. 65. São condições para ser nomeado Diretor da Liga:

- I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
- II - ser maior de 18 (dezoito) anos;
- III - ter e manter conduta irrepreensível;
- IV - ter reconhecida efetiva prestação de relevantes serviços ao futebol;

Art. 66. Compete à Diretoria, além das atividades relacionadas à supervisão, coordenação, direção e fiscalização dos seus departamentos em auxílio ao Presidente:

- I - elaborar, para aprovação do presidente da Liga seu Regimento Interno;
- II - examinar para aprovação, o estatuto das agremiações, no prazo de 30 (trinta) dias;
- III - manter atualizado o Regimento interno da Liga;
- IV - propor a reforma do Estatuto, no todo ou em parte;
- V - manifestar-se, desde que provocada, sobre os assuntos inerentes às atividades desportivas locais e regionais;
- VI - opinar sobre os campeonatos e torneios promovidos pela Liga, elaborar seus regulamentos e tabelas técnicas, com a assistência do Departamento Técnico;
- VII - julgar recursos administrativos interpostos por agremiações filiadas, bem como pessoas físicas vinculadas às atividades do futebol, que não sejam de competência da Justiça Desportiva ou de outro órgão, seja da Liga ou superior;
- VIII - reunir ou participar de Assembleia ou reunião com as agremiações filiadas, observando convite do presidente, porém, sem direito a voto;
- IX - conduzir as reuniões, garantindo-se o direito ao voto de qualidade decidindo impasse entre agremiações Associadas.

TITULO SEGUNDO

DOS CAMPEONATOS DA LIGA

CAPITULO I

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

DA FILIAÇÃO

CAPITULO II

Art. 67. Poderão associar-se à Liga, aquelas entidades desportivas cujo os fins sejam voltados ao esporte amador, na forma definida na legislação desportiva vigente.



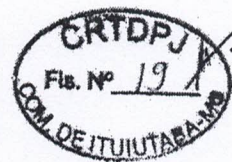
[Handwritten signature]

2.º. Ivan Teixeira Rosa

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



DA CLASSIFICAÇÃO DAS AGREMIações

Art. 68. A Liga promoverá torneios e campeonatos em todas as categorias nela classificadas, observando a disponibilidade orçamentária.

Art. 69. Qualquer Associada da Liga poderá requerer seu licenciamento temporário, ficando neste período dispensada de participar dos eventos desportivos promovidos pela entidade.

CAPÍTULO III

DO ACESSO E DESCENSO

Art. 70. O acesso bem como descenso será disciplinado pela Liga em cada divisão ou módulo, prevalecendo sempre o critério técnico, isto é, a conquista das entidades disputantes relativa ao sistema de acesso na competição imediatamente anterior. Em concordância com o regulamento vigente em cada competição.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS

Art. 71. Contra a cassação de mandato, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias para a Federação Mineira de Futebol, a contar da publicação da decisão que cassou o mandato.

Art. 72. As entidades Associadas à Liga, poderão recorrer, no prazo do artigo anterior, das decisões proferidas pela Assembléia Geral, pelo Presidente da Liga, ou de sua Diretoria, contra decisões entendam contrárias aos seus direitos de Associadas.

CAPÍTULO V

DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 73. A prestação de contas da Liga observará as seguintes normas:

I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;

II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;

III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;

IV - a prestação de contas dos recursos de origem pública será feita conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal;

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.519

300 Carlos de Sales Aguiar

V - a disponibilização na rede internacional de computadores - internet - de todas as informações acerca da captação de recursos financeiros, bem como sua aplicação.

Art. 74. A Liga e as entidades a ela Associadas, reconhecem a Confederação Brasileira de Futebol - CBF, como instância decisória suprema do futebol, acatando as decisões dos seus e órgãos, renunciando, em conformidade com o estatuto da Federação Internacional de Futebol (FIFA), ao direito de postular e recorrer ao Poder Judiciário para dirimir litígios que tenham ou venham ter com a Federação Mineira de Futebol - FMF, Confederação Brasileira de Futebol - CBF, com outros clubes e aceitam as decisões da Justiça Desportiva como únicas e definitivas, para resolver tais litígios, questões e conflitos de natureza esportiva.

Art. 75. As infrações às normas em vigor, sem prejuízo das sanções de competência da justiça desportiva, serão punidas com as seguintes penalidades de natureza administrativa:

- I - advertência;
- II - censura escrita;
- III - multa;
- IV - suspensão;
- V - desfiliação ou desvinculação.

Art. 76. As penalidades previstas nos incisos "IV" e "V" do artigo retro são aplicáveis somente a pessoas jurídicas, após a decisão definitiva da Justiça Desportiva.

Art. 77. A filiação de agremiações à Liga, obedecerá, além dos requisitos previstos neste Estatuto, às normas estabelecidas pela Federação Mineira de Futebol - FMF e Confederação Brasileira de Futebol - CBF.

Art. 78. As decisões dos Departamentos e da Comissão de Justiça Desportiva - CJD, serão afixados em local apropriado na sede da Liga, para comunicação aos interessados que, assim, ficarão notificados e intimados.

Parágrafo único. As decisões expressas neste artigo, bem como demais notícias, comunicados, informações divulgáveis, estarão disponíveis no site próprio da Liga, objetivando maior alcance e efetiva visibilidade, não valendo, todavia, como certidões, interpelações e comunicações de qualquer natureza, para o fim previsto neste artigo.

Art. 79. Continuar em vigor as disposições dos Regimentos Internos dos órgãos da Liga, os regulamentos de seus departamentos, o Código Tributário e as regulamentações existentes, naquilo em que colidam com o disposto neste estatuto, até que sejam atualizados.

Art. 80. O presidente da Assembleia Geral poderá designar uma comissão composta de 03 (três) de seus membros, que tenham participado da Assembleia ou reunião, para assinar a ata depois de lavrada, sendo as demais assinaturas colhidas no livro de presença.

Art. 81. Este estatuto, aprovado pela Assembleia Geral em 4 (quatro) de Janeiro de 2021, bem como suas eventuais reformas, entrará em vigor depois de aprovados pela



Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
Dilson Carneiro Rosa

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and notes at the top of the page]

Federação Mineira de Futebol - FMF e na data de sua inscrição ou averbação no Cartório de Registro competente.

Art. 82. As receitas financeiras da Liga, serão aplicadas, exclusivamente, em seus objetivos, ou seja, em suas atividades administrativas, esportivas, ou promoções de caráter socioeducativo, beneficentes e ou filantrópicas.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



Art. 83. As eleições da Liga, obedecerão as disposições contidas neste Estatuto, complementadas por outras instruções a serem baixadas pelo Presidente da Liga, obedecendo-se ao seguinte:

- I - será publicado edital, no qual conste a fórmula a disciplina das eleições, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes das eleições;
- II - no edital constará nominalmente, todos os filiados com direito a voto, na Assembleia Geral eletiva, para os poderes da liga, no prazo de 15 (quinze) dias no mínimo imediatamente anterior à data de eleição;
- III - no Edital constará nominalmente as pessoas que comporão a Mesa, Diretora da Assembleia Geral, na qualidade de presidente, Secretário e os dois escrutinadores, no prazo de 15 (quinze) dias no mínimo imediatamente anterior à data de eleição; ficando vedada a participação na composição de mesa de pessoa que tenha interesse no referido pleito.
- IV - a entidade Associada que, segundo edital previsto neste artigo, não estiver em condições de voto e que manifestar seu desejo em regularizar sua situação perante a Liga Ituiutabana de Futebol, poderá fazê-lo, adimplindo sua obrigação até a data da primeira publicação do Edital;
- V - o registro das chapas dos candidatos aos cargos eletivos da Liga, será registrada na secretaria da entidade, obedecido o prazo fixado no edital publicado em consonância esse Estatuto;
- VI - para efeito do cumprimento do disposto no inciso III do art. 28, considerar-se-á a situação pretérita de eventual ocupante de cargo eletivo.

Art. 84. Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos em Assembleia Geral extraordinária (AGE).

Art. 85. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial, aquelas contidas no estatuto anterior que colidam com as alterações ora realizadas.

Ituiutaba-MG, 5 de fevereiro de 2021.

Hudson de Freitas
OAB/MG 94.510

Carolina
Melo

2000 Carlos da Silva Aguiar

Wilson Ferreira Rora

Handwritten notes at the top of the page, including a large circled 'A' and some illegible text.

Main body of handwritten text, appearing to be a list or series of notes, with some lines indented.

Handwritten notes at the bottom of the main text block.

Handwritten text line, possibly a section header or separator.

Handwritten text line, possibly a section header or separator.

Handwritten notes at the bottom of the page, below the section headers.

Handwritten notes at the very bottom of the page.

Winn Division Perma
approx 5000

Ituiutaba-MG, 20 de dezembro de 2024.



11

a
o

 γ^0

0000

Hudson de Freitas
DIRETOR JURIDICO: Hudson de Freitas, brasileiro, casado, advogado, CPF: 046.623.786-30, RG 8.554.529, residente e domiciliado na Rua RD4, nº 33, Residencial Drumond, CEP: 38.303-305, em Ituiutaba/MG.

José Divino Gomes
DIRETOR TÉCNICO: José Divino Gomes, brasileiro, casado, servidor público estadual, CPF: 775.293.756-87, RG M 4.867.537, residente e domiciliado na Rua Tupinambás, nº 259, Bairro Bela Vista, CEP: 38.301-228, em Ituiutaba/MG.

Junia da Silva
DIRETOR SOCIAL: Vinicius da Silva, brasileiro, casado, industrial, CPF: 012.004.316-50, RG M - 7-202.807, residente e domiciliado na Rua Maria José Franco Gouveia, nº 164, Bairro Jardim do Rosário, CEP: 38.304-040, em Ituiutaba/MG.

Michel Santos Silva
SECRETARIO GERAL: Michel Santos Silva, brasileiro, solteiro, industrial, CPF: 06782029669, RG MG 11343679, residente e domiciliado na AV Trinta e três, nº 2076, Bairro Natal, CEP: 38300 030, em Ituiutaba/MG.

Marcelo Mendes Vieira
DIRETOR DE MARKETING: Marcelo Mendes Vieira, brasileiro, solteiro, pensionista, CPF: 89384865672, RG M469687, residente e domiciliado na AV Trinta e Um, nº 1760, centro, CEP: 38300104, em Ituiutaba/MG.

Charles Pires Pereira
DIRETOR DE COMPETIÇÕES: Charles Pires Pereira, brasileiro, solteiro, vigia, CPF: 076.717.936-96, MG 119952956, residente e domiciliado na Rua Pedro Rodrigues Chaves, nº 314, CEP: 38.300-020, em Ituiutaba/MG.

Rondinelli Suzigan Soares
CONSELHO FISCAL: EFETIVO - PRESIDENTE: Rondinelli Suzigan Soares, brasileiro, união estável, industrial, CPF 066.475.816-93, RG MG 9184056, residente e domiciliado na Rua Gurinhata, nº 403, Bairro Pirapitinga, CEP: 38.307-426, em Ituiutaba/MG.

Ricardo Tiburcio Mendes
CONSELHO FISCAL: EFETIVO - VICE-PRESIDENTE: Ricardo Tiburcio Mendes, brasileiro, solteiro, porteiro, CPF: 087.006.376-61, RG 15074605, residente e domiciliado na Rua José da Silva Ramos, nº 449, Bairro Alcides Junqueira, CEP: 38.304-112, em Ituiutaba/MG.

Ulison Pereira Rosa
CONSELHO FISCAL: EFETIVO - Ulison Pereira Rosa, brasileiro, casado, aposentado, CPF: 638.890.996-53, RG M - 3.533.791, residente e domiciliado na Av C11, nº 431, Bairro Canaã, CEP: 38.303-305, em Ituiutaba/MG.

Romes Miguel de Moraes
CONSELHO FISCAL: SUPLENTE - Romes Miguel de Moraes, brasileiro, casado, motorista, CPF: 266.714.096-68, RG M 4.105.247, residente e domiciliado na Rua, nº 143, Bairro Buritis, CEP: 38, em Ituiutaba/MG.

Luciano Severino Muniz
CONSELHO FISCAL: SUPLENTE - Luciano Severino Muniz, brasileiro, casado, aposentado, CPF: 849.219.786-20, RG MG 5.941.279, residente e domiciliado na Av Trinta e Sete, nº 319, Bairro Setor Sul, CEP: 38.300-024, em Ituiutaba/MG.

Isneider Alves Pereira Guimarães
CONSELHO FISCAL: SUPLENTE - Isneider Alves Pereira Guimarães, brasileiro, casado, empresário, CPF: 038.182.046-75, RG M - 7.104.628, residente e domiciliado na Avenida Deputado Daniel de Freitas Barros, nº 2954, Bairro Universitário, CEP: 38.302-132, em Ituiutaba/MG.

RELAÇÃO NOMINAL DA DIRETORIA DA LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

NOME	ENDEREÇO	RG	CPF
TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA /	AV 33 Nº 364 - SETOR SUL	M 4621627 SSP/MG	0132131668
FERNANDO MARTINS PEREIRA	RUA VANDER RODRIGUES BORGES Nº 555 B. NOVO TEMPO 2	MG 18382746	1202531962
SIDIMAR PACHECO DE FREITAS /	R AGOSTINHO FERREIRA Nº409 – B. MORADA DO SOL	M 8582131 SSP/MG	0351145362
DANIELA APARECIDA FERREIRA DE / MELO	R GURINHATÃ Nº 403 – B. PIRAPITINGA	10908292 SSP/MG	0604091460
VITOR AMÂNCIO DE PAULO / <i>Comp. End.</i>	R ATAIDE A BORGES Nº 181 – B. CAMILO CHAVES	7492744 SSP/MG	0428106765
HUDSON DE FREITAS <i>ec Inc. / Comp. End.</i>	R RD4 Nº 33 – RESIDENCIAL DRUMOND	8554529 SSP/MG	0466237863
JOSÉ DIVINO GOMES /	R TUPINAMBÁS Nº 259 - B. BELA VISTA	M 4867537 SSP/MG	7752937568
VINICIUS DA SILVA <i>Comp. End.</i>	R MARIA JOSÉ FRANCO GOUVEIA Nº 164 – B. JARDIM DO ROSÁRIO	M 7202807 SSP/MG	0120043165
MICHEL SANTOS SILVA / <i>Per. Segur.</i>	AV 33 Nº 2076 B. NATAL	MG 11343679	0678202966
CHARLLES PIRES PEREIRA /	RUA PEDRO RODRIGUES CHAVES Nº 314	MG 119952956	0767179369
RONDINELLI SUZIGAN SOARES /	RUA GURINHATÃ Nº 403 B. PIRAPITINGA	MG 9184056	0664758169
RICARDO TIBURCIO MENDES /	RUA JOSÉ DA SILVA RAMOS Nº 449 B. ALCIDES JUNQUEIRA	MG 15074605	0870063766
UILSON PEREIRA ROSA /	AV C11 Nº 431 – B. CANAÃ 2	M 3533791 SSP/MG	6388909965
ROMES MIGUEL DE MORAIS / <i>Nome errado</i>	RUA CARIRIS Nº 143 B. BURITIS	M 4105247	2667140966
LUCIANO SEVERINO MUNIZ /	AV 37 Nº 319 B. SETOR SUL	MG 5941279	8492197862
IS. AIDER ALVES PEREIRA GUIMARÃES /	AV DEP DANIEL DE FREITAS BARROS Nº 2954 – B. UNIVERSITÁRIO	7104628 SSP/MG	0381820467

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2.1 NOME E SOBRENOME
 TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA

1.1 HABILITAÇÃO
 02/09/2014

3 DATA LOCAL E UF DE NASCIMENTO
 27/03/1978 ITUIUTABA/MG

4.1 DATA EMISSÃO
 05/10/2023

4.2 VALIDADE
 03/10/2033

ACD
 D

4.3 DOC. IDENTIDADE / OUTRO EMISSOR RLP
 MG4821627 SSP MG

4.4 CPF
 013.213.166-82

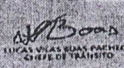
4.5 R. REGISTRO
 06165552671

4.6 CAT. HAB.
 B

4.7 NACIONALIDADE
 BRASILEIRO

4.8 FILIAÇÃO
 PEDRO CANDIDO DE SOUZA
 JOSEFA GOMES DE SOUZA

12 OBSERVAÇÕES


LUCA VIANAS BUIAS PACHECO
GOVERNADOR DE TRÂNSITO

ASSINATURA DO EMISSOR
 78899717141
 MG046632180

LOCAL
 ITUIUTABA, MG

MINAS GERAIS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
 2682401040

2682401040

TELECOM

57.406.390 TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA

TRINTA E TRES 364 R
SETOR SUL
38300-030 ITUIUTABA MG

PAGUE COM PIX



Nº da fatura
486409166

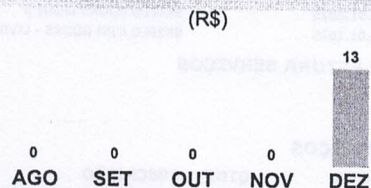
Valor total da conta
R\$ 147,76

Data de vencimento
07 / fev / 2025

FALE COM A ALGAR TELECOM

www.algartelem.com.br
@algartelem
facebook.com/algartelem
Ou ligue 103 12
Baixe o APP Algar Telecom no seu Celular

HISTÓRICO VALOR DA CONTA



EMIÇÃO DESTA CONTA: 21/01/2025

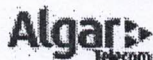
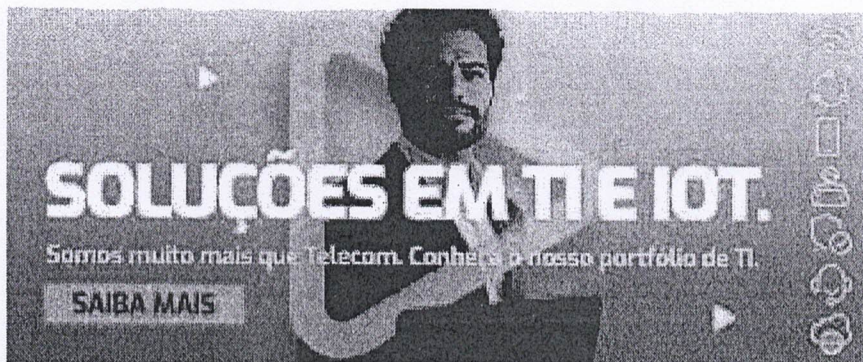
CONTA SIMPLIFICADA

PACOTE CONTRATADO: BL 600MB

SEU NÚMERO	PRODUTO	VALOR (R\$)
09772964	Pacote Banda Larga	104,89
TOTAL R\$ 104,89		

SERVIÇOS E OUTROS ADICIONAIS

SEU NÚMERO	SERVIÇOS	VALOR (R\$)
34996685703	Celular	42,87
TOTAL R\$ 42,87		



UTILIZE ESTA VIA PARA PAGAMENTO

Você pode migrar para um plano que não possui livros digitais, sem a cobrança de multa. Fale com a gente pelo nosso canal de atendimento 10312.

Nome do Cliente: 57.406.390 TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA

Nº da Fatura	Banco / Agência	Identificação	Data de Vencimento	Valor Total da Conta
486409166		000507538005	07/02/2025	147,76

84660000001-8 47760004000-0 05075380050-2 48640916600-7

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DETALHAMENTO DE CONTA ALGAR TELECOM S/A

INTERNET : 097722964

ALGAR TELECOM S/A

SERVIÇOS			
PERÍODO	DATA	HORA	QTD
21.12.2024	20.01.2025		
21.12.2024	20.01.2025		
21.12.2024	20.01.2025		
ASSINATURA BANDA LARGA 600 MBPS			
SKELO AUDIO BOOKS BL			
SKELO BOOKS KIDS BL			
SUB-TOTAL FATURA SERVIÇOS			
			R\$ 104,89
DESCONTO VALOR (R\$)			77,51
ALIQ%			18
			0
			0
			9,12
			0

TOTAL TELEFONE: 097722964

R\$ 104,89

CELULAR : 99668-5703

Plano LOCAL: PLANO CONTROLE BRASIL 15 GB

ALGAR TELECOM S/A

SERVIÇOS			
PERÍODO	DATA	HORA	QTD
21.12.2024	20.01.2025		
21.12.2024	20.01.2025		
21.12.2024	20.01.2025		
DADOS CONTROLE BRASIL 15 GB			
FRANQUIA PLANO CONTROLE BRASIL 15 GB			
SKELO BOOKS LIGHT 5			
SKELO MINI BOOKS - LIVRO DIGITAL			
SUB-TOTAL FATURA SERVIÇOS			
			R\$ 39,88
DESCONTO VALOR (R\$)			25,36
ALIQ%			18
			18
			5,79
			2,87
			5,86
			0
			0
			0

OUTROS SERVIÇOS			
DATA	HORA	QTD	DESCRÇÃO
24.12.2024	09h02m34s	0,0	SOM DE CHAMADA - SERVICO
SUB-TOTAL FATURA OUTROS SERVIÇOS			
			R\$ 2,99
VALOR (R\$)			2,99
ALIQ%			0
			0

R\$ 42,87

TOTAL TELEFONE: 99668-5703

R\$ 147,76

SUB-TOTAL FATURA

R\$ 147,76

TOTAL DA FATURA ALGAR TELECOM S/A



QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2. TITULAR E SOBRENOME
SIDIMAR PACHECO DE FREITAS

1.º HABILITAÇÃO
19/07/2001

3. DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
06/12/1975, ITUIUTABA, MG

4. DATA EMISSÃO
19/12/2022

5. AB VALIDADE
19/12/2032

6. ACZ
D

4.º CÓD. IDENTIFICAÇÃO / ORIGINAL EMISSOR / UF
M8582131 SSP MG

4.º CPF
035.114.536-23

5. Nº REGISTRO
01889168635

6. CUF RAE
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

7. FILIAÇÃO
LENEIR PARREIRA DE FREITAS

MARIA PACHECO DE FREITAS

7. ASSINATURA DO POSTULANTE

8. OBSERVAÇÕES

9. LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

10. 11. 12.

13. 14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26. 27. 28. 29. 30.

31. 32. 33. 34. 35. 36. 37. 38. 39. 40. 41. 42. 43. 44. 45. 46. 47. 48. 49. 50.

51. 52. 53. 54. 55. 56. 57. 58. 59. 60. 61. 62. 63. 64. 65. 66. 67. 68. 69. 70.

71. 72. 73. 74. 75. 76. 77. 78. 79. 80. 81. 82. 83. 84. 85. 86. 87. 88. 89. 90.

91. 92. 93. 94. 95. 96. 97. 98. 99. 100.

101. 102. 103. 104. 105. 106. 107. 108. 109. 110. 111. 112. 113. 114. 115. 116. 117. 118. 119. 120.

121. 122. 123. 124. 125. 126. 127. 128. 129. 130. 131. 132. 133. 134. 135. 136. 137. 138. 139. 140.

141. 142. 143. 144. 145. 146. 147. 148. 149. 150. 151. 152. 153. 154. 155. 156. 157. 158. 159. 160.

161. 162. 163. 164. 165. 166. 167. 168. 169. 170. 171. 172. 173. 174. 175. 176. 177. 178. 179. 180.

181. 182. 183. 184. 185. 186. 187. 188. 189. 190. 191. 192. 193. 194. 195. 196. 197. 198. 199. 200.

201. 202. 203. 204. 205. 206. 207. 208. 209. 210. 211. 212. 213. 214. 215. 216. 217. 218. 219. 220.

221. 222. 223. 224. 225. 226. 227. 228. 229. 230. 231. 232. 233. 234. 235. 236. 237. 238. 239. 240.

241. 242. 243. 244. 245. 246. 247. 248. 249. 250. 251. 252. 253. 254. 255. 256. 257. 258. 259. 260.

261. 262. 263. 264. 265. 266. 267. 268. 269. 270. 271. 272. 273. 274. 275. 276. 277. 278. 279. 280.

281. 282. 283. 284. 285. 286. 287. 288. 289. 290. 291. 292. 293. 294. 295. 296. 297. 298. 299. 300.

301. 302. 303. 304. 305. 306. 307. 308. 309. 310. 311. 312. 313. 314. 315. 316. 317. 318. 319. 320.

321. 322. 323. 324. 325. 326. 327. 328. 329. 330. 331. 332. 333. 334. 335. 336. 337. 338. 339. 340.

341. 342. 343. 344. 345. 346. 347. 348. 349. 350. 351. 352. 353. 354. 355. 356. 357. 358. 359. 360.

361. 362. 363. 364. 365. 366. 367. 368. 369. 370. 371. 372. 373. 374. 375. 376. 377. 378. 379. 380.

381. 382. 383. 384. 385. 386. 387. 388. 389. 390. 391. 392. 393. 394. 395. 396. 397. 398. 399. 400.

401. 402. 403. 404. 405. 406. 407. 408. 409. 410. 411. 412. 413. 414. 415. 416. 417. 418. 419. 420.

421. 422. 423. 424. 425. 426. 427. 428. 429. 430. 431. 432. 433. 434. 435. 436. 437. 438. 439. 440.

441. 442. 443. 444. 445. 446. 447. 448. 449. 450. 451. 452. 453. 454. 455. 456. 457. 458. 459. 460.

461. 462. 463. 464. 465. 466. 467. 468. 469. 470. 471. 472. 473. 474. 475. 476. 477. 478. 479. 480.

481. 482. 483. 484. 485. 486. 487. 488. 489. 490. 491. 492. 493. 494. 495. 496. 497. 498. 499. 500.

501. 502. 503. 504. 505. 506. 507. 508. 509. 510. 511. 512. 513. 514. 515. 516. 517. 518. 519. 520.

521. 522. 523. 524. 525. 526. 527. 528. 529. 530. 531. 532. 533. 534. 535. 536. 537. 538. 539. 540.

541. 542. 543. 544. 545. 546. 547. 548. 549. 550. 551. 552. 553. 554. 555. 556. 557. 558. 559. 560.

561. 562. 563. 564. 565. 566. 567. 568. 569. 570. 571. 572. 573. 574. 575. 576. 577. 578. 579. 580.

581. 582. 583. 584. 585. 586. 587. 588. 589. 590. 591. 592. 593. 594. 595. 596. 597. 598. 599. 600.

601. 602. 603. 604. 605. 606. 607. 608. 609. 610. 611. 612. 613. 614. 615. 616. 617. 618. 619. 620.

621. 622. 623. 624. 625. 626. 627. 628. 629. 630. 631. 632. 633. 634. 635. 636. 637. 638. 639. 640.

641. 642. 643. 644. 645. 646. 647. 648. 649. 650. 651. 652. 653. 654. 655. 656. 657. 658. 659. 660.

661. 662. 663. 664. 665. 666. 667. 668. 669. 670. 671. 672. 673. 674. 675. 676. 677. 678. 679. 680.

681. 682. 683. 684. 685. 686. 687. 688. 689. 690. 691. 692. 693. 694. 695. 696. 697. 698. 699. 700.

701. 702. 703. 704. 705. 706. 707. 708. 709. 710. 711. 712. 713. 714. 715. 716. 717. 718. 719. 720.

721. 722. 723. 724. 725. 726. 727. 728. 729. 730. 731. 732. 733. 734. 735. 736. 737. 738. 739. 740.

741. 742. 743. 744. 745. 746. 747. 748. 749. 750. 751. 752. 753. 754. 755. 756. 757. 758. 759. 760.

761. 762. 763. 764. 765. 766. 767. 768. 769. 770. 771. 772. 773. 774. 775. 776. 777. 778. 779. 780.

781. 782. 783. 784. 785. 786. 787. 788. 789. 790. 791. 792. 793. 794. 795. 796. 797. 798. 799. 800.

801. 802. 803. 804. 805. 806. 807. 808. 809. 810. 811. 812. 813. 814. 815. 816. 817. 818. 819. 820.

821. 822. 823. 824. 825. 826. 827. 828. 829. 830. 831. 832. 833. 834. 835. 836. 837. 838. 839. 840.

841. 842. 843. 844. 845. 846. 847. 848. 849. 850. 851. 852. 853. 854. 855. 856. 857. 858. 859. 860.

861. 862. 863. 864. 865. 866. 867. 868. 869. 870. 871. 872. 873. 874. 875. 876. 877. 878. 879. 880.

881. 882. 883. 884. 885. 886. 887. 888. 889. 890. 891. 892. 893. 894. 895. 896. 897. 898. 899. 900.

901. 902. 903. 904. 905. 906. 907. 908. 909. 910. 911. 912. 913. 914. 915. 916. 917. 918. 919. 920.

921. 922. 923. 924. 925. 926. 927. 928. 929. 930. 931. 932. 933. 934. 935. 936. 937. 938. 939. 940.

941. 942. 943. 944. 945. 946. 947. 948. 949. 950. 951. 952. 953. 954. 955. 956. 957. 958. 959. 960.

961. 962. 963. 964. 965. 966. 967. 968. 969. 970. 971. 972. 973. 974. 975. 976. 977. 978. 979. 980.

981. 982. 983. 984. 985. 986. 987. 988. 989. 990. 991. 992. 993. 994. 995. 996. 997. 998. 999. 1000.

1001. 1002. 1003. 1004. 1005. 1006. 1007. 1008. 1009. 1010. 1011. 1012. 1013. 1014. 1015. 1016. 1017. 1018. 1019. 1020.

1021. 1022. 1023. 1024. 1025. 1026. 1027. 1028. 1029. 1030. 1031. 1032. 1033. 1034. 1035. 1036. 1037. 1038. 1039. 1040.

1041. 1042. 1043. 1044. 1045. 1046. 1047. 1048. 1049. 1050. 1051. 1052. 1053. 1054. 1055. 1056. 1057. 1058. 1059. 1060.

1061. 1062. 1063. 1064. 1065. 1066. 1067. 1068. 1069. 1070. 1071. 1072. 1073. 1074. 1075. 1076. 1077. 1078. 1079. 1080.

1081. 1082. 1083. 1084. 1085. 1086. 1087. 1088. 1089. 1090. 1091. 1092. 1093. 1094. 1095. 1096. 1097. 1098. 1099. 1100.

1101. 1102. 1103. 1104. 1105. 1106. 1107. 1108. 1109. 1110. 1111. 1112. 1113. 1114. 1115. 1116. 1117. 1118. 1119. 1120.

1121. 1122. 1123. 1124. 1125. 1126. 1127. 1128. 1129. 1130. 1131. 1132. 1133. 1134. 1135. 1136. 1137. 1138. 1139. 1140.

1141. 1142. 1143. 1144. 1145. 1146. 1147. 1148. 1149. 1150. 1151. 1152. 1153. 1154. 1155. 1156. 1157. 1158. 1159. 1160.

1161. 1162. 1163. 1164. 1165. 1166. 1167. 1168. 1169. 1170. 1171. 1172. 1173. 1174. 1175. 1176. 1177. 1178. 1179. 1180.

1181. 1182. 1183. 1184. 1185. 1186. 1187. 1188. 1189. 1190. 1191. 1192. 1193. 1194. 1195. 1196. 1197. 1198. 1199. 1200.

1201. 1202. 1203. 1204. 1205. 1206. 1207. 1208. 1209. 1210. 1211. 1212. 1213. 1214. 1215. 1216. 1217. 1218. 1219. 1220.

1221. 1222. 1223. 1224. 1225. 1226. 1227. 1228. 1229. 1230. 1231. 1232. 1233. 1234. 1235. 1236. 1237. 1238. 1239. 1240.

1241. 1242. 1243. 1244. 1245. 1246. 1247. 1248. 1249. 1250. 1251. 1252. 1253. 1254. 1255. 1256. 1257. 1258. 1259. 1260.

1261. 1262. 1263. 1264. 1265. 1266. 1267. 1268. 1269. 1270. 1271. 1272. 1273. 1274. 1275. 1276. 1277. 1278. 1279. 1280.

1281. 1282. 1283. 1284. 1285. 1286. 1287. 1288. 1289. 1290. 1291. 1292. 1293. 1294. 1295. 1296. 1297. 1298. 1299. 1300.

1301. 1302. 1303. 1304. 1305. 1306. 1307. 1308. 1309. 1310. 1311. 1312. 1313. 1314. 1315. 1316. 1317. 1318. 1319. 1320.

1321. 1322. 1323. 1324. 1325. 1326. 1327. 1328. 1329. 1330. 1331. 1332. 1333. 1334. 1335. 1336. 1337. 1338. 1339. 1340.

1341. 1342. 1343. 1344. 1345. 1346. 1347. 1348. 1349. 1350. 1351. 1352. 1353. 1354. 1355. 1356. 1357. 1358. 1359. 1360.

1361. 1362. 1363. 1364. 1365. 1366. 1367. 1368. 1369. 1370. 1371. 1372. 1373. 1374. 1375. 1376. 1377. 1378. 1379. 1380.

1381. 1382. 1383. 1384. 1385. 1386. 1387. 1388. 1389. 1390. 1391. 1392. 1393. 1394. 1395. 1396. 1397. 1398. 1399. 1400.

1401. 1402. 1403. 1404. 1405. 1406. 1407. 1408. 1409. 1410. 1411. 1412. 1413. 1414. 1415. 1416. 1417. 1418. 1419. 1420.

1421. 1422. 1423. 1424. 1425. 1426. 1427. 1428. 1429. 1430. 1431. 1432. 1433. 1434. 1435. 1436. 1437. 1438. 1439. 1440.

1441. 1442. 1443. 1444. 1445. 1446. 1447. 1448. 1449. 1450. 1451. 1452. 1453. 1454. 1455. 1456. 1457. 1458. 1459. 1460.

1461. 1462. 1463. 1464. 1465. 1466. 1467. 1468. 1469. 1470. 1471. 1472. 1473. 1474. 1475. 1476. 1477. 1478. 1479. 1480.

1481. 1482. 1483. 1484. 1485. 1486. 1487. 1488. 1489. 1490. 1491. 1492. 1493. 1494. 1495. 1496. 1497. 1498. 1499. 1500.

1501. 1502. 1503. 1504. 1505. 1506. 1507. 1508. 1509. 1510. 1511. 1512. 1513. 1514. 1515. 1516. 1517. 1518. 1519. 1520.

1521. 1522. 1523. 1524. 1525. 1526. 1527. 1528. 1529. 1530. 1531. 1532. 1533. 1534. 1535. 1536. 1537. 1538. 1539. 1540.

1541. 1542. 1543. 1544. 1545. 1546. 1547. 1548. 1549. 1550. 1551. 1552. 1553. 1554. 1555. 1556. 1557. 1558. 1559. 1560.

1561. 1562. 1563. 1564. 1565. 1566. 1567. 1568. 1569. 1570. 1571. 1572. 1573. 1574. 1575. 1576. 1577. 1578. 1579. 1580.

1581. 1582. 1583. 1584. 1585. 1586. 1587. 1588. 1589. 1590. 1591. 1592. 1593. 1594. 1595. 1596. 1597. 1598. 1599. 1600.

1601. 1602. 1603. 1604. 1605. 1606. 1607. 1608. 1609. 1610. 1611. 1612. 1613. 1614. 1615. 1616. 1617. 1618. 1619. 1620.

1621. 1622. 1623. 1624. 1625. 1626. 1627. 1628. 1629. 1630. 1631. 1632. 1633. 1634. 1635. 1636. 1637. 1638. 1639. 1640.

1641. 1642. 1643. 1644. 1645. 1646. 1647. 1648. 1649. 1650. 1651. 1652. 1653. 1654. 1655. 1656. 1657. 1658. 1659. 1660.

1661. 1662. 1663. 1664. 1665. 1666. 1667. 1668. 1669. 1670. 1671. 1672. 1673. 1674. 1675. 1676. 1677. 1678. 1679. 1680.

1681. 1682. 1683. 1684. 1685. 1686. 1687. 1688. 1689. 1690. 1691. 1692. 1693. 1694. 1695. 1696. 1697. 1698. 1699. 1700.

1701. 1702. 1703. 1704. 1705. 1706. 1707. 1708. 1709. 1710. 1711. 1712. 1713. 1714. 1715. 1716. 1717. 1718. 1719. 1720.

1721. 1722. 1723. 1724. 1725. 1726. 1727. 1728. 1729. 1730. 1731. 1732. 1733. 1734. 1735. 1736. 1737. 1738. 1739. 1740.

1741. 1742. 1743. 1744. 1745. 1746. 1747. 1748. 1749. 1750. 1751. 1752. 1753. 1754. 1755. 1756. 1757. 1758. 1759. 1760.

1761. 1762. 1763. 1764. 1765. 1766. 1767. 1768. 1769. 1770. 1771. 1772. 1773. 1774. 1775. 1776. 1777. 1778. 1779. 1780.

1781. 1782. 1783. 1784. 1785. 1786. 1787. 1788. 1789. 1790. 1791. 1792. 1793. 1794. 1795. 1796. 1797. 1798. 1799. 1800.

1801. 1802. 1803. 1804. 1805. 1806. 1807. 1808. 1809. 1810. 1811. 1812. 1813. 1814. 1815. 1816. 1817. 1818. 1819. 1820.

1821. 1822. 1823. 1824. 1825. 1826. 1827. 1828. 1829. 1830. 1831. 1832. 1833. 1834. 1835. 1836. 1837. 1838. 1839. 1840.

1841. 1842. 1843. 1844. 1845. 1846. 1847. 1848. 1849. 1850. 1851. 1852. 1853. 1854. 1855. 1856. 1857. 1858. 1859. 1860.

1861. 1862. 1863. 1864. 1865. 1866. 1867. 1868. 1869. 1870. 1871. 1872. 1873. 1874. 1875. 1876. 1877. 1878. 1879. 1880.

1881. 1882. 1883. 1884. 1885. 1886. 1887. 1888. 1889. 1890. 1891. 1892. 1893. 1894. 1895. 1896. 1897. 1898. 1899. 1900.

1901. 1902. 1903. 1904. 1905. 1906. 1907. 1908. 1909. 1910. 1911. 1912. 1913. 1914. 1915. 1916. 1917. 1918. 1919. 1920.

1921. 1922. 1923. 1924. 1925. 1926. 1927. 1928. 1929. 1930. 1931. 1932. 1933. 1934. 1935. 1936. 1937. 1938. 1939. 1940.

1941. 1942. 1943. 1944. 1945. 1946. 1947. 1948. 1949. 1950. 1951. 1952. 1953. 1954. 1955. 1956. 1957. 1958. 1959. 1960.

1961. 1962. 1963. 1964. 1965. 1966. 1967. 1968. 1969. 1970. 1971. 1972. 1973. 1974. 1975. 1976. 1977. 1978. 1979. 1980.

1981. 1982. 1983. 1984. 1985. 1986. 1987. 1988. 1989. 1990. 1991. 1992. 1993. 1994. 1995. 1996. 1997. 1998. 1999. 2000.

2001. 2002. 2003. 2004. 2005. 2006. 2007. 2008. 2009. 2010. 2011. 2012. 2013. 2014. 2015. 2016. 2017. 2018. 2019. 2020.

2021. 2022. 2023. 2024. 2025. 2026. 2027. 2028. 2029. 2030. 2031. 2032. 2033. 2034. 2035. 2036. 2037. 2038. 2039. 2040.

2041. 2042. 2043. 2044. 2045. 2046. 2047. 2048. 2049. 2050. 2051. 2052. 2053. 2054. 2055. 2056. 2057. 2058. 2059. 2060.

2061. 2062. 2063. 2064

THE CASE OF THE
MURDER OF THE
MURDER OF THE

THE CASE OF THE
MURDER OF THE
MURDER OF THE

TABLE

| NAME | AGE | SEX | RELATIONSHIP | STATUS |
|------|-----|-----|--------------|----------|
| JOHN | 25 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 22 | F | DAUGHTER | DECEASED |
| JOHN | 20 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 18 | F | DAUGHTER | DECEASED |
| JOHN | 15 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 12 | F | DAUGHTER | DECEASED |

TABLE

| NAME | AGE | SEX | RELATIONSHIP | STATUS |
|------|-----|-----|--------------|----------|
| JOHN | 25 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 22 | F | DAUGHTER | DECEASED |
| JOHN | 20 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 18 | F | DAUGHTER | DECEASED |
| JOHN | 15 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 12 | F | DAUGHTER | DECEASED |

THE CASE OF THE
MURDER OF THE
MURDER OF THE

TABLE

| NAME | AGE | SEX | RELATIONSHIP | STATUS |
|------|-----|-----|--------------|----------|
| JOHN | 25 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 22 | F | DAUGHTER | DECEASED |
| JOHN | 20 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 18 | F | DAUGHTER | DECEASED |
| JOHN | 15 | M | SON | DECEASED |
| MARY | 12 | F | DAUGHTER | DECEASED |

THE CASE OF THE
MURDER OF THE
MURDER OF THE



DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087.
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

REIMPRESSÃO

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

SIDIMAR PACHECO DE FREITAS
RUA CORONEL MANOEL VILELA DE ANDRADE 660 CS
MARIA VILELA
38301-064 ITUIUTABA, MG
CPF 035.1**.***-**

Referente a
FEV/2025

Vencimento
11/03/2025

Valor a pagar (R\$)
95,10



NOTA FISCAL Nº 240911169 - SÉRIE 000
Data de emissão: 17/02/2025
Consulte pela chave de acesso em:
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e>
chave de acesso:
31250206981180000116660002409111691042960500
Protocolo de autorização: 1312500260430557
17.02.2025 às 22:57:37

Nº DA INSTALAÇÃO
3005700767

Classe
Residencial
Bifásico

Subclasse
Residencial

Modalidade Tarifária
Convencional B1

Datas de Leitura
Anterior 20/01
Atual 17/02
Nº de dias 28
Próxima 19/03

| Itens da Fatura | Unid. | Quant. | Valores Faturados | | PIS/COFINS | Base Calc. ICMS | Aliq. ICMS | ICMS | Tarifa Unit. |
|--------------------------------|-------|--------|-------------------|--------------|-------------|-----------------|------------|-------------|--------------|
| | | | Preço Unit | Valor (R\$) | | | | | |
| Energia Elétrica | kWh | 50 | 1,02279151 | 51,12 | 1,94 | 51,12 | 18,00 | 9,20 | 0,79969000 |
| Energia SCEE ISENTA | kWh | 246 | 0,53071000 | 130,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,53071000 |
| Energia compensada GD I | kWh | 246 | 0,53071000 | -130,55 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,53071000 |
| Contrib Ilum Publica Municipal | | | | 43,98 | | | | | |
| TOTAL | | | | 95,10 | 1,94 | 51,12 | | 9,20 | |

Informações Técnicas

| Tipo de Medição | Medição | Leitura | | Constante de Multiplicação | Consumo kWh |
|------------------|--------------|----------|-------|----------------------------|-------------|
| | | Anterior | Atual | | |
| Energia kWh | ART230405284 | 6.336 | 6.632 | 1 | 296 |
| Energia Injetada | ART230405284 | 6.400 | 6.829 | 1 | 429 |

Informações Gerais

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 0,00 kWh. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.328, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. JAN/25 Band. Verde - FEV/25 Band. Verde.

Reservado ao Fisco

| | Base de cálculo (R\$) | Alíquota (%) | Valor (R\$) |
|--------|-----------------------|--------------|-------------|
| ICMS | 51,12 | 18,00 | 9,20 |
| PASEP | 41,92 | 0,83 | 0,34 |
| COFINS | 41,92 | 3,82 | 1,60 |

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.



PIX Pague Aqui

Código de Débito Automático
008147543717

Fevereiro/2025

Instalação
3005700767

Vencimento
11/03/2025

Total a pagar
R\$95,10

83680000000-9 95100138007-4 61219343133-7 08147543717-4





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME
DANIELA APARECIDA FERREIRA DE MELO

1ª HABILITAÇÃO
26/08/2013

3 DATA, LOCAL E UF DE ARRECIMAÇÃO
29/03/1983, SANTA VITÓRIA, MG

4 DATA EMISSÃO **12/07/2014** **4b VALIDADE** **12/07/2014** **ACC** **D**

4c DOC IDENTIFICAD / ORIG EMISSOR / US
10908292.55P MG

4d CH **060.409.146-02** **5 Nº REGISTRO** **05862905018** **6 CAT JAB** **AB**

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

8 FILIAÇÃO
ISMAEL FERREIRA DE MELO

MARIA CECILIA PEREIRA DE MELO

9

| ACC | 10 | 11 | 12 |
|--|----|------------|----|
| A  | | 12/01/2014 | |
| AT  | | | |
| B  | | 12/07/2014 | |
| BT  | | | |
| C  | | | |
| CT  | | | |

9

| D | 10 | 11 | 12 |
|---|----|----|----|
| D1  | | | |
| D2  | | | |
| D3  | | | |
| CE  | | | |
| C18  | | | |
| DE  | | | |
| D1E  | | | |

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
55109951441
MG0464810717

MINAS GERAIS

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: <https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN

[illegible]

I<BRA058629050<186<<<<<<<<<<
8303291F3407127BRA<<<<<<<<<<<D
DANIELA<<APAR<FERREIRA<DE<MELO

TELECOM

DANIELA APARECIDA FERREIRA DE MELO

GURINHATA 403 R
PIRAPITINGA
38307-426 ITUIUTABA MG

PAGUE COM PIX



Nº da fatura
486425529

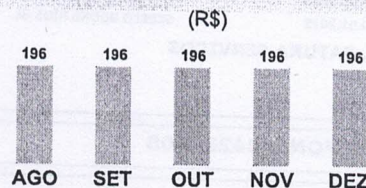
Valor total da conta
R\$ 196,74

Data de vencimento
03 / fev / 2025

FALE COM A ALGAR TELECOM

www.algartelecom.com.br
@algartelecom
facebook.com/algartelecom
Ou ligue 103 12
Baixe o APP Algar Telecom no seu Celular

HISTÓRICO VALOR DA CONTA



EMIÇÃO DESTA CONTA: 21/01/2025

CONTA SIMPLIFICADA

PACOTE CONTRATADO: SVA ILIMITADO BRASIL + PLANO 30GB + ILIMITADO BRASIL + BL 600MB

| SEU NÚMERO | PRODUTO | VALOR (R\$) |
|-------------|--------------------|-------------|
| 3432695236 | Pacote Fixo | 20,34 |
| 04237008 | Pacote Banda Larga | 114,18 |
| 34999939557 | Pacote Celular | 57,13 |

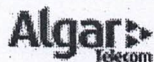
TOTAL R\$ 191,65

SERVIÇOS E OUTROS ADICIONAIS

| SEU NÚMERO | SERVIÇOS | VALOR (R\$) |
|-------------|----------|-------------|
| 34999939557 | Celular | 5,09 |

TOTAL R\$ 5,09

Declaração de quitação anual de débitos. Código do cliente: 000349855374 A Algar Telecom declara para os devidos fins da Lei 12.007/2009 que as faturas vencidas e pagas até o ano de 2024, no que se refere aos serviços por ela prestados se encontram quitadas.



UTILIZE ESTA VIA PARA PAGAMENTO

Você pode migrar para um plano que não possui livros digitais, sem a cobrança de multa. Fale com a gente pelo nosso canal de atendimento 10312.

Nome do Cliente: **DANIELA APARECIDA FERREIRA DE MELO**

| Nº da Fatura | Banco / Agência | Identificação | Data de Vencimento | Valor Total da Conta |
|--------------|-----------------|---------------|--------------------|----------------------|
| 486425529 | | 000349855374 | 03/02/2025 | 196,74 |

84690000001-5 96740004000-2 03498553740-5 48642552900-6

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



DETALHAMENTO DE CONTA ALGAR TELECOM S/A

TELEFONE FIXO : 34-3269-5236
Plano LOCAL: P.A. Nº095/2012 e P.A. Nº096/2012 Plano INTERURBANO: Basico Plano INTERNACIONAL: Basico

| SERVIÇOS | | | |
|-------------|---|---------------------------------|------------|
| PERÍODO | 21.12.2024 | 20.01.2025 | |
| DESCRÇÃO | ILIMITADO BRASIL - SIMPLIFICA INOVATION | SUA FIXA - SIMPLIFICA INOVATION | QUEM CHAMA |
| VALOR (R\$) | 12,45 | 7,89 | 0,00 |
| DESCONTO | 0 | 0 | 0 |
| ALIQ% | 18 | 0 | 0 |
| R\$ 20,34 | | | |

TOTAL TELEFONE: 34-3269-5236
R\$ 20,34

| SERVIÇOS | | | |
|-------------|---------------------------------|----------------------|---------------------|
| PERÍODO | 21.12.2024 | 20.01.2025 | |
| DESCRÇÃO | ASSINATURA BANDA LARGA 600 MBPS | SKELO AUDIO BOOKS BL | SKELO BOOKS KIDS BL |
| VALOR (R\$) | 83,01 | 20,78 | 10,39 |
| DESCONTO | 18 | 0 | 0 |
| ALIQ% | 18 | 0 | 0 |
| R\$ 114,18 | | | |

TOTAL TELEFONE: 04237008
R\$ 114,18

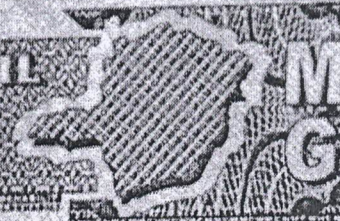
| SERVIÇOS | | | |
|-------------|-----------------------------|--------------------------------------|---------|
| PERÍODO | 21.12.2024 | 20.01.2025 | |
| DESCRÇÃO | DADOS CONTROLE BRASIL 30 GB | FRANQUIA PLANO CONTROLE BRASIL 30 GB | MEDIDUO |
| VALOR (R\$) | 35,46 | 6,10 | 5,09 |
| DESCONTO | 18 | 18 | 0 |
| ALIQ% | 18 | 0 | 0 |
| R\$ 62,22 | | | |

TOTAL TELEFONE: 99993-9557
R\$ 62,22

SUB-TOTAL FATURA
R\$ 196,74

TOTAL DA FATURA ALGAR TELECOM S/A
R\$ 196,74

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO



NOME
VITOR AMANCIO DE PAULO

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
7492744 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO
042.810.676-55 02/06/1981

FILIAÇÃO
ELIO VICENTE DE PAULO

LUZIDELMA FERREIRA DE
PAULO

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
04072294943

VALIDADE
02/02/2032

1ª HABILITAÇÃO
28/03/2007

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ITUIUTABA, MG

DATA EMISSÃO
03/02/2022

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISSOR

08514531671
MG610901362

MINAS GERAIS

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2343500208

PROIBIDO ELAS
2343500208

STANDARD FORM NO. 64

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE
WASHINGTON, D. C. 20301-1000



| | | |
|--|--|--|
| 1. NAME (Last, First, Middle Initial) | 2. SOCIAL SECURITY NUMBER | 3. GRADE OR POSITION |
| 4. DATE OF BIRTH (MM/DD/YYYY) | 5. DATE OF ENTRY INTO SERVICE (MM/DD/YYYY) | 6. DATE OF LAST PROMOTION (MM/DD/YYYY) |
| 7. CURRENT ASSIGNMENT (Organization, Activity, Location) | | |
| 8. PREVIOUS ASSIGNMENTS (List in chronological order) | | |
| 9. EDUCATION (Degree, Institution, Year) | | |
| 10. SPECIAL TRAINING (List in chronological order) | | |
| 11. ACHIEVEMENTS (List in chronological order) | | |
| 12. REFERENCES (List in chronological order) | | |
| 13. COMMENTS (Additional information) | | |

Anotações Gerais

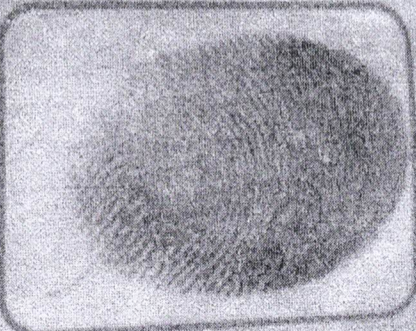
Inscrito(a) pela 4ª Subseção da
OAB/MG, sediada em Ilhúrcaba,
Belo Horizonte, 23/11/2017.

Gustavo Chalfun

Gustavo Chalfun
Diretor Secretário Geral



FOLIOGRAFIA DIRETO



Nº

04106937

[Signature]

Assinatura do Titular da Carteira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2.1 NOME E SOBRENOME
JOSE DIVINO GOMES

1.1 DATA DE NASCIMENTO
15/04/1965

3 DATA LOCAL E UF DE FUNDAMENTO
01/01/1970 ITUIUTABA/MG

4.1 DATA EMISSÃO
16/03/2023

4.2 VALIDADE
15/03/2028

ACC

D

4.3 DOC IDENTIDADE / ORIG EMISSOR / UF
M4867537 SSP MG

4.4 CPF
775.293.756-87

6.1 REGISTRO
01709360882

9 CAT. HAB
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ANTONIO ELIAS GOMES

MARIA CAVALCANTE GOMES

Assinatura do Portador

Assinatura do Portador

| 9 | 10 | 11 | 12 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|-----|----|------------|----|-----|----|------------|----|
| ACC | | | | D | | 15/03/2028 | |
| A | | 15/03/2028 | | D1 | | | |
| A1 | | | | BE | | | |
| B | | 16/03/2028 | | CE | | | |
| B1 | | | | C1E | | | |
| C | | 16/03/2028 | | DE | | | |
| C1 | | | | D1E | | | |

13 OBSERVAÇÕES

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DE TRAN - MG

Assinatura do Emissor

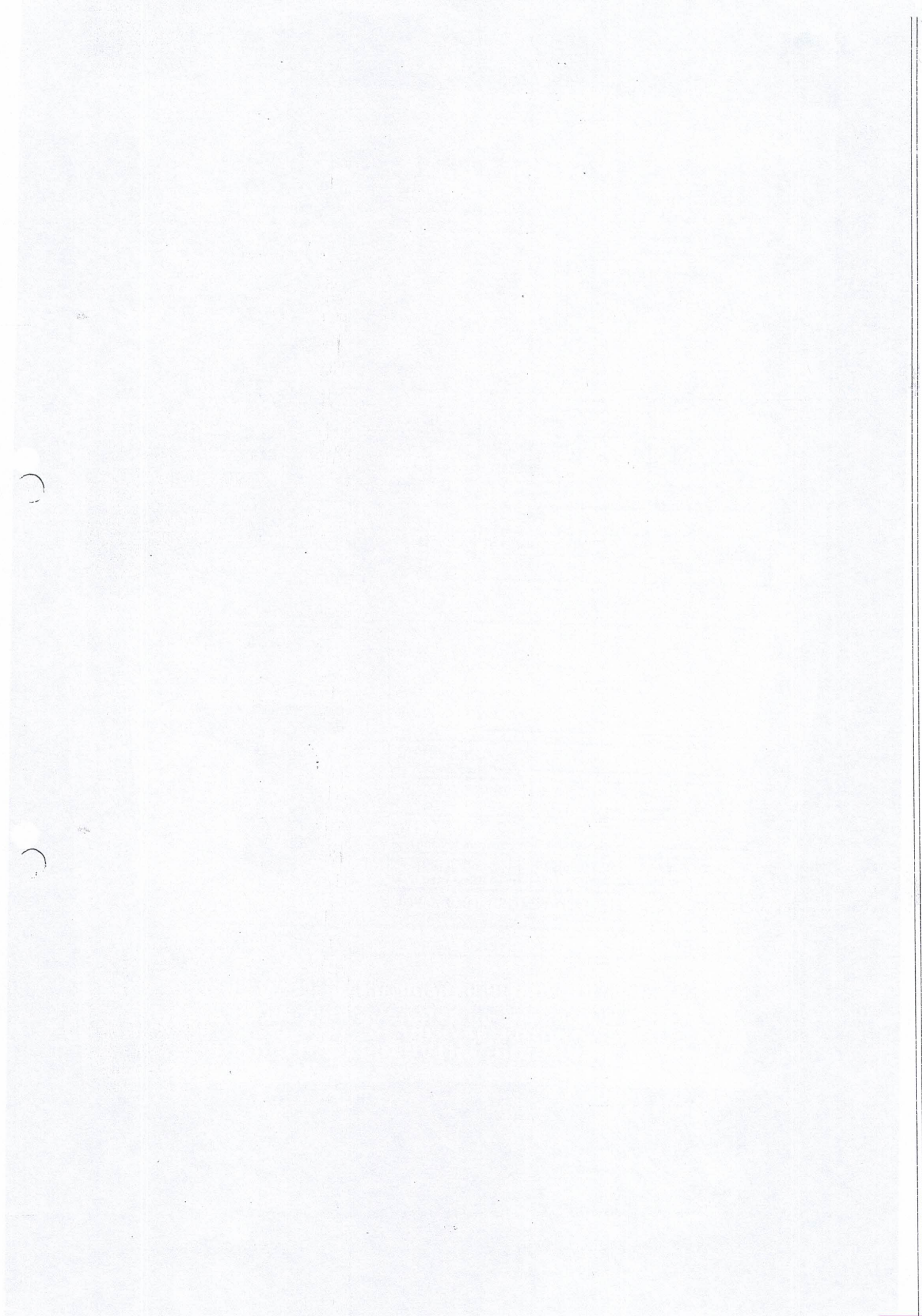
43924114690
MG636331457

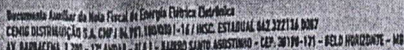
LOCAL
BELO HORIZONTE - MG

MINAS GERAIS

2562811305

2562811305





CPF: 775.2

| | | | | |
|-----------------|-------|-------------|--|----------------------|
| Nº de Inscrição | | Situação | | Classe |
| 3005633798 | | RESIDENCIAL | | Bifásico |
| Data de Entrega | | | | Modalidade Tarifária |
| Anterior | Atual | Pessoa | | Tarifa |
| 18/12 | 20/01 | 17/02 | | Convencional |



Chave de acesso: 31250106981180000116680002301019712002457800
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.gov.br/xped/mo/>

| Tipu de Medicație | Medicație | Lotului Anterior | Lotului Actual | Conținutul de Modificare | Consumul 1979 |
|-------------------|--------------|------------------|----------------|--------------------------|---------------|
| Energia Electrică | APH195008884 | 13406 | 13536 | 1 | 130 |

| Nº da fatura | Unid. | Quant. | Preço unit. | Valor | PIS/CDFs | Base Calc. ICMS | Alíq. ICMS | ICMS | Taxa unit. |
|---|-------|--------|-------------|--------|----------|-----------------|------------|-------|------------|
| Energia Elétrica | kwh | 132 | 1,01112671 | 131,41 | 3,91 | 131,41 | 18,00 | 23,66 | 0,79960008 |
| Contrib.Costeio Num. Pública | | | | 21,60 | | | | | |
| Bônus (TAIPU - art. 21 da Lei 10.438-2002 | | | | -28,28 | | | | | |

| | | | | | |
|-------|--------|------|--------|-------|--------|
| Total | 124.72 | 3.81 | 131.41 | 23.86 | 240.19 |
|-------|--------|------|--------|-------|--------|

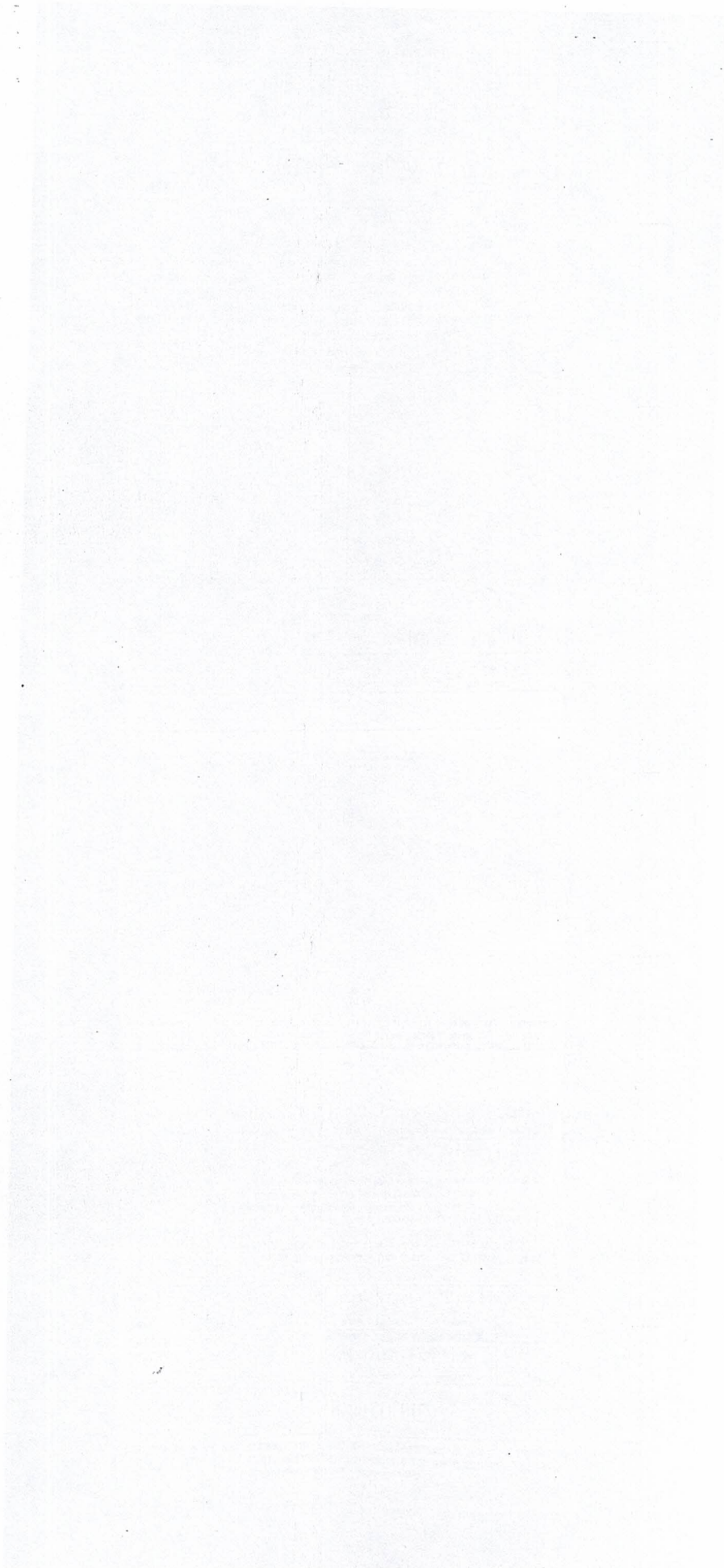
| PERÍODO A | | PERÍODO B | | TOTAL A PAGAR | |
|--------------------|--------|--|------------------|---------------|--|
| JAN/2025 | | 11/02/2025 | | R\$ 124,72 | |
| Banco do Estado RJ | | Aluguel 1º | | Valor RCL | |
| ICMS | 191,41 | 18,00 | | R\$ 23,85 | |
| IRPJ | 107,78 | 0,83 | | R\$ 0,67 | |
| PIS/P | 107,78 | 2,92 | | R\$ 3,14 | |
| COTRIB | | | | | |
| Resumo do Consumo | | Resumo do Consumo Mensal e do Consumo Anterior | | | |
| Consumo | Mês A | Mês B | Dias de Faturam. | | |
| | kWh | kWh/dia | | | |
| MEIA/ANO | 130 | 3,43 | 33 | | |
| DEZ/2024 | 185 | 5,37 | 29 | | |
| NOV/2024 | 292 | 10,06 | 29 | | |
| OUT/2024 | 231 | 7,00 | 33 | | |
| SET/2024 | 234 | 6,66 | 35 | | |
| AGO/2024 | 243 | 7,36 | 33 | | |
| JUL/2024 | 191 | 6,23 | 30 | | |
| JUN/2024 | 237 | 7,19 | 33 | | |
| MAI/2024 | 223 | 7,68 | 29 | | |
| ABR/2024 | 230 | 7,93 | 29 | | |
| MAR/2024 | 244 | 8,41 | 29 | | |
| FEV/2024 | 209 | 6,53 | 32 | | |
| JAN/2024 | 190 | 5,12 | 31 | | |

[illegible]

COMISSÃO DE REGISTRO
 008121058009
 VENCIMENTO
 11/02/2025
 TOTAL A PAGAR
 R\$ 124,72

3005637118





VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1992505882

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
VINICIUS DA SILVA



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF
M7202807 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO
012.004.316-50 11/08/1976

FILIAÇÃO
JOAO PEDRO LUIZ DA SILVA
LEONICE BALDUINA DA SILVA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB
[Hatched Box] [Hatched Box] B

Nº REGISTRO VALIDADE 1º HABILITAÇÃO
03071854050 18/02/2025 22/10/2003

OBSERVAÇÕES

A 1

Vinicius da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ITUIUTABA, MG

DATA EMISSÃO
19/02/2020

[Signature]

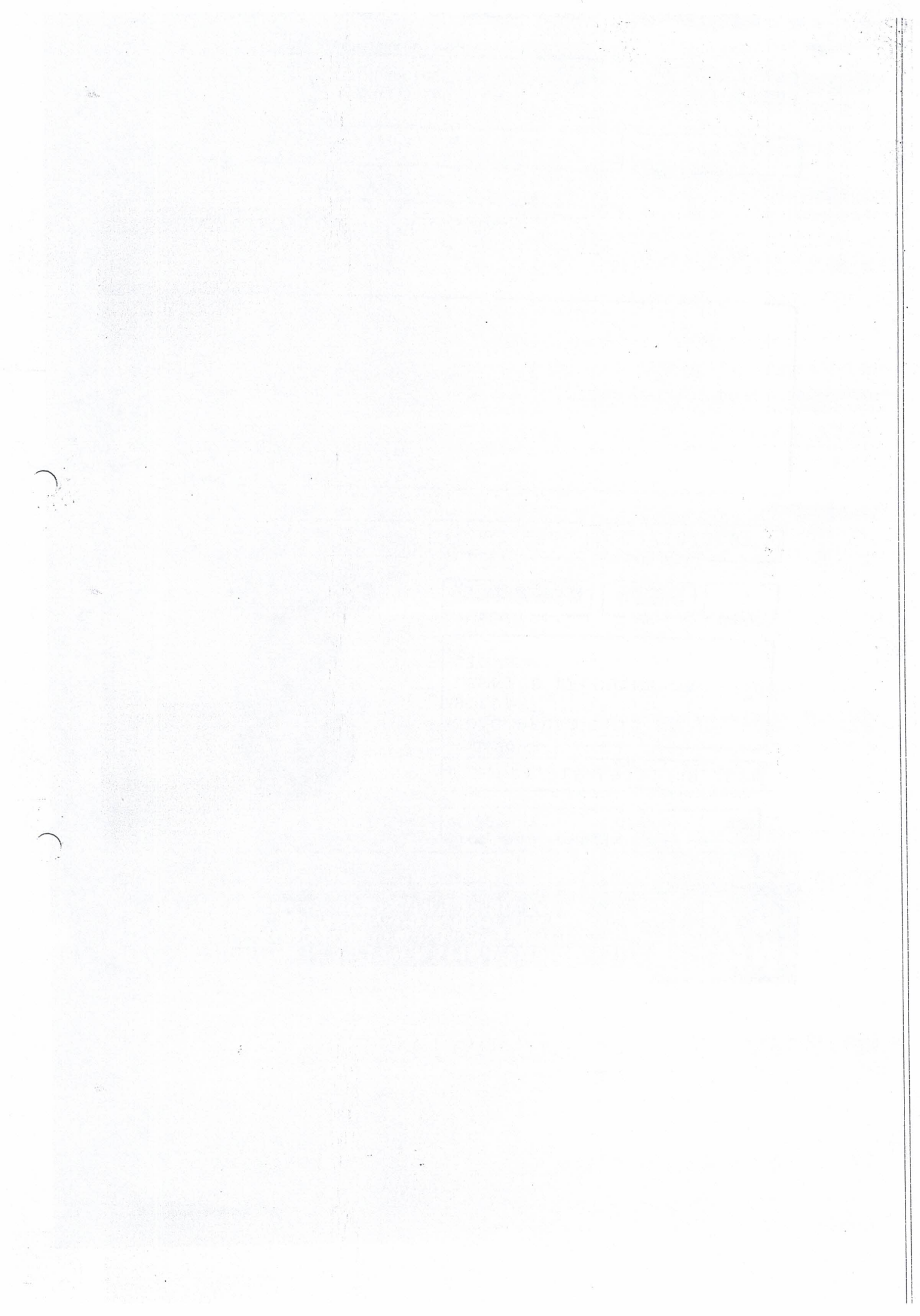
Kleyverson Rezende
Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISSOR

14677057884
MG571487670

PROIBIDO PLASTIFICAR

92505882

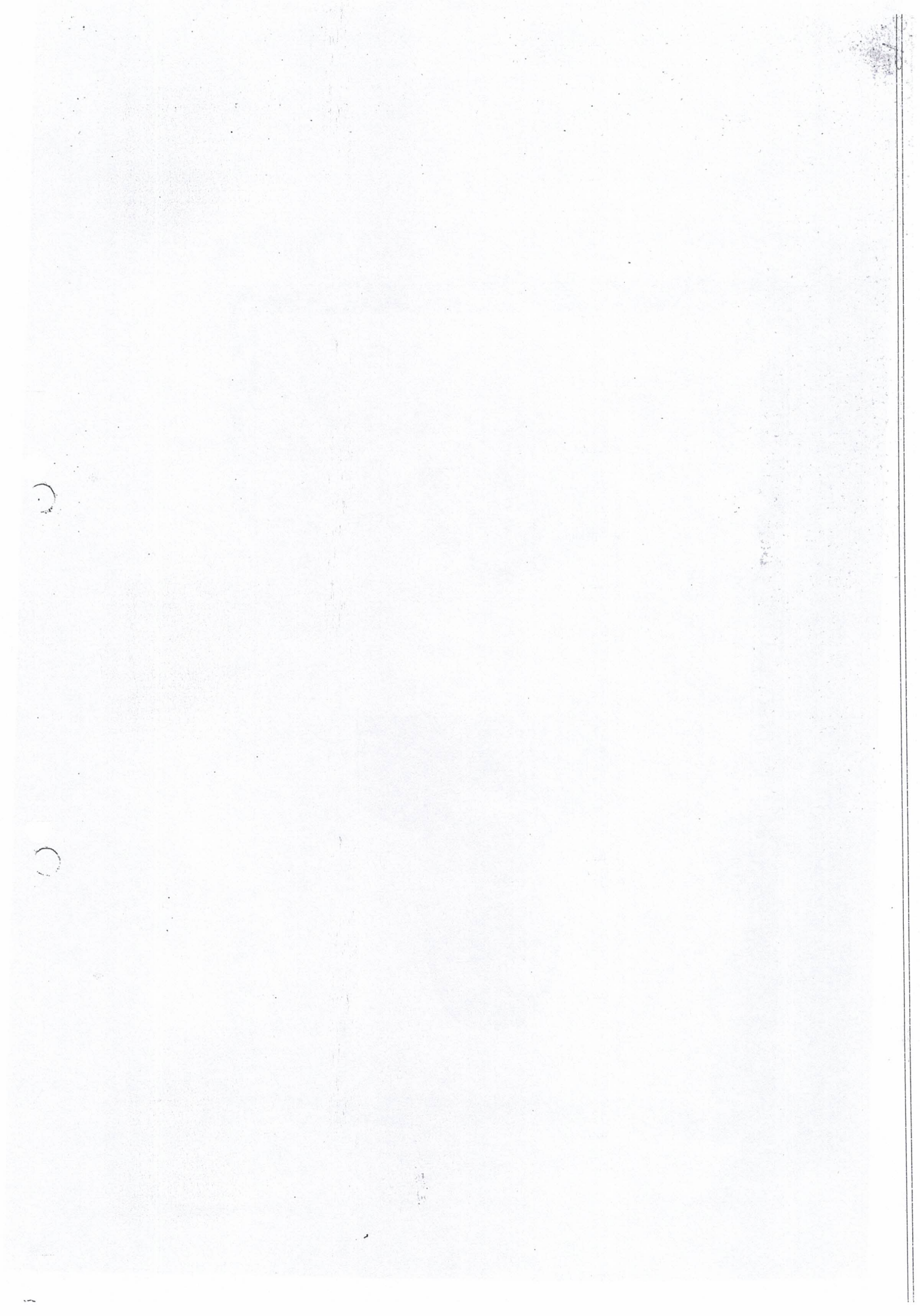


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



Miguel Santos Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

DATA DE
EXPEDIÇÃO

NOME

FILIAÇÃO

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORGEM

CPF

LEITIA MARIA DA SILVA
MATERIA DE HISTÓRIA

15-11-1980



Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.701.180/0001-16 INSC. ESTADUAL 042.022138-0007

AV. PARANÁ, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP. 30193-131 - BELA VISTA - MG

MICHEL SANTOS SILVA

RUA DOZE 307 CS

SANTA MARIA
ITUJUBA - MG

CEP: 38304234

CPF: 067.8

Nº DO CLIENTE: 7206331285

| R. de Instalação | | Subclasse | Classe |
|------------------|-------|----------------------------|----------|
| 3007533721 | | Residencial
Baixa Renda | Bifásico |
| R. de Instalação | | Modalidade Tarifária | |
| Anterior | Atual | Tarifa
Convencional | |
| 25/11 | 23/12 | 24/01 | |



Control: 32043/1106382/0011 Data da impressão: 23/12/2024 08:52:32
NOTA FISCAL: 222530438 Série: 000 Data de emissão: 23/12/2024

Chave de acesso: 31241206981180000116660002225394382089165870
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg>

| Tipo de Medição | Medição | Leitura Anterior | Leitura Atual | Constante de Multiplicação | Consumo kWh |
|------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------------|-------------|
| Energia Elétrica | APL237153140 | 669 | 750 | 1 | 81 |

| Item da Fatura | Unid. | Quant. | Preço unit. | Valor | PIS
COFINS | Base Calc.
ICMS | Alíquota
ICMS | ICMS | Tarifa unit. |
|------------------|-------|--------|-------------|-------|---------------|--------------------|------------------|------|--------------|
| Energia até 30 | kWh | 30 | 0.24689450 | 7.40 | 0.23 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.23901857 |
| Energia 31 a 100 | kWh | 51 | 0.42325136 | 21.56 | 0.68 | 0.00 | 0.00 | 0.00 | 0.40974964 |

Contrib. Custeio Ilum. Pública

Multa 2% sobre conta de 10/2024

Correção IPCA/IGPM s/ conta 08/24 pg 12/12/24

Correção IPCA/IGPM s/ conta 09/24 pg 12/12/24

Correção IPCA/IGPM s/ conta 10/24 pg 12/12/24

Juros 1% an sobre conta 10/24 pg 12/12/24

Juros 1% an sobre pagamento em 12/12/24

Taxa de Relação

Cobrança da Conta de Energia de 11/2024

Dif. recálculo tarifa integral

17.89

1.42

0.24

0.31

0.19

0.09

1.69

16.11

50.01

28.01

0.88

0.00

0.00

0.00

27.13

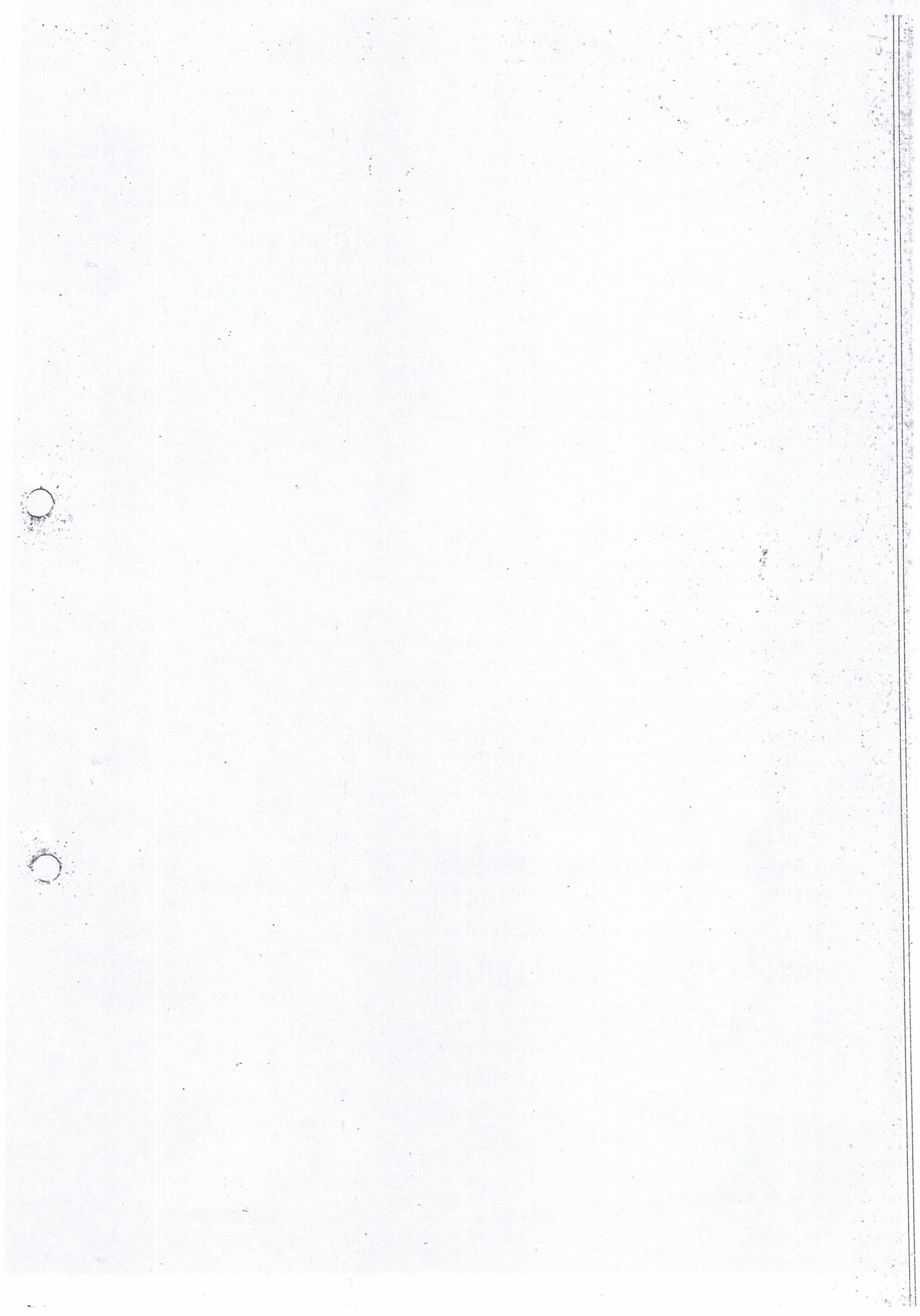
0.00

0.00

0.00

0.00

Subsidio tarifa líquida



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2628216847

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSPORTES

CARTeira NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2º NOME E SOBRENOME
CHARLES PIRES PEREIRA

1ª HABILITAÇÃO
27/08/2008

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
15/05/1987 ITUIUTABA/MG

4a DATA EMISSÃO
07/09/2023

4b VALIDADE
05/09/2033

ACC
D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
MG11952956 SSP MG

4d CPF
076.171.936-96

5 Nº REGISTRO
04448456794

5 CAT. HAB
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
GILBERTO BATISTA PEREIRA

FRANCISCA FERREIRA PEREIRA



Charles Pires Pereira

7 ASSINATURA DO PORTADOR



Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.100/0001-74 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087
AV. BARRACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP. 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

FRANCISCA FERREIRA PEREIRA

RUA PEDRO RODRIGUES CHAVES 314
CS

JARDIM DO ROSARIO
ITUJUTABA - MG

CEP: 38304020

CPF: 753.400.000-00

Nº DO CLIENTE:

| Nº da Instalação | Subclasse | Classe |
|----------------------|-------------|------------|
| 3002271308 | RESIDENCIAL | Monofásico |
| Data de Leitura | | |
| Anterior | Atual | Próxima |
| 26/12 | 27/01 | 24/02 |
| Modalidade Tarifária | | |
| Tarifa Convencional | | |



Controle: 32045/1142489/0024 Data da impressão: 27/01/2025 09:47:43
NOTA FISCAL: 232949490 Série: 000 Data de emissão: 27/01/2025

Chave de acesso: 3125010698118000011666000 329494902052946191
EMITIDA EM CONTINGENCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

| Tipo de Medição | Medição | Leitura Anterior | Leitura Atual | Constante de Multiplicação | Consumo kWh |
|------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------------|-------------|
| Energia Elétrica | AMI149256103 | 21841 | 22013 | 1 | 172 |

| Item da fatura | Unid. | Quant. | Preço unit. | Valor | PIS/COFINS | Bases Calc. ICMS | ICMS | Tarifa unit. |
|--|-------|--------|-------------|--------|------------|------------------|------|--------------|
| Energia Elétrica | kWh | 172 | 1,01112671 | 173,89 | 5,05 | 173,89 | 8,00 | 31,30 |
| Contrib. Custeio Ilum. Pública | | | | 30,78 | | | | |
| Alta 2% sobre conta de 12/2024 | | | | 3,70 | | | | |
| Inus ITAIPU - art. 21 da Lei 10.438/2002 | | | | -24,07 | | | | |



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
 SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2544031656

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2- NOME E SOBRENOME
RONDIRNELI SUZIGAN SOARES



7 ASSINATURA DO PORTADOR


3- DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
26/11/1982, ITUIUTABA, MG

4- DATA EMISSÃO
26/01/2033

4-5 DOC IDENTIFICAD(OR) / OUTRO EMISSOR / UF
MG9184056 SSP MG

6- CPF
066.475.816-93

8- N.º REGISTRO
0591066-64-990

8- CUF HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
DALVO MIGUEL SOARES

ALETH SUZIGAN DE MACEDO SOARES

| | 10 | 11 | 12 |
|--|----|----|----|
| A -  | | | |
| A -  | | | |
| AJ -  | | | |
| B -  | | | |
| B1 -  | | | |
| C -  | | | |
| C1 -  | | | |

| | 10 | 11 | 12 |
|---|----|----|----|
| D -  | | | |
| D1 -  | | | |
| DE -  | | | |
| CE -  | | | |
| C1E -  | | | |
| DE -  | | | |
| D1E -  | | | |

12- OBSERVAÇÕES

LOCAL
ITUIUTABA, MG

ASSINADO DIGITALMENTE
 DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

306870906-16
MG631838466

MINAS GERAIS

2544031656

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

2 e 3. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nomme y apellido - Primeira Habilitação/First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data de Nascimento / Date of Birth / Fecha de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date / ODDMYYYY - 5a. Faixa de Jovens - 6a. Data de Validade / Expiration Date / Vencimiento / Validity - 7a. RG - 8a. Documento Nacional de Identidade / Identity Document / Fecha de Emisión - 9a. Documento de Identificação / Identification Document / Documento de Identificación - 10a. CPF - 11a. Número de Registro do Cidadão / Citizen's Identity Number / Número de Registro del Ciudadano - 12a. Carteira de Identificação / Identification Card / Cartilla de Identificación - 13a. Carteira de Registro Profissional / Professional Registration Card / Cartilla de Registro Profesional - 14a. Carteira de Registro de Habilitação / Habilitation Registration Card / Cartilla de Registro de Habilitación - 15a. Observações / Observations / Observaciones - 16a. Fluxo / Flow / Flujo

I<BRA059106644<908<<<<<<<<<<
8211262M3301247BRA<<<<<<<<<8
RONDINELLI<SUZIGAN<SOARES<<<<



SAE - SUPERINTENDENCIA DE AGUA E E
AVENIDA 33, 474
BAIRRO: SETOR SUL CEP: 38300030
ITUJUBA - MG
CNPJ: 17.819.061/0001-88
Telefone: 03432680400

2ª VIA DA CONTA
5418012025-2
12/02/2025 - 17:47

CONTA DE ÁGUA E ESGOTO

RONDINELLI SUZIGAN SOARES
Endereço: RUA GURINHATA, 403 - PIRAPITINGA - CEP: 38307-426 - ITUIUTABA/MG
Cod. ligação: 05418-9
Mapa cadastral: 11 - 05 - 70
Id. eletrônico: 9055418@11

MÊS/ANO
01/2025

RES 1
COM 0
IND 0
PUB 0

| DESCRIÇÃO | VALOR |
|------------------|-------|
| TARIFA DE ÁGUA | 8,34 |
| TARIFA DE ESGOTO | 5,84 |
| MULTA 11/2024 | 0,48 |
| TBO AGUA | 13,43 |
| TBO ESGOTO | 9,40 |
| JUROS DE MORA | 0,78 |

| | | | | | |
|---|---------------------------------|------------------------|--------------------------|----------------------------------|-----------------|
| DATA DE LEITURA
16/01/2025 | DATA LEITURA ORIG
16/01/2025 | DATA PROX LEITURA
- | VENCIMENTO
18/02/2025 | VALOR A PAGAR
R\$38,27 | |
| L. ANTERIOR
0 | L. ATUAL
2223 | CONS. REAL
6m3 | CONS. FATURADO
6m3 | MÉDIA
8m3 | OCORRÊNCIA
0 |
| HIDRÔMETRO
Y11L195138 | | VAZÃO
1,5m3 | DIÂMETRO
1/2" | DATA DA INSTALAÇÃO
13/05/2011 | |
| CONSUMO | MÊS | MENSAGEM | | | |
| Autarquia municipal imune de IRRF conforme constituição da república, ART150, inciso VI, parágrafo 2 IN RFB N1234, capítulo III, ART 4 anexo XV | | | | | |

Certificação: 5298.3869.5977.7252.9404-9 | 12/02/2025 17:47:57



SAE - SUPERINTENDENCIA DE AGUA E E
AVENIDA 33, 474
BAIRRO: SETOR SUL CEP: 38300030
ITUJUBA - MG
CNPJ: 17.819.061/0001-88

2ª VIA DA CONTA
5418012025-2
12/02/2025 - 17:47

CONTA DE ÁGUA E ESGOTO

RONDINELLI SUZIGAN SOARES
Endereço: RUA GURINHATA, 403 - PIRAPITINGA - CEP: 38307-426 - ITUIUTABA/MG
Cod. ligação: 05418-9
Mapa cadastral: 11 - 05 - 70
Id. eletrônico: 9055418@11

MÊS/ANO
01/2025

RES 1
COM 0
IND 0
PUB 0

| | |
|--------------------------|---------------------------|
| VENCIMENTO
18/02/2025 | VALOR A PAGAR
R\$38,27 |
|--------------------------|---------------------------|

Certificação: 5298.3869.5977.7252.9404-9 | 12/02/2025 17:47:57

82680000000-0 38270074202-8 50218000000-7 54180120251-9







STANDARD FORM NO. 64 (REV. 1-65)

OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE

WASHINGTON, D.C. 20301-6000

1. REPORT NUMBER

2. AUTHOR

3. TITLE (and Subtitle)

4. AUTHORING ORGANIZATION

5. PERFORMING ORGANIZATION

6. AUTHORING ORGANIZATION

7. PERFORMING ORGANIZATION

8. PERFORMING ORGANIZATION

9. PERFORMING ORGANIZATION

10. PERFORMING ORGANIZATION

11. PERFORMING ORGANIZATION

12. PERFORMING ORGANIZATION

13. PERFORMING ORGANIZATION

14. PERFORMING ORGANIZATION

15. PERFORMING ORGANIZATION

16. PERFORMING ORGANIZATION

17. PERFORMING ORGANIZATION

18. PERFORMING ORGANIZATION

19. PERFORMING ORGANIZATION

20. PERFORMING ORGANIZATION

21. PERFORMING ORGANIZATION

22. PERFORMING ORGANIZATION

23. PERFORMING ORGANIZATION

24. PERFORMING ORGANIZATION

25. PERFORMING ORGANIZATION

26. PERFORMING ORGANIZATION

27. PERFORMING ORGANIZATION

28. PERFORMING ORGANIZATION

29. PERFORMING ORGANIZATION

30. PERFORMING ORGANIZATION

31. PERFORMING ORGANIZATION

32. PERFORMING ORGANIZATION

33. PERFORMING ORGANIZATION

34. PERFORMING ORGANIZATION

35. PERFORMING ORGANIZATION

36. PERFORMING ORGANIZATION

37. PERFORMING ORGANIZATION

38. PERFORMING ORGANIZATION

39. PERFORMING ORGANIZATION

40. PERFORMING ORGANIZATION

41. PERFORMING ORGANIZATION

42. PERFORMING ORGANIZATION

43. PERFORMING ORGANIZATION

44. PERFORMING ORGANIZATION

45. PERFORMING ORGANIZATION

ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE REGISTRO CIVIL

NOME RICARDO TIBURCIO MENDES



FILIAÇÃO
GEISE LOPES TIBURCIO MENDES

VALTON MENDES

DATA NASCIMENTO 07/09/1988

PCMG

0

NATURALIDADE
ITUJUBA-MG

OBSERVAÇÃO

Ricardo Tiburcio Mendes

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Visto

CEMIG

Endereço: Rua José da Silva Ramos 440 - CO
 13041-100 - Jundiaí - SP
 CEP: 13041-100 - Jundiaí - SP

VALTON MENDES

RUA JOSE DA SILVA RAMOS 440 CO

ALCIDES JUNQUEIRA
 JUNDIABA - MG
 CEP: 38304112

CPF: 288.744.264-21

Nº DO CLIENTE: 7003336313

| Endereço | Classificação | Classificação |
|------------|---------------|---------------|
| 300764/367 | Comercial | Mercado Livre |
| Atividade | Atividade | Atividade |
| 26/11 | 26/12 | 27/01 |
| | | Taxa |
| | | Conveniência |



Control: 320411104104400 Data da emissão: 20/05/2014
 NOTA FISCAL 224217815 Data de emissão: 20/05/2014

Chave de acesso: 312412068611340413060007231701220722222
 EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTENTICAÇÃO
 Documento Autêntico da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
 Consulte a chave de acesso em: <http://www.sp.sit.fazenda.gov.br/validar>

| Item de Medida | Medida | Letra Alfanumérica | Letra Alfanumérica | Letra Alfanumérica | Letra Alfanumérica |
|----------------|--------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Item de Medida | AMH149236101 | 81954 | 82561 | 1 | 507 |

| Item de fatura | Unid. | Quant. | Preço unit. | Valor | COFINS | ICMS | ICMS | ICMS | Taxa |
|---------------------------------|-------|--------|-------------|--------|--------|--------|-------|--------|------------|
| Energia Elétrica | kWh | 607 | 101053,74 | 613,36 | 18,03 | 613,36 | 18,00 | 110,40 | 0,00223551 |
| Contrib. Custeio Ilum. Pública | | | | 65,97 | | | | | |
| Multa 2% sobre conta de 11/2014 | | | | 12,05 | | | | | |

Valor total: 613,36 + 18,03 + 613,36 + 18,00 + 110,40 = 1354,15

| | | | |
|------|--------|-------|------------|
| ICMS | 613,36 | 18,00 | R\$ 110,40 |
| ICMS | 607,00 | 0,07 | R\$ 2,86 |
| ICMS | 402,00 | 1,07 | R\$ 13,17 |

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
UILSON PEREIRA ROSA

1ª HABILITAÇÃO
04/09/1992

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
17/09/1964 SANTA VITORIA/MG

4a DATA EMISSÃO
09/08/2022

4b VALIDADE
09/08/2027

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ORG EMISSOR / UF

M3533791 SSP MG

4d CPF

638.890.996-53

5 Nº REGISTRO

02000042545

9 CAT. HAB

A

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

LINDORIO PEREIRA ROSA

LINDORNETA DA SILVA PEREIRA



Uilson Pereira Rosa

ASSINATURA DO PORTADOR

| 9 | 10 | 11 | 12 |
|-----|----|------------|----|
| ACC | | | |
| A | | 09/08/2027 | |
| A1 | | | |
| B | | | |
| B1 | | | |
| C | | | |
| C1 | | | |

| 9 | 10 | 11 | 12 |
|-----|----|----|----|
| D | | | |
| D1 | | | |
| BE | | | |
| CE | | | |
| C1E | | | |
| DE | | | |
| D1E | | | |

12 OBSERVAÇÕES

A.

LOCAL

BELO HORIZONTE, MG

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DETRAN - MG

ASSINATURA DO EMISSOR

47809432971
MG621454583

MINAS GERAIS

2430789177

2430789177



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA

PRATICA DE TRATAMENTO DE RESIDUOS LIQUIDOS DOMESTICOS
COP. 17/11/1993/1994/1995/1996/1997/1998/1999/2000/2001/2002/2003/2004/2005/2006/2007/2008/2009/2010/2011/2012/2013/2014/2015/2016/2017/2018/2019/2020/2021/2022/2023/2024

| | |
|--|--|
| WILSON PEREIRA ROSA
RUA C-11, 431, CANAÃ II
38303-305, ITUIUTABA MG 22-21-190 | MES/ANO: 07/2024
NR. GUIA
39602072024-1
CATEGORIA/OTDE
1-RES; |
|--|--|

LIGACAO: 39602-8 ID. ELETRO: 82139602022

| DESCRICAO | VALOR |
|----------------------------|-------|
| TBO AGUA | 13,43 |
| TBO ESGOTO | 9,40 |
| TARIFA DE AGUA | 22,92 |
| TARIFA DE ESGOTO | 16,04 |
| MULTA 06/2024 | 0,78 |
| JUROS DE MORA 05/2024 | 0,51 |
| DOACAO AO HOSPITAL S. JOSE | 5,00 |

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2.
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

| | | | |
|-------------------------------------|----------------------------------|--------------------------|----------------------------------|
| DATA LEITURA ANTERIOR
28/06/2024 | DATA LEITURA ATUAL
26/07/2024 | VENCIMENTO
16/08/2024 | VALOR A PAGAR
R\$ 68,08 |
| LEITURA ANTERIOR
2606 m3 | LEITURA ATUAL
2618 m3 | CONSUMO REAL
12 m3 | CONSUMO FATURADO
12 m3 |
| MG. DO HIDROMETRO
Y11L394638 | TAÇA
1.5 m3 | DIAMETRO
1/2 | DATA DE INSTALACAO
16/09/2011 |

HISTORICO

| DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES | | | | REMARKS |
|---------------------------|---------|------|-------|--|
| ME | CONSUMO | DIAS | MEDIA | AVISO DE CONTA VENCIDA: Ate 13/07/2024 com
(aviso de pendencia) a (1) 02/07/2024
R\$ 14,00 |
| 06/2024 | 15 | 31 | 0,48 | |
| 05/2024 | 18 | 27 | 0,67 | |
| 04/2024 | 28 | 34 | 0,82 | |
| 03/2024 | 23 | 28 | 0,82 | |
| 02/2024 | 21 | 30 | 0,70 | |
| 01/2024 | 32 | 34 | 0,94 | |

| PARAMETRO | UNIDADE | VALOR PERMITIDO | VALOR REALIZADO | VALOR PERMITIDO |
|-----------------|---------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Turbidez | NTU | ate 5,0 | 0,11 | 4,42 |
| Cor Aparente | UH | ate 15,0 | 0,00 | 7 |
| Cloro Residual | mg/L | de 0,50 a 2,0 | 0,54 | 1,32 |
| Fluor | mg/L | de 0,60 a 0,80 | 0,33 | 0,77 |
| pH | | de 6,0 a 9,5 | 6,81 | 7,84 |
| Coliformes Tot | | Ausencia | Ausente | Ausente |
| Colif. Termotol | | Ausencia | Ausente | Ausente |

FAZER AUTENTICAÇÃO NO VERSO - DEVOLVER AO DEPARTAMENTO

EMISSAO: 26/07/2024 15:53

WILSON PEREIRA ROSA

MES/ANO: 07/2024



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2624663636

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRA-ESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 e 3. NOME E SOBRENOME
ROMES MIGUEL ALVES NUNES

1ª HABILITAÇÃO
24/08/2004



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
13/06/1959 ITUIUTABA/MG

4a DATA EMISSÃO
11/07/2023

4b VALIDADE
11/07/2028

ACC **D**

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
M4105247 SSP MG

4d CPF
266.714.096-68

5 Nº REGISTRO
03364034966

6 CAT. HAB.
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
RAMIRO SOARES NUNES

GENT ALVES NUNES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

| 9 | 10 | 11 | 12 | 9 | 10 | 11 | 12 |
|-----|----|------------|----|-----|----|------------|----|
| ACC | | | | D | | 11/07/2028 | |
| A | | 11/07/2028 | | D1 | | | |
| A1 | | | | BE | | | |
| B | | 11/07/2028 | | CE | | | |
| B1 | | | | C1E | | | |
| C | | 11/07/2028 | | DE | | | |
| C1 | | | | D1E | | | |

12 OBSERVAÇÕES
EAR:

LOCAL
ITUIUTABA, MG

LUCAS VILAS BOAS PACHECO
CHEFE DE TRÂNSITO

ASSINATURA DO EMISSOR
84824011250
MG643034714

2624663636

MINAS GERAIS

CEMIG

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.188/0001-16 / INSC. ESTADUAL 042.322.136.0087
AV. BARBACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30199-131 - BELA HORIZONTE - MG

ROMES MIGUEL ALVES NUNES

RUA CARIRIS 143 CS

RESIDENCIAL BURITIS

ITUJUBA - MG

CEP: 38302452

CPF: 760 /

Nº DO CLIENTE: 7009468913

| Nº da Instalação | | Subclasse | Classe |
|------------------|-------|-------------|----------------------|
| 3010991378 | | RESIDENCIAL | Monofásico |
| Data de Leitura | | | Modalidade Tarifária |
| Anterior | Atual | Próxima | Tarifa |
| 22/11 | 20/12 | 22/01 | Convencional |



Control: 320431103590/0083 Data da Impressão: 20/12/2024 07:14:28
NOTA FISCAL 221480055 Série:000 Data de emissão: 20/12/2024

Chave de acesso: 31241206981180000116660002214800552088782842
EMITIDA EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg>

| Tipo de Medição | Medição | Leitura Anterior | Leitura Atual | Constante de Multiplicação | Consumo kWh |
|------------------|-----------------|------------------|---------------|----------------------------|-------------|
| | | | | | 113 |
| Energia Elétrica | AT:ID 118079903 | 14325 | 14438 | 1 | |

| Descrição da Fatura | Unid. | Quant. | Preço unit. | Valor | PS | B.I. e Calt. 20/11/24 | ICMS | Tarifa unit. |
|--|-------|--------|-------------|-------|--------|-----------------------|-------|--------------|
| | | | | | COFINS | ICMS | ICMS | |
| Energia Elétrica | kWh | 113 | 101415107 | 11458 | 2,99 | 114,68 | 18,00 | 20,62 |
| | | | | 21,99 | | | | |
| Contrib. Estado Supl. Pública | | | | 2,32 | | | | |
| Multa x sobre conta de 11/2024 | | | | 0,36 | | | | |
| Conexão PCA RPPM - conta 10/24 pg 22/11/24 | | | | 0,66 | | | | |
| Juros 1º juros sobre conta 10/24 pg 22/11/24 | | | | | | | | |

Total 139,90 2,99 114,68 20,62 Pag 1 de 1
BANDEIRA AMARELA - Já incluindo no valor a pagar

DE 27/2024

09/01/2025

R\$ 139,90



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2275298338

NOME
LUCIANO SEVERINO MUNIZ

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
MG5941279 SSP MG

CPE
849.219.786-20

DATA NASCIMENTO
10/07/1972

FILIAÇÃO
MIGUEL ALMEIDA MUNIZ
GILKA SEVERINO MUNIZ

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
01922571302

VALIDADE
21/09/2011

1ª HABILITAÇÃO
11/06/1991

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
ITUJUBA, MG

DATA EMISSÃO
29/09/2011

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

18646740427
MG602896312

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO/SENATRAN

SECRET

1. [illegible]

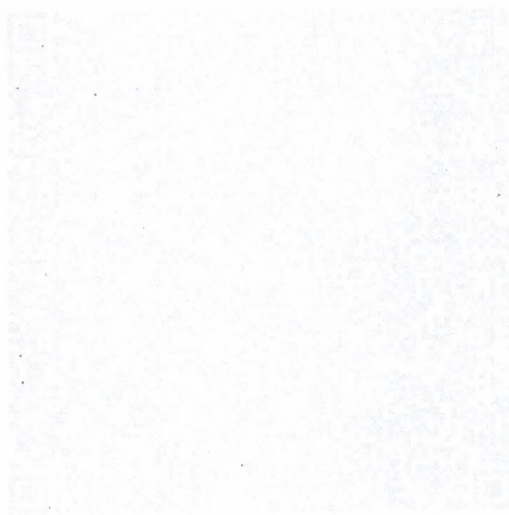
2. [illegible]

3. [illegible]

4. [illegible]

5. [illegible]

6. [illegible]



SECRET

CT

CT

CT



DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087.
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

REIMPRESSÃO

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

LUCIANO SEVERINO MUNIZ
RUA TRINTA E SETE 319 CS
SETOR SUL
38300-024 ITUIUTABA, MG
CPF 849.2**.*-**-**

Referente a
FEV/2025

Vencimento
04/03/2025

Valor a pagar (R\$)
117,09



NOTA FISCAL Nº 239084762 - SÉRIE 000
Data de emissão: 13/02/2025
Consulte pela chave de acesso em:
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e>
chave de acesso:
31250206981180000116660002390847622016183022
Protocolo de autorização: 1312500259466347
14.02.2025 às 00:28:17
Emitida em Contingência

Nº DA INSTALAÇÃO
3004810909

Classe
Residencial
Bifásico

Subclasse
Residencial

Modalidade Tarifária
Convencional B1

Anterior
16/01

Datas de Leitura
Atual 13/02
Nº de dias 28
Próxima 17/03

| Itens da Fatura | Unid. | Quant. | Valores Faturados | | PIS/COFINS | Base Calc.
ICMS | Aliq.
ICMS | ICMS | Tarifa Unit. |
|--------------------------------|-------|--------|-------------------|---------------|-------------|--------------------|---------------|-------------|--------------|
| | | | Preço Unit | Valor (R\$) | | | | | |
| Energia Elétrica | kWh | 50 | 1,02279151 | 51,12 | 1,94 | 51,12 | 18,00 | 9,20 | 0,79969000 |
| Energia SCEE ISENTA | kWh | 325 | 0,53071000 | 172,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,53071000 |
| Energia compensada GD I | kWh | 325 | 0,53071000 | -172,48 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,53071000 |
| Contrib Ilum Publica Municipal | | | | 65,97 | | | | | |
| TOTAL | | | | 117,09 | 1,94 | 51,12 | | 9,20 | |

Informações Técnicas

| Tipo de Medição | Medição | Leitura | Leitura | Constante
de Multiplicação | Consumo kWh |
|------------------|--------------|----------|---------|-------------------------------|-------------|
| | | Anterior | Atual | | |
| Energia kWh | ARL195113628 | 18.901 | 19.276 | 1 | 375 |
| Energia Injetada | ARL195113628 | 22.840 | 23.182 | 1 | 342 |

Informações Gerais

SALDO ATUAL DE GERAÇÃO: 1.480,00 kWh. Tarifa vigente conforme Res Aneel nº 3.328, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. Unidade faz parte de sistema de compensação de energia. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br. JAN/25 Band. Verde - FEV/25 Band. Verde.

Reservado ao Fisco

| | Base de cálculo (R\$) | Alíquota (%) | Valor (R\$) |
|--------|-----------------------|--------------|-------------|
| ICMS | 51,12 | 18,00 | 9,20 |
| PASEP | 41,92 | 0,83 | 0,34 |
| COFINS | 41,92 | 3,82 | 1,60 |

Faça com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

Código de Débito Automático
000087335162
Fevereiro/2025

Instalação
3004810909

Vencimento
04/03/2025

Total a pagar
R\$117,09

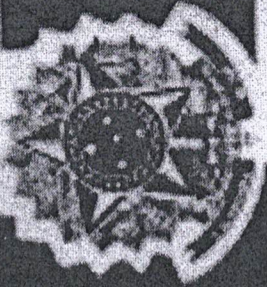
83670000001-8 17090138005-6 51420070533-3 00087335162-1



CEMIG
Distribuição S.A.



PIX Pague Aqui



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

M
G

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2343416891

NOME

ISNAIDER ALVES PEREIRA GUIMARAES

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF

MG7104628 SSP MG

CPF

038.182.046-75

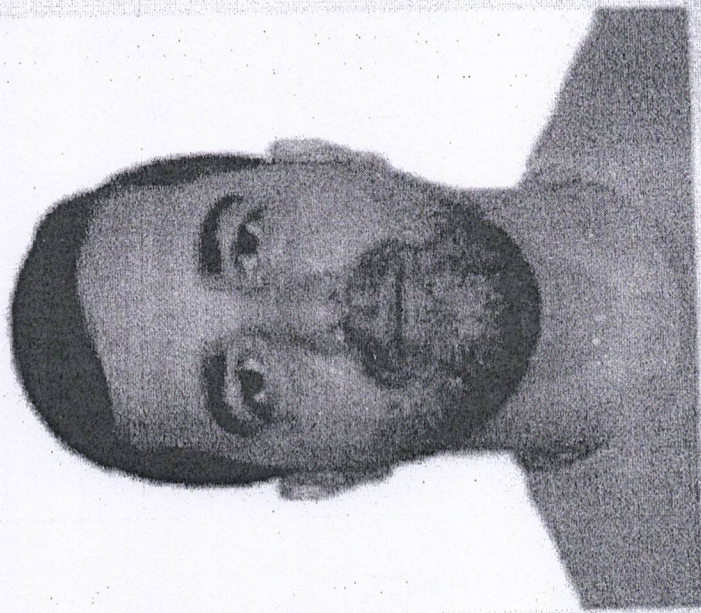
DATA NASCIMENTO

20/09/1978

FILIAÇÃO

NIVALCI ALVES GUIMARAES

MARIA ELENA PEREIRA GUIMARA
ES



Nº REGISTRO

00509188256

PERMISSÃO



ACC



CAT. HAB.

AB

VALIDADE

02/02/2032

1ª HABILITAÇÃO

08/05/1997

1980 11 24 23

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

038 185 046-15

0000000000

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES

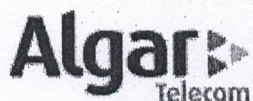
RECEIVED ALVARS PEREZIN QUIMINAYES



Comprovante de pagamento

Via do Cliente

| CÓD. CLIENTE | TELEFONE | DOCUMENTO | EMISSÃO | VENCIMENTO | VALOR |
|--------------|----------|-------------|------------|------------|-------|
| 000430092610 | N/A | 20485037836 | 19/02/2025 | A Vista | R\$ 0 |



ALGAR TELECOM S/A

Rua José Alves Garcia, 415 - Uberlândia/MG - CEP: 38400-668

Insc. Est.: 702.980.945-0010

CNPJ: 71.208.516/0001-74

NÃO RECEBER APÓS 15 DIAS DA DATA DO DOCUMENTO

A multa de 2% e juros por atraso no pagamento serão incluídos na próxima conta. Este documento pode ser pago nos bancos credenciados, nas casas loterias, agências dos correios e agentes arrecadadores autorizados.

Vencimento Original: 19/02/2025

| CÓD. CLIENTE | TELEFONE | DOCUMENTO | EMISSÃO | VENCIMENTO | VALOR |
|--------------|----------|-------------|------------|------------|-------|
| 000430092610 | N/A | 20485037836 | 19/02/2025 | A Vista | R\$ 0 |

DADOS DO CLIENTE

NOME: ISNAIDER ALVES PEREIRA GUIMARAES

ENDEREÇO: DEP DANIEL FREITAS BARROS 2954 AV

BAIRRO: UNIVERSITARIO

CIDADE: ITUIUTABA

COMPL.:

CEP: 38302-217

ESTADO: MG

84630000000-3 00000004000-6 04300926100-9 48503783600-7



846300000003000000040006043009261009485037836007



DOCUMENTO AUXILIAR DA NOTA FISCAL DE ENERGIA ELÉTRICA ELETRÔNICA
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087.
AV. BARBACENA, 1200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO
CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG.

TARIFA SOCIAL DE ENERGIA ELÉTRICA - TSEE FOI CRIADA PELA LEI Nº 10.438, DE 26 DE ABRIL DE 2002

LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
AV MINAS GERAIS 700 CO
ALCIDES JUNQUEIRA
38304-083 ITUIUTABA, MG
CNPJ 18.152.2**/****-**

Referente a
FEV/2025

Vencimento
05/03/2025

Valor a pagar (R\$)
56,93



NOTA FISCAL Nº 240337095 - SÉRIE 000
Data de emissão: 14/02/2025
Consulte pela Chave de Acesso em:
<http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/nf3e>
chave de acesso:
31250206981180000116660002403370951035816523
Protocolo de autorização: 1312500259814197
14.02.2025 às 23:29:27

Nº DA INSTALAÇÃO
3003747568

Classe

Subclasse

Modalidade Tarifária

Data de Leitura

Comercial
Monofásico

Outros serviços
e outras atividades

Convencional B3

| Anterior | Atual | Nº de dias | Próxima |
|----------|-------|------------|---------|
| 17/01 | 14/02 | 28 | 18/03 |

Valores Faturados

| Itens da fatura | Unid. | Quant. | Preço Unit. R\$ | Valor R\$ | PIS/COFINS | Base Calc. ICMS | Alíquota ICMS | ICMS | Tarifa unit. |
|---|-------|--------|-----------------|--------------|-------------|-----------------|---------------|-------------|--------------|
| Custo de Disponibilidade | | | | 25,15 | 1,16 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00000000 |
| Cobrança da Conta de Energia de 01 / 2025 | | | | 31,78 | | | | | |
| TOTAL | | | | 56,93 | 1,16 | 0,00 | | 0,00 | |

Reaviso de Contas Vencidas / Débito Anteriores

Até 14/02/2025 constava(m) o(s) seguinte(s) débito(s):
Mês/ano Valor(R\$) Débitos que sujeitam ao corte:
Mês/ano Valor(R\$) Previsão de Corte
12/2024 86,06 Imediata

A religação estará condicionada à inexistência de débitos vencidos na unidade consumidora. No mês em que ocorrer suspensão/reliquação será cobrado, no mínimo, o custo de disponibilidade.

Informações Técnicas

| Tipo de Medição | Medição | Leitura Anterior | Leitura Atual | Constante de Multiplicação | Consumo kWh |
|-----------------|--------------|------------------|---------------|----------------------------|-------------|
| Energia kWh | AML211076477 | 86 | 86 | 1 | 0 |

Informações Gerais

Tarifa vigente conforme Res Anel nº 3.328, de 21/05/2024. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. Leitura realizada conforme calendário de faturamento. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. JAN/25 Band. Verde - FEV/25 Band. Verde.

Histórico do Consumo

| Mês/Ano | Consumo kWh | Média kWh/Dia | Dias |
|---------|-------------|---------------|------|
| FEV/25 | 0 | 0,00 | 28 |
| JAN/25 | 1 | 0,03 | 31 |
| DEZ/24 | 1 | 0,03 | 29 |
| NOV/24 | 1 | 0,03 | 31 |
| OUT/24 | 0 | 0,00 | 0 |
| SET/24 | 0 | 0,00 | 29 |
| AGO/24 | 0 | 0,00 | 33 |
| JUL/24 | 0 | 0,00 | 30 |
| JUN/24 | 0 | 0,00 | 33 |
| MAI/24 | 2 | 0,06 | 29 |
| ABR/24 | 0 | 0,00 | 29 |
| MAR/24 | 0 | 0,00 | 31 |
| FEV/24 | 0 | 0,00 | 30 |

Reservado ao Fisco

| | Base de cálculo (R\$) | Alíquota (%) | Valor (R\$) |
|--------|-----------------------|--------------|-------------|
| PASEP | 25,15 | 0,83 | 0,20 |
| COFINS | 25,15 | 3,82 | 0,96 |

Fale com CEMIG: 116 - CEMIG Torpedo 29810 - Ouvidoria CEMIG: 0800 728 3838 - Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL - Telefone: 167 - Ligação gratuita de telefones fixos e móveis.

CEMIG
Distribuição S.A.



PIX Pague Aqui

Código de Débito Automático
000037475688

Instalação
3003747568

Vencimento
//****

Total a Pagar
R\$*****

Fevereiro/2025

Em caso de não pagamento dessa fatura por meio do código ao lado, seu valor será somado à próxima conta sem multa ou juros. É possível:
1) Pagá-la imediatamente com QRCodePIX; 2) Aguardar a próxima conta com código de barras, que incluirá os valores desta; 3) Solicitar nova via com código de barras ao atendimento Cemig. Acesse: cemig.com.br/faturas-de-baixo-valor para mais informações.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
CNPJ: 18.152.272/0001-72

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:41:58 do dia 22/11/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 21/05/2025.

Código de controle da certidão: **EE86.6432.3DD2.903B**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

2

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1941.

2. The second part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1940.

3. The third part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1941.

4. The fourth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1942.

5. The fifth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1943.

6. The sixth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1944.

7. The seventh part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1945.

8. The eighth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1946.

9. The ninth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1947.

10. The tenth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1948.

11. The eleventh part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1949.

12. The twelfth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1950.

13. The thirteenth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1951.

14. The fourteenth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1952.

15. The fifteenth part is a report on the activities of the Executive Branch during the year 1953.

[Voltar](#)[Imprimir](#)**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 18.152.272/0001-72
Razão Social: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
Endereço: AV TRINTA E UM 211 / CENTRO / ITUIUTABA / MG / 38300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 19/02/2025 a 20/03/2025

Certificação Número: 2025021907010208840438

Informação obtida em 19/02/2025 10:06:40

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

2
39
11

1. Name of the person or organization to whom the letter is addressed

2. Address of the person or organization to whom the letter is addressed

3. City, State, and Zip Code of the person or organization to whom the letter is addressed

4. Date of the letter

5. Salutation (e.g., Dear Sir, Dear Madam, Dear Mr. Smith)

6. Body of the letter (the main text of the letter)

7. Closing (e.g., Sincerely, Very truly yours, Respectfully)

8. Signature of the person or organization sending the letter

9. Name and Title of the person or organization sending the letter

10. Address of the person or organization sending the letter

11. City, State, and Zip Code of the person or organization sending the letter

12. Enclosures (if any)

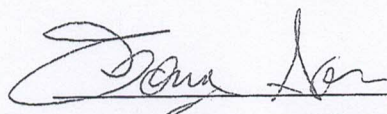
13. Carbon copies (if any)

14. Other remarks (if any)

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, declara para os devidos fins e sob penas da lei, para fins de formalização do Termo de Parceria com o Município de ITUIUTABA-MG, em cumprimento ao inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

CPF 01321316682

SECRET

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES CIENTÍFICAS

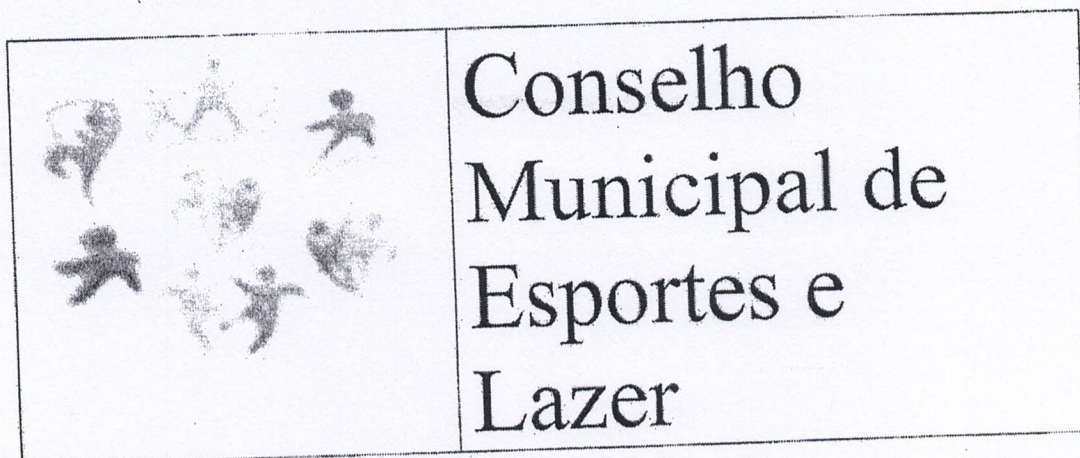
[Handwritten signature]

1957-1958

1957-1958

de una serie de investigaciones que han sido realizadas en el campo de la física nuclear y la química orgánica. En el presente trabajo se describen los resultados de una serie de experimentos realizados en el laboratorio de física nuclear del Instituto de Investigaciones Científicas. Los resultados obtenidos en estos experimentos son muy interesantes y sugieren la posibilidad de una nueva serie de experimentos que se están realizando en el presente momento.

SECRET

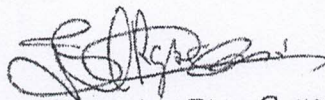


CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Certifico para os devidos fins que a entidade LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, sediada na Cidade de Ituiutaba na AV Trinta e Um, nº 211, Centro, CEP 38.300-104 inscrita no CNPJ sob número 18.152.272/0001-72, estando em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias no que concerne as atividades na área de Esportes e Lazer. Seus diretores são pessoas idôneas, não sendo sua diretoria remunerada.

Por ser verdade firmo o presente.

Ituiutaba, 18 de fevereiro de 2025



Fernando Donizet Rosa Gonçalves

Presidente do Conselho Municipal de Esportes e Lazer



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alvará Nº: 1304 / 2024

Inscrição Municipal
19222

CCM
19222

CNPJ/CPF
18.152.272/0001-72

FICA CONCEDIDO A
LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

NOME FANTASIA

LICENÇA PARA SE ESTABELECEER
Avn 31, 211
SETOR SUL
38300-039 ITUIUTABA/MG

ATIVIDADE PRINCIPAL
ATIVIDADES ASSISTENCIAIS BENEFICENTES FILANTRÓPICAS E CULTURAIS LIGA DE FUTEBOL

Descrição Atividade
Organização e exploração de atividades desportivas

Descrição Adicional

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO
De Segunda a Sexta-feira das 8:00 AS 18:00 e Sábado de 8:00 às 12:00 Horas

OBSERVAÇÃO:

POSSUI DECLARAÇÃO DISPENSA LICENCIAMENTO Nº MGL 2203368016 - N.F: 05/04/2025.

| EXERCÍCIO | INÍCIO ATIVIDADE | Nº PROCESSO | ANO PROCESSO | VALIDADE | DATA EMISSÃO |
|-----------|------------------|-------------|--------------|------------|--------------|
| 2024 | 19/02/2003 | 38 | 2005 | 28/02/2025 | 08/04/2024 |

Luciene Dantas de Gnes Moura
Fiscal de Postura

Aginaldo Moura da Silva
Seção de F. Postura
Mat. 3080

08/04/2024

AlvaraLicenca - Alvará de Licença para Funcionamento.

Mônica Marolici Rizzo
Chefe de seção
Fiscalização de F. Postura
Portaria 131/2024

THE SECRETARY OF THE ARMY
WASHINGTON, D.C. 20315

MEMORANDUM FOR THE SECRETARY OF THE ARMY
SUBJECT: [Illegible]

1. [Illegible]

2. [Illegible]

3. [Illegible]

4. [Illegible]

5. [Illegible]

6. [Illegible]

7. [Illegible]

8. [Illegible]

9. [Illegible]

10. [Illegible]

11. [Illegible]

12. [Illegible]

13. [Illegible]

14. [Illegible]

15. [Illegible]



PREFEITURA DE ITUIUTABA

LEI Nº 1162, DE 24 DE OUTUBRO DE 1967

Declara de utilidade pública a "LIGA

ITUIUTABANA DE FUTEBOL"

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a "LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL", sediada nesta cidade.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução da presente lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Dada na Prefeitura de Ituiutaba, aos 24 de outubro de 1967.-

O Prefeito de Ituiutaba

(Samir Tannus)

O Secretário

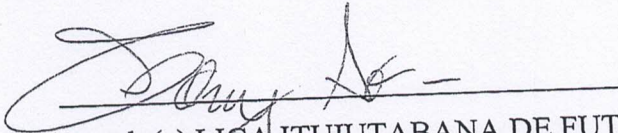
(Acácio Alves Cintra Sobrinho)

1147.-

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que o Sr.(a) João Batista de Lima, CPF 138.942.346-87, CRC nº TC-MG 47975 é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.


Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
CPF 01321316682

CONFIDENTIAL

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED

DATE 10/10/2001 BY 60322

EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE

THIS DOCUMENT IS UNCLASSIFIED
DATE 10/10/2001 BY 60322
EXCEPT WHERE SHOWN OTHERWISE
ALL INFORMATION CONTAINED
HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 10/10/2001 BY 60322

CONFIDENTIAL



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se em dia com seus débitos perante o CRC.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME..... : JOAO BATISTA DE LIMA
REGISTRO..... : MG-047975/O-8
CATEGORIA..... : TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF..... : ***.942.346-**

A presente CERTIDÃO não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que posteriormente, venham a ser apurados pelo CRCMG contra o referido registro.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 11/11/2024 as 15:41:11.

Válido até: 09/02/2025.

Código de Controle: 675709.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

Para a obtenção da autorização para a realização de atividades de fiscalização, o interessado deverá apresentar ao Conselho Nacional de Controle de Atividades Fiscais (CNC) o seguinte documento:

1. Formulário de inscrição no CNPJ;

2. Contrato de prestação de serviços;

3. Declaração de responsabilidade técnica assinada pelo responsável técnico.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 10.136/2001, o responsável técnico deverá ser:

a) profissional habilitado em Engenharia, Arquitetura ou outra área relacionada com a atividade a ser fiscalizada;

b) titular de uma das seguintes profissões regulamentadas pelo Conselho Nacional de Controle de Atividades Fiscais (CNC):

1. Engenharia; 2. Arquitetura; 3. Contabilidade; 4. Administração; 5. Direito; 6. Economia; 7. Ciências Sociais Aplicadas; 8. Ciências Exatas e da Terra; 9. Ciências da Saúde; 10. Ciências da Vida; 11. Artes e Ofícios; 12. Outras profissões regulamentadas.

Para a obtenção da autorização, o interessado deverá apresentar ao CNC o seguinte documento:

1. Formulário de inscrição no CNPJ;

2. Contrato de prestação de serviços;

3. Declaração de responsabilidade técnica assinada pelo responsável técnico.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 10.136/2001, o responsável técnico deverá ser:

a) profissional habilitado em Engenharia, Arquitetura ou outra área relacionada com a atividade a ser fiscalizada;

b) titular de uma das seguintes profissões regulamentadas pelo Conselho Nacional de Controle de Atividades Fiscais (CNC):

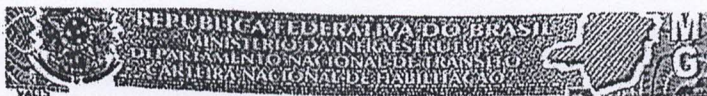
1. Engenharia; 2. Arquitetura; 3. Contabilidade; 4. Administração; 5. Direito; 6. Economia; 7. Ciências Sociais Aplicadas; 8. Ciências Exatas e da Terra; 9. Ciências da Saúde; 10. Ciências da Vida; 11. Artes e Ofícios; 12. Outras profissões regulamentadas.

De acordo com o artigo 1º da Lei nº 10.136/2001, o responsável técnico deverá ser:

a) profissional habilitado em Engenharia, Arquitetura ou outra área relacionada com a atividade a ser fiscalizada;

b) titular de uma das seguintes profissões regulamentadas pelo Conselho Nacional de Controle de Atividades Fiscais (CNC):





VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2367039611

NOME
JOAO BATISTA DE LIMA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
M5857130 SSP MG

CPF DATA NASCIMENTO
138.942.346-87 07/12/1949

FILIAÇÃO
DIVINO GERALDO DE LIMA

MARIA APARECIDA LIMA

PERMISSÃO ACC CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO VALIDADE 1ª HABILITAÇÃO
02131095831 14/03/2025 18/04/1996

OBSERVAÇÕES
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL DATA EMISSÃO
ITUIUTABA, MG 14/03/2022

Eurico da Cunha Neto
Diretor DETRAN/MG

ASSINATURA DO EMISSOR

66435551905
MG613188640

MINAS GERAIS
DETRAN

PROIBIDO PLASTIFICAR

2367039611

Form with multiple sections and fields, including a large rectangular area in the center and several smaller sections at the bottom. The text is faint and mostly illegible, but some words like "RECEIVED" and "DATE" are visible. There is a circular stamp on the left side of the lower half.

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, nomeia o Sr. TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, portador do CPF 01321316682, como Gestor na Entidade pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria celebrado com a Prefeitura Municipal.

Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

CPF 01321316682

SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA



GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR

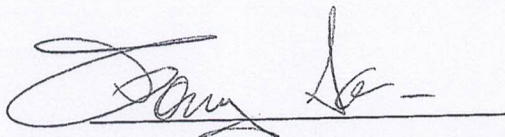
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO

SECRETARIA

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do (a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, cujo período de atuação é de 20/12/2024 a - 20/12/2028, são: Presidente: TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, CPF 01321316682; Vice-presidente: FERNANDO MARTINS PEREIRA, CPF 12025319622; 1º Tesoureiro: SIDIMAR PACHECO DE FREITAS, CPF 03511453623 e 2º Tesoureira: DANIELA APARECIDA FERREIRA DE MELO, CPF 06040914602; Diretor de Comunicação: Vitor Amâncio de Paulo, CPF 04281067655.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
CPF 01321316682

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, declara não haver contratação de parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

CPF 01321316682



SECRET

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

SECRET

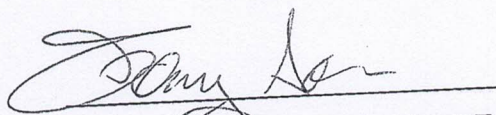
CONFIDENTIAL

SECRET

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, declara para os devidos fins que o(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma lei.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.

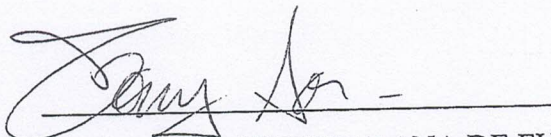


Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
CPF 01321316682

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do (a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria agentes políticos do governo concedente.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

CPF 01321316682

SECRET
CONFIDENTIAL

[Signature]

CONFIDENTIAL

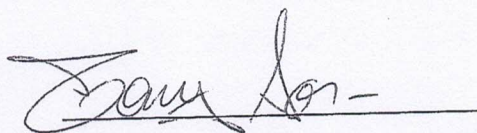
CONFIDENTIAL
CONFIDENTIAL
CONFIDENTIAL

SECRET

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Ituiutaba não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Ituiutaba.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
CPF 01321316682

THEORY

THEORY OF THE EARTH AND ITS HISTORY

THEORY OF THE EARTH AND ITS HISTORY

THEORY OF THE EARTH AND ITS HISTORY

THEORY OF THE EARTH AND ITS HISTORY

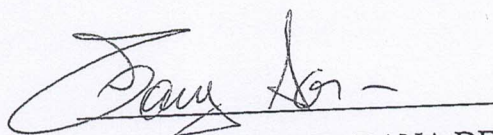
THEORY OF THE EARTH AND ITS HISTORY

THEORY OF THE EARTH AND ITS HISTORY

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente do (a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CPF 01321316682, declara para os devidos fins que a entidade LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL teve seu início das atividades em 06/12/1948 e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

CPF 01321316682

SECRET
OFFICE OF THE SECRETARY OF DEFENSE
WASHINGTON, D.C. 20301-1000
[Signature]

DATE: 10/10/83

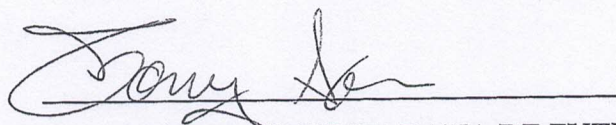
TO: [illegible]
FROM: [illegible]
SUBJECT: [illegible]

SECRET

DECLARAÇÃO

Eu TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA, presidente, CPF 01321316682, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que o (a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Ituiutaba, em 19 de fevereiro de 2025.



Presidente do(a) LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

CPF 01321316682

CHIEF OF BUREAU

DEPARTMENT OF THE ARMY

WASHINGTON, D. C.

1. [Illegible text]

2. [Illegible text]

3. [Illegible text]

4. [Illegible text]



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
19/02/2025

CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
20/05/2025

NOME: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

CNPJ/CPF: 18.152.272/0001-72

LOGRADOURO: AVENIDA TRINTA E UM

NÚMERO:

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

CEP: 38300104

DISTRITO/POVOADO:

MUNICÍPIO: ITUIUTABA

UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO

NÚMERO DO PTA

DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000848162801

1234

DECLARACION DE CONTROL DE CREDITO

Yo, el abajo firmante, declaro que he revisado los libros de control de credito de la empresa y que los mismos se encuentran al dia y en conformidad con lo establecido en el Reglamento de Control de Credito.

En la ciudad de _____ a _____ de _____ de _____.

Firma y sello del responsable de la empresa.

Yo, el abajo firmante, declaro que he revisado los libros de control de credito de la empresa y que los mismos se encuentran al dia y en conformidad con lo establecido en el Reglamento de Control de Credito.

En la ciudad de _____ a _____ de _____ de _____.

Firma y sello del responsable de la empresa.

Yo, el abajo firmante, declaro que he revisado los libros de control de credito de la empresa y que los mismos se encuentran al dia y en conformidad con lo establecido en el Reglamento de Control de Credito.

En la ciudad de _____ a _____ de _____ de _____.

Firma y sello del responsable de la empresa.

Yo, el abajo firmante, declaro que he revisado los libros de control de credito de la empresa y que los mismos se encuentran al dia y en conformidad con lo establecido en el Reglamento de Control de Credito.

En la ciudad de _____ a _____ de _____ de _____.

Firma y sello del responsable de la empresa.

Yo, el abajo firmante, declaro que he revisado los libros de control de credito de la empresa y que los mismos se encuentran al dia y en conformidad con lo establecido en el Reglamento de Control de Credito.

En la ciudad de _____ a _____ de _____ de _____.

Firma y sello del responsable de la empresa.

Yo, el abajo firmante, declaro que he revisado los libros de control de credito de la empresa y que los mismos se encuentran al dia y en conformidad con lo establecido en el Reglamento de Control de Credito.

En la ciudad de _____ a _____ de _____ de _____.



DECLARACION DE CONTROL DE CREDITO

RELAÇÃO NOMINAL DA DIRETORIA DA LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

| NOME | ENDEREÇO | RG | CPF |
|---------------------------------------|--|---------------------|-------------|
| ONY APARECIDO GOMES DE SOUZA | AV 33 Nº 364 - SETOR SUL | M 4621627
SSP/MG | 01321316682 |
| BERNANDO MARTINS PEREIRA | RUA VANDER RODRIGUES
BORGES Nº 555 B. NOVO TEMPO
2 | MG 18382746 | 12025319622 |
| SIDIMAR PACHECO DE FREITAS | R AGOSTINHO FERREIRA Nº409 –
B. MORADA DO SOL | M 8582131
SSP/MG | 03511453623 |
| DANIELA APARECIDA FERREIRA DE
MELO | R GURINHATÃ Nº 403 – B.
PIRAPITINGA | 10908292 SSP/MG | 06040914602 |
| VITOR AMÂNCIO DE PAULO | R ALAIDE A BORGES Nº 181 – B.
CAMILO CHAVES | 7492744 SSP/MG | 04281067655 |
| HUDSON DE FREITAS | RUA CEARA Nº 20 BAIRRO
CAMARGO | 8554529 SSP/MG | 04662378630 |
| JOSÉ DIVINO GOMES | R TUPINAMBÁS Nº 259 - B. BELA
VISTA | M 4867537
SSP/MG | 77529375687 |
| VINICIUS DA SILVA | R MARIA JOSÉ FRANCO GOUVEIA
Nº 164 – B. JARDIM DO ROSÁRIO | M 7202807
SSP/MG | 01200431650 |
| MICHEL SANTOS SILVA | AV 33 Nº 2076 B. NATAL | MG 11343679 | 06782029669 |
| MARCELO MENDES VIEIRA | AV 31 Nº 1760 CENTRO | MG 469687 | 89384865672 |
| CHARLLES PIRES PEREIRA | RUA PEDRO RODRIGUES CHAVES
Nº 314 | MG 119952956 | 07671793696 |
| RONDINELLI SUZIGAN SOARES | RUA GURINHATÃ Nº 403 B.
PIRAPITINGA | MG 9184056 | 06647581693 |
| RICARDO TIBURCIO MENDES | RUA JOSÉ DA SILVA RAMOS Nº
449 B. ALCIDES JUNQUEIRA | MG 15074605 | 08700637661 |
| UILSON PEREIRA ROSA | AV C11 Nº 431 – B. CANAÃ 2 | M 3533791
SSP/MG | 63889099653 |
| OMES MIGUEL ALVES NUNES | RUA CARIRIS Nº 143 B. BURITIS | M 4105247 | 26671409668 |
| LUCIANO SEVERINO MUNIZ | AV 37 Nº 319 B. SETOR SUL | MG 5941279 | 84921978620 |
| ISNAIDER ALVES PEREIRA
GUIMARÃES | AV DEP DANIEL DE FREITAS
BARROS Nº 2954 – B.
UNIVERSITÁRIO | 7104628 SSP/MG | 03818204675 |

| |
|------|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 | 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 | 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 | 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 | 81 | 82 | 83 | 84 | 85 | 86 | 87 | 88 | 89 | 90 | 91 | 92 | 93 | 94 | 95 | 96 | 97 | 98 | 99 | 100 |
| 101 | 102 | 103 | 104 | 105 | 106 | 107 | 108 | 109 | 110 | 111 | 112 | 113 | 114 | 115 | 116 | 117 | 118 | 119 | 120 | 121 | 122 | 123 | 124 | 125 | 126 | 127 | 128 | 129 | 130 | 131 | 132 | 133 | 134 | 135 | 136 | 137 | 138 | 139 | 140 | 141 | 142 | 143 | 144 | 145 | 146 | 147 | 148 | 149 | 150 | 151 | 152 | 153 | 154 | 155 | 156 | 157 | 158 | 159 | 160 | 161 | 162 | 163 | 164 | 165 | 166 | 167 | 168 | 169 | 170 | 171 | 172 | 173 | 174 | 175 | 176 | 177 | 178 | 179 | 180 | 181 | 182 | 183 | 184 | 185 | 186 | 187 | 188 | 189 | 190 | 191 | 192 | 193 | 194 | 195 | 196 | 197 | 198 | 199 | 200 |
| 201 | 202 | 203 | 204 | 205 | 206 | 207 | 208 | 209 | 210 | 211 | 212 | 213 | 214 | 215 | 216 | 217 | 218 | 219 | 220 | 221 | 222 | 223 | 224 | 225 | 226 | 227 | 228 | 229 | 230 | 231 | 232 | 233 | 234 | 235 | 236 | 237 | 238 | 239 | 240 | 241 | 242 | 243 | 244 | 245 | 246 | 247 | 248 | 249 | 250 | 251 | 252 | 253 | 254 | 255 | 256 | 257 | 258 | 259 | 260 | 261 | 262 | 263 | 264 | 265 | 266 | 267 | 268 | 269 | 270 | 271 | 272 | 273 | 274 | 275 | 276 | 277 | 278 | 279 | 280 | 281 | 282 | 283 | 284 | 285 | 286 | 287 | 288 | 289 | 290 | 291 | 292 | 293 | 294 | 295 | 296 | 297 | 298 | 299 | 300 |
| 301 | 302 | 303 | 304 | 305 | 306 | 307 | 308 | 309 | 310 | 311 | 312 | 313 | 314 | 315 | 316 | 317 | 318 | 319 | 320 | 321 | 322 | 323 | 324 | 325 | 326 | 327 | 328 | 329 | 330 | 331 | 332 | 333 | 334 | 335 | 336 | 337 | 338 | 339 | 340 | 341 | 342 | 343 | 344 | 345 | 346 | 347 | 348 | 349 | 350 | 351 | 352 | 353 | 354 | 355 | 356 | 357 | 358 | 359 | 360 | 361 | 362 | 363 | 364 | 365 | 366 | 367 | 368 | 369 | 370 | 371 | 372 | 373 | 374 | 375 | 376 | 377 | 378 | 379 | 380 | 381 | 382 | 383 | 384 | 385 | 386 | 387 | 388 | 389 | 390 | 391 | 392 | 393 | 394 | 395 | 396 | 397 | 398 | 399 | 400 |
| 401 | 402 | 403 | 404 | 405 | 406 | 407 | 408 | 409 | 410 | 411 | 412 | 413 | 414 | 415 | 416 | 417 | 418 | 419 | 420 | 421 | 422 | 423 | 424 | 425 | 426 | 427 | 428 | 429 | 430 | 431 | 432 | 433 | 434 | 435 | 436 | 437 | 438 | 439 | 440 | 441 | 442 | 443 | 444 | 445 | 446 | 447 | 448 | 449 | 450 | 451 | 452 | 453 | 454 | 455 | 456 | 457 | 458 | 459 | 460 | 461 | 462 | 463 | 464 | 465 | 466 | 467 | 468 | 469 | 470 | 471 | 472 | 473 | 474 | 475 | 476 | 477 | 478 | 479 | 480 | 481 | 482 | 483 | 484 | 485 | 486 | 487 | 488 | 489 | 490 | 491 | 492 | 493 | 494 | 495 | 496 | 497 | 498 | 499 | 500 |
| 501 | 502 | 503 | 504 | 505 | 506 | 507 | 508 | 509 | 510 | 511 | 512 | 513 | 514 | 515 | 516 | 517 | 518 | 519 | 520 | 521 | 522 | 523 | 524 | 525 | 526 | 527 | 528 | 529 | 530 | 531 | 532 | 533 | 534 | 535 | 536 | 537 | 538 | 539 | 540 | 541 | 542 | 543 | 544 | 545 | 546 | 547 | 548 | 549 | 550 | 551 | 552 | 553 | 554 | 555 | 556 | 557 | 558 | 559 | 560 | 561 | 562 | 563 | 564 | 565 | 566 | 567 | 568 | 569 | 570 | 571 | 572 | 573 | 574 | 575 | 576 | 577 | 578 | 579 | 580 | 581 | 582 | 583 | 584 | 585 | 586 | 587 | 588 | 589 | 590 | 591 | 592 | 593 | 594 | 595 | 596 | 597 | 598 | 599 | 600 |
| 601 | 602 | 603 | 604 | 605 | 606 | 607 | 608 | 609 | 610 | 611 | 612 | 613 | 614 | 615 | 616 | 617 | 618 | 619 | 620 | 621 | 622 | 623 | 624 | 625 | 626 | 627 | 628 | 629 | 630 | 631 | 632 | 633 | 634 | 635 | 636 | 637 | 638 | 639 | 640 | 641 | 642 | 643 | 644 | 645 | 646 | 647 | 648 | 649 | 650 | 651 | 652 | 653 | 654 | 655 | 656 | 657 | 658 | 659 | 660 | 661 | 662 | 663 | 664 | 665 | 666 | 667 | 668 | 669 | 670 | 671 | 672 | 673 | 674 | 675 | 676 | 677 | 678 | 679 | 680 | 681 | 682 | 683 | 684 | 685 | 686 | 687 | 688 | 689 | 690 | 691 | 692 | 693 | 694 | 695 | 696 | 697 | 698 | 699 | 700 |
| 701 | 702 | 703 | 704 | 705 | 706 | 707 | 708 | 709 | 710 | 711 | 712 | 713 | 714 | 715 | 716 | 717 | 718 | 719 | 720 | 721 | 722 | 723 | 724 | 725 | 726 | 727 | 728 | 729 | 730 | 731 | 732 | 733 | 734 | 735 | 736 | 737 | 738 | 739 | 740 | 741 | 742 | 743 | 744 | 745 | 746 | 747 | 748 | 749 | 750 | 751 | 752 | 753 | 754 | 755 | 756 | 757 | 758 | 759 | 760 | 761 | 762 | 763 | 764 | 765 | 766 | 767 | 768 | 769 | 770 | 771 | 772 | 773 | 774 | 775 | 776 | 777 | 778 | 779 | 780 | 781 | 782 | 783 | 784 | 785 | 786 | 787 | 788 | 789 | 790 | 791 | 792 | 793 | 794 | 795 | 796 | 797 | 798 | 799 | 800 |
| 801 | 802 | 803 | 804 | 805 | 806 | 807 | 808 | 809 | 810 | 811 | 812 | 813 | 814 | 815 | 816 | 817 | 818 | 819 | 820 | 821 | 822 | 823 | 824 | 825 | 826 | 827 | 828 | 829 | 830 | 831 | 832 | 833 | 834 | 835 | 836 | 837 | 838 | 839 | 840 | 841 | 842 | 843 | 844 | 845 | 846 | 847 | 848 | 849 | 850 | 851 | 852 | 853 | 854 | 855 | 856 | 857 | 858 | 859 | 860 | 861 | 862 | 863 | 864 | 865 | 866 | 867 | 868 | 869 | 870 | 871 | 872 | 873 | 874 | 875 | 876 | 877 | 878 | 879 | 880 | 881 | 882 | 883 | 884 | 885 | 886 | 887 | 888 | 889 | 890 | 891 | 892 | 893 | 894 | 895 | 896 | 897 | 898 | 899 | 900 |
| 901 | 902 | 903 | 904 | 905 | 906 | 907 | 908 | 909 | 910 | 911 | 912 | 913 | 914 | 915 | 916 | 917 | 918 | 919 | 920 | 921 | 922 | 923 | 924 | 925 | 926 | 927 | 928 | 929 | 930 | 931 | 932 | 933 | 934 | 935 | 936 | 937 | 938 | 939 | 940 | 941 | 942 | 943 | 944 | 945 | 946 | 947 | 948 | 949 | 950 | 951 | 952 | 953 | 954 | 955 | 956 | 957 | 958 | 959 | 960 | 961 | 962 | 963 | 964 | 965 | 966 | 967 | 968 | 969 | 970 | 971 | 972 | 973 | 974 | 975 | 976 | 977 | 978 | 979 | 980 | 981 | 982 | 983 | 984 | 985 | 986 | 987 | 988 | 989 | 990 | 991 | 992 | 993 | 994 | 995 | 996 | 997 | 998 | 999 | 1000 |

MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

162.31115.37-3

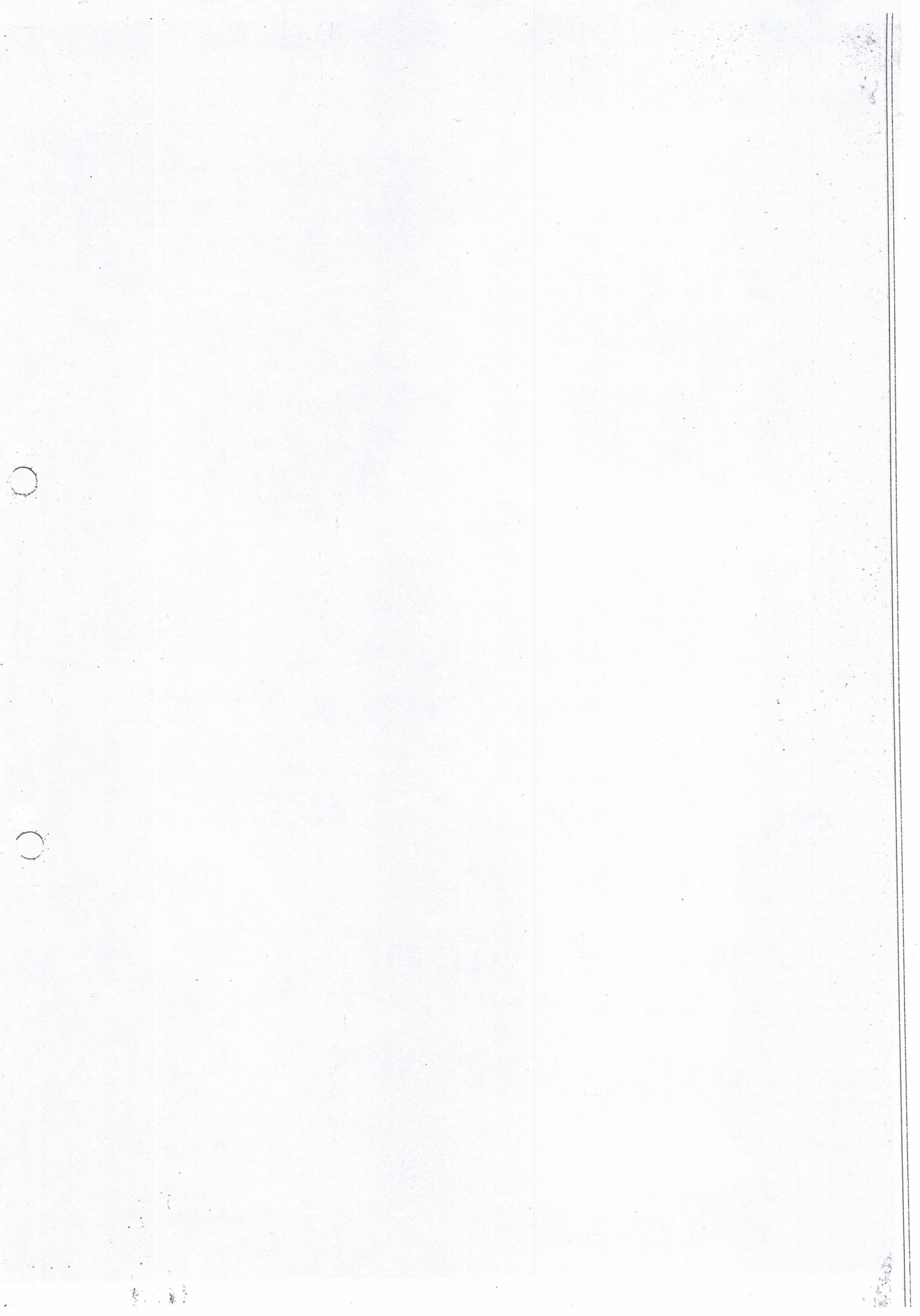
0523392

0040

MG

Fernando Martins Pereira





FERNANDO MARTINS PEREIRA

FILIAÇÃO.....: VALTER JOSE DA SILVA PEREIRA
JULIANA MARTINS DE ANDRADE

NASCIMENTO.....: 19/04/1995 SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL....: SOLTEIRO

NATURALIDADE: ITUIUTABA - MG

DOCUMENTO.....: C. I. MG-18 382 746 06/01/2010 PC MG

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 120.253.196-22 CNH.....:

MT. ELEITOR:

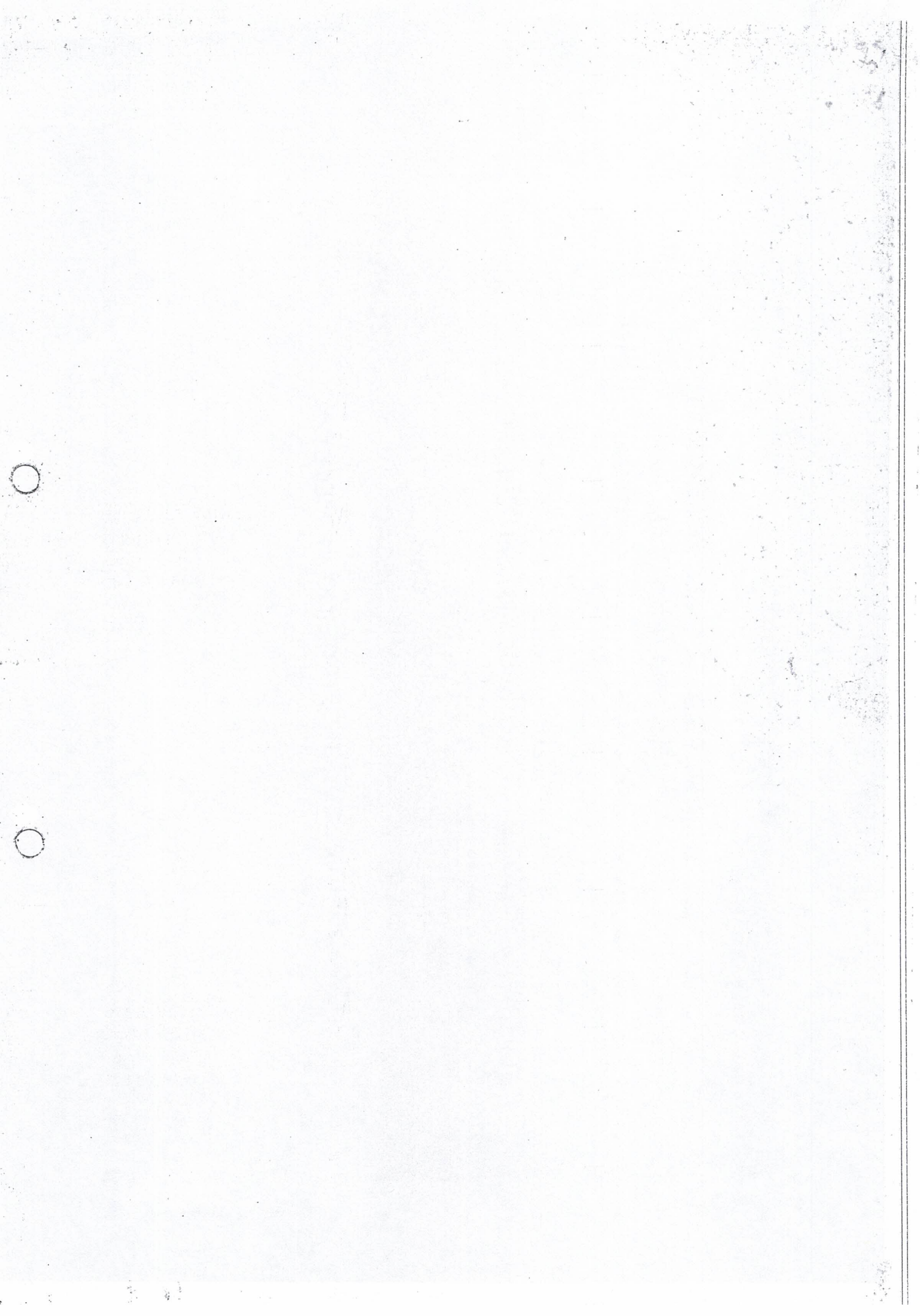
SEÇÃO:

ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE/MG - 11/05/2012


Assinatura Registrada no TSE/DF e no TSE/MT
Assinatura Registrada no TSE/DF e no TSE/MT

ASSINATURA ELETORAL



**SAE****SUPERINTENDENCIA DE AGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA**

AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 23 N° 474 - Jd. Santa Luz - Ituiutaba (MG) - CEP 38301-000
CNPJ 37.019.101/0001-00 - Inscrição Estadual 342.740.160.0090

Atendimento ao Cliente SAE: 0800-241.0100 - (35) 3268-0400

VALDIR PEREIRARUA MINAS GERAIS, 254, ESQ. ARTUR J. -C, PROGR
38301-000, ITUIUTABA MG 4-4-150

MES/ANO: 02/2025

NR. GUIA
34151022025-2

CATEGORIA/QTDE

1-RES;

LIGACAO: 34151-1 ID. ELETRO.: 10434151004

| DESCRICAO | VALOR |
|----------------------------|-------|
| TBO AGUA | 17,21 |
| TBO ESGOTO | 12,04 |
| TARIFA DE AGUA | 50,55 |
| TARIFA DE ESGOTO | 35,39 |
| DOACAO AO HOSPITAL S. JOSE | 3,00 |

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

| DATA LEITURA ANTERIOR | DATA LEITURA ATUAL | VENCIMENTO | VALOR A PAGAR |
|-----------------------|--------------------|--------------|--------------------|
| 07/01/2025 | 06/02/2025 | 06/03/2025 | R\$ 118,19 |
| LEITURA ANTERIOR | LEITURA ATUAL | CONSUMO REAL | CONS. FATURADO |
| 1806 m3 | 1823 m3 | 17 m3 | 17 m3 |
| NR. DO HIDROMETRO | VRZHS | DIAMETRO | DATA DE INSTALACAO |
| Y13K139097 | 1.5 m3 | 1/2" | 17/12/2014 |

DIFERENCIAL:

| DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES | | | | MENSAGEM |
|---------------------------|---------|------|------|---|
| MESES | CONSUMO | DIAS | MEIA | COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADANIA SEGURA, DENUNCIE!
SE, AUTORES DE ROUBO, RECEP TACAO, TRAFICO DE DRO
GAS FORAGIDOS E ARMAS ILCITAS O SIGILO DA DENUN
CIA E ABSOLUTO |
| 01/2025 | 23 | 33 | 0,70 | |
| 12/2024 | 18 | 26 | 0,64 | |
| 11/2024 | 18 | 33 | 0,55 | |
| 10/2024 | 16 | 30 | 0,53 | |
| 09/2024 | 12 | 30 | 0,40 | |
| 08/2024 | 8 | 32 | 0,25 | |

DETALHES SOBRE A
LEITURACAO VIDE VERGO

PERIODO DA ANALISE

01/01/2025 a 31/01/2025

| PARAMETRO | UNIDADE | VALOR PERMITIDO | VALOR MINIMO
ENCONTRADO | VALOR MAXIMO
PERMITIDO |
|-----------------|---------|-----------------|----------------------------|---------------------------|
| Turbidez | NTU | ate 5,0 | 0,23 | 0,57 |
| Cor Aparente | uH | ate 15,0 | 0 | 2,00 |
| Cloro Residual | mg/L | de 0,50 a 2,0 | 0,46 | 1,64 |
| Fluor | mg/L | de 0,60 a 0,80 | 0,60 | 0,75 |
| pH | | de 6,0 a 9,5 | 6,53 | 7,25 |
| Coliformes Tot | | Ausencia | ausente | ausente |
| Colif. Termotol | | Ausencia | ausente | ausente |

FAVOR AUTENTICAR NO VESCO - DEVOLVER AO USUARIO - EMISSAO: 06/02/2025 06:14 - PAGUE POR PIX

VALDIR PEREIRARUA MINAS GERAIS, 254, ESQ. ARTUR J. -C, PROGR
38301-000, ITUIUTABA MG 4-4-150

LIGACAO: 34151-1

ID. ELETRO.: 10434151004

VENCIMENTO
06/03/2025

MES/ANO: 02/2025

NR. GUIA
34151022025-2

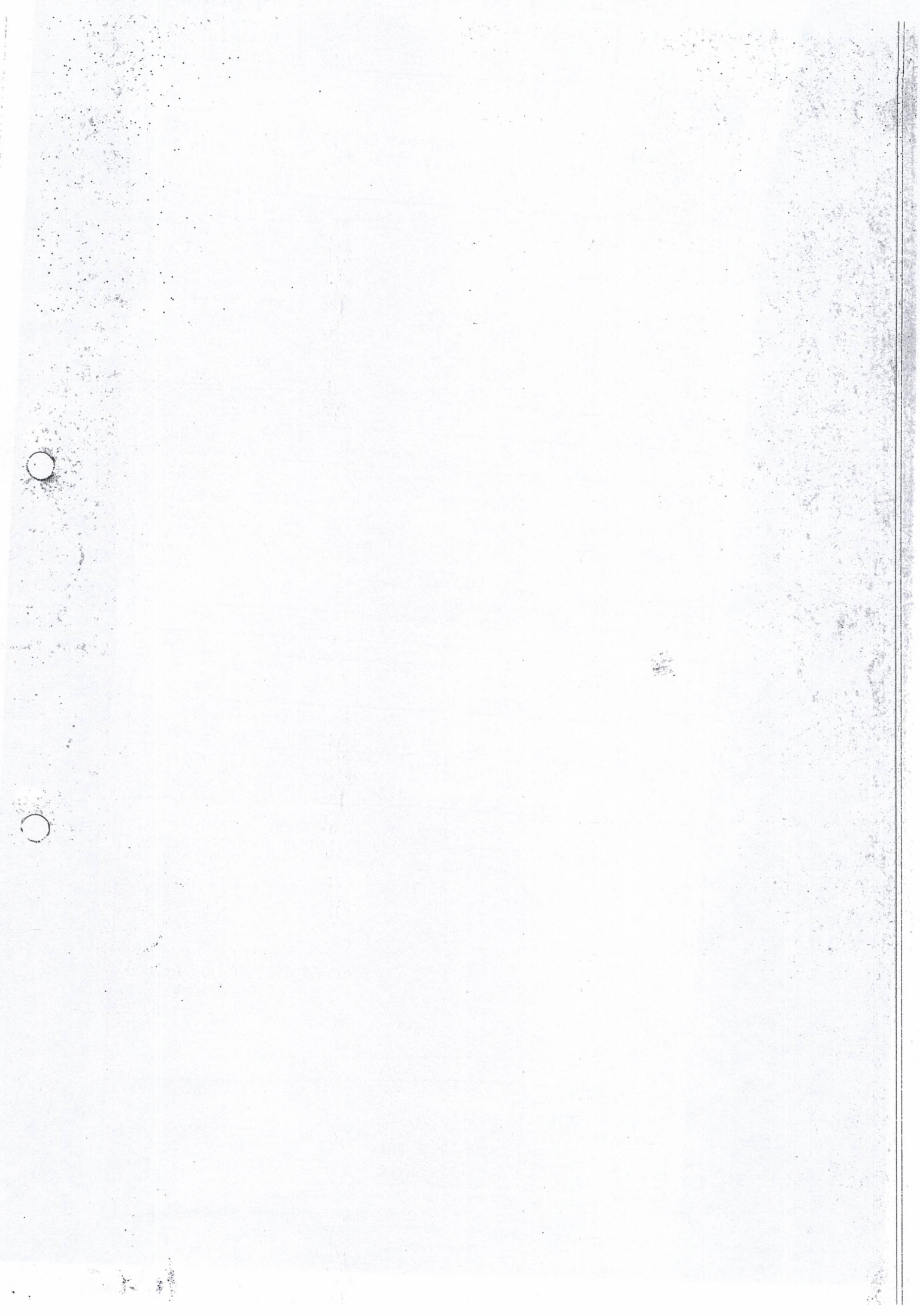
CATEGORIA/QTDE

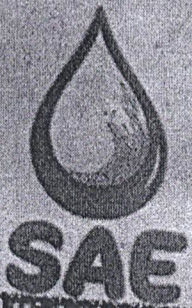
1-RES;

VALOR A PAGAR

R\$ 118,19

34151022025-2 34151022025-2





SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS D
AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 3830
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.746

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3
www.sae.com.br

NELSON MEDEIROS

RUA ALAIDE ALVES BORGES, 181, RES. CAMILO CHA
38307-783, ITUIUTABA MG 25-5-60

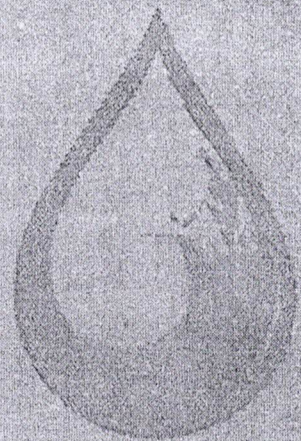
MES
NR.
42
CA

LIGACAO: 42097-6

ID.ELETRO.: 60542097@25

DESCRICAO

TBO AGUA
TBO ESGOTO
TARIFA DE AGUA
TARIFA DE ESGOTO
MULTA 01/2025
JUROS DE MORA 01/2025



AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PA
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

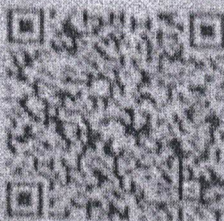
| DATA LEITURA ANTERIOR | DATA LEITURA ATUAL | VENCIMENTO | |
|-----------------------|--------------------|--------------|----------------|
| 15/01/2025 | 13/02/2025 | 01/03/2025 | R\$ |
| LEITURA ANTERIOR | LEITURA ATUAL | CONSUMO REAL | CONS. FATURADO |
| 87 m3 | 1401 m3 | 14 m3 | 14 m3 |
| DO HIDROMETRO | | VAZAO | DIAMETRO |

Compras de Induço
Vitor

CPK 110 07 110

Nº DO CLIENTE: 7003166362

| Product | Quantity | Unit Price | Total |
|---------|----------|------------|-------|
| 25000 | 25000 | 25000 | 25000 |
| 25000 | 25000 | 25000 | 25000 |
| 25000 | 25000 | 25000 | 25000 |



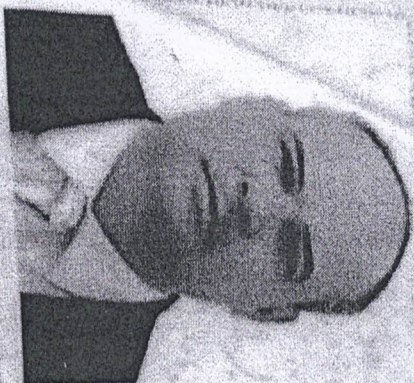
Copyright © 1987 by John Wiley & Sons, Inc.
All rights reserved.

1. 请结合所学，谈谈你对“工匠精神”的理解。工匠精神是一种精益求精、追求卓越的精神，它要求工匠在制作过程中，对每一个细节都精益求精，力求达到完美的境界。这种精神不仅体现在产品的质量上，更体现在工匠的态度和价值观上。工匠精神是制造业的灵魂，也是国家竞争力的重要体现。

| Item da Fatura | Unid. | Quant. | Preço Unit. | valor | PIS/COFINS | base Calc ICMS | Alíquota ICMS | ICMS | ICMS | ICMS |
|----------------------------------|-------|--------|-------------|-------|------------|----------------|---------------|------|------|------|
| Energia Elétrica | kWh | 20 | 0.20873703 | 4.17 | 0.33 | 4.17 | 18.00 | 0.75 | 0.75 | 0.75 |
| Energia 31 a 100 | kWh | 82 | 0.48158738 | 39.42 | 5.14 | 39.42 | 18.00 | 7.09 | 7.09 | 7.09 |
| Contrib. Conf. Imp. Pública | | | | 15.47 | | | | | | |
| Imp. res. sobre lucros integrais | | | | 10.77 | 1.40 | | | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| Subtotal Total líquido | | | | 29.37 | 0.00 | | | 0.00 | 0.00 | 0.00 |
| | | | | 50.97 | 1.07 | 29.37 | | 7.09 | 7.09 | 7.09 |

| REFERENCIAL | | VENCIMENTO | | TOTAL A PAGAR | |
|-------------|-------|-----------------------|------------|---------------|--|
| MAR/2024 | | 13/04/2024 | | R\$ 56,87 | |
| | | Base de Cálculo (R\$) | Alíquota % | Valor (R\$) | |
| ICMS | 39,05 | 18,00 | | R\$ 7,01 | |
| ICMS | 61,76 | 0,84 | | R\$ 0,50 | |
| PIS/COF | 61,76 | 3,87 | | R\$ 2,37 | |
| COFINS | | | | | |

| Histórico de Consumo | | | MÊSES DE CONTAS VINCULADAS / SERVIÇOS ANTERIORES | |
|----------------------|-------------|---------------|--|--|
| Período | Consumo kWh | Média kWh/dia | Dias de Faturam. | |
| 03/2024 | 121 | 3,78 | 32 | |
| 04/2024 | 119 | 3,96 | 30 | |
| 03/2023 | 153 | 5,27 | 29 | |
| 04/2023 | 173 | 5,40 | 32 | |
| 05/2023 | 182 | 5,87 | 31 | |
| 06/2023 | 178 | 5,51 | 31 | |
| | | 5,13 | 34 | |



POLEGAS DIREITO



Nº

04106937

Assinatura do Titular da Carteira

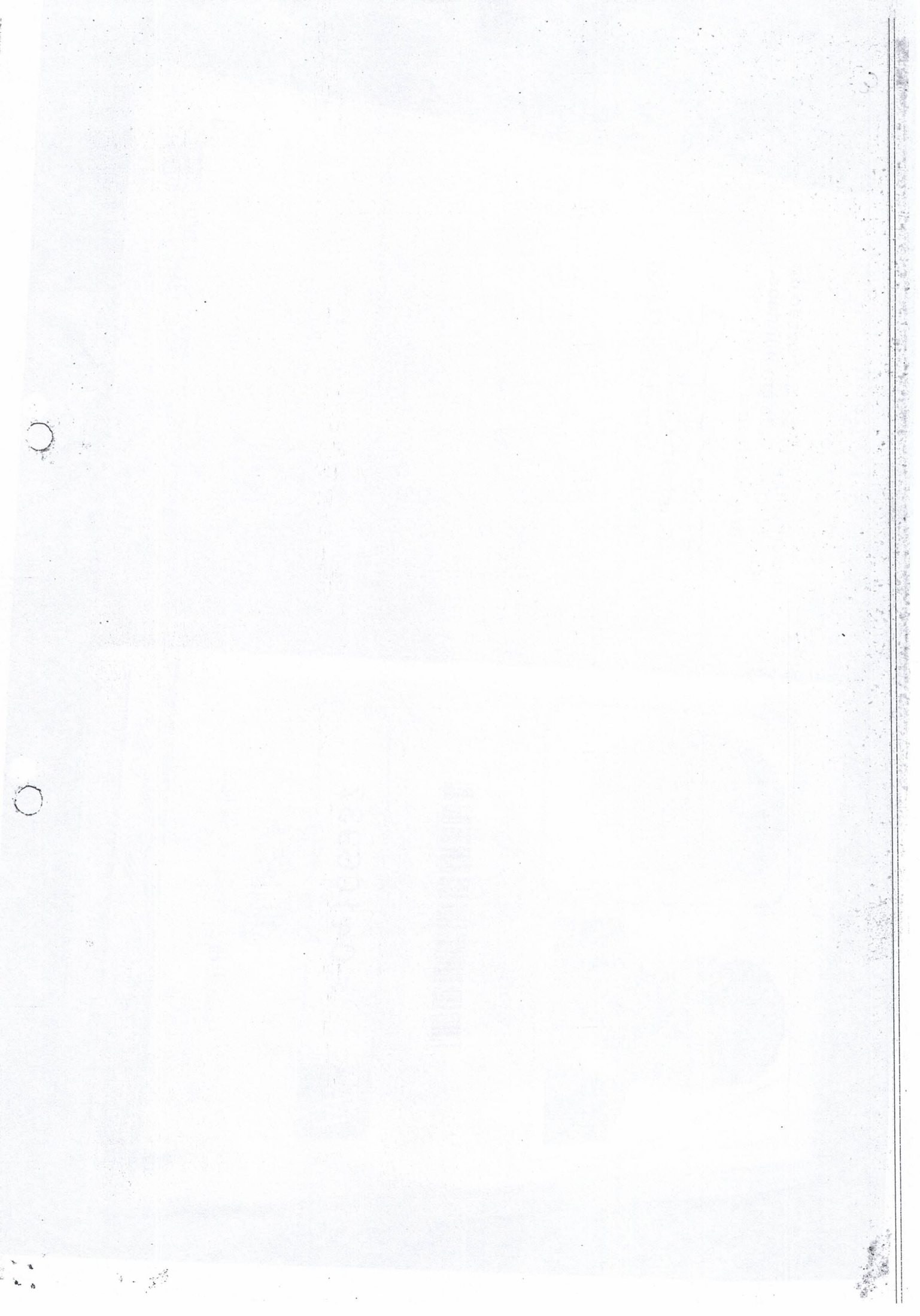
3

Anotações Gerais

Inscrito(a) pela 4ª Subseção da
OAB/MG, sediada em Ituiutaba.
Belo Horizonte, 23/11/2017.

Gustavo Chalfun
Diretor Secretário Geral

4



Ordem dos Advogados do Brasil
Conselho Seccional
de Minas Gerais

Inscrição Nº

94510

Nome

HUDSON DE FREITAS

Filiação

EDVALDO LUIZ DE FREITAS e NELVINA REGESS DA
SILVEIRA

Naturalidade

ITUIUTABA-MG

Nacionalidade

BRASILEIRA

Data de Nascimento

25/03/1980

Data de Colação de Grau

21/03/2003

Data do Compromisso na O.A.B.

09/09/2003

Data de Expedição

16/11/2017

Assinatura

ANTONIO FABRICIO DE MATOS GONCALVES
PRESIDENTE

2

84



AUTARQUIA MUNICIPAL
R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual 342.748.166.0050
Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3268-0400
www.sae.com.br

MARIZA VIEIRA ROCHA SIQUEIRA
RUA CEARA, 20, CAMARGO
38304-004, ITUIUTABA MG 15-5-265

MES/ANO: 02/2025

NR. GUIA
51407022025-6

CATEGORIA/QTDE

RUA CEARA, 20 - CAMARGO
LIGACAO: 51407-5 ID. ELETRO.: 50551407015

1-RES:

| DESCRICAO | VALOR |
|-------------------------------|-------|
| TBO AGUA | 17,21 |
| TBO ESGOTO | 12,04 |
| TARIFA DE AGUA | 3,18 |
| TARIFA DE ESGOTO | 2,23 |
| MULTA 12/2024 | 0,37 |
| JUROS DE MORA 11/2024 12/2024 | 0,50 |

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------------|--|----------------------------------|--|--------------------------|--|----------------------------|--|----------------------------------|--|
| DATA LEITURA ANTERIOR
22/01/2025 | | DATA LEITURA ATUAL
20/02/2025 | | VENCIMENTO
20/03/2025 | | VALOR A PAGAR
R\$ 35,53 | | | |
| LEITURA ANTERIOR
240 m3 | | LEITURA ATUAL
242 m3 | | CONSUMO REAL
2 m3 | | CONS. FATURADO
2 m3 | | MÉDIA
6 m3 | |
| NR. DO HIDROMETRO
Y21G835884 | | | | VAZÃO
1.5 m3 | | DIÂMETRO
1/2" | | DATA DE INSTALAÇÃO
12/12/2022 | |

OCCORRENCIA:

| DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES | | | | MENSAGEM
COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA! DENUNCIE!
S1, AUTORES DE ROUBO, RECEP TACAO, TRAFICO DE DRO
GAS, FORAGIDOS E ARMAS ILCITAS O SIGILO DA DENUN
CIA E ABSOLUTO. |
|---------------------------|---------|------|-------|--|
| MES | CONSUMO | DIAS | MEDIA | |
| 01/2025 | 2 | 32 | 0,06 | |
| 12/2024 | 6 | 29 | 0,21 | |
| 11/2024 | 4 | 32 | 0,13 | |
| 10/2024 | 5 | 30 | 0,17 | |
| 09/2024 | 9 | 31 | 0,29 | |
| 08/2024 | 9 | 32 | 0,28 | |

| DETALHES SOBRE A
LEGISLACAO VIDE VERSO | | PERIODO DA ANALISE
01/01/2025 a 31/01/2025 | | |
|---|---------|---|----------------------------|----------------------------|
| PARAMETRO | UNIDADE | VALOR PERMITIDO | VALOR MINIMO
ENCONTRADO | VALOR MAXIMO
ENCONTRADO |
| Turbidez | NTU | ate 5,0 | 0,23 | 0,57 |
| Cor Aparente | uH | ate 15,0 | 0 | 2,00 |
| Cloro Residual | mg/L | de 0,50 a 2,0 | 0,46 | 1,64 |
| Fluor | mg/L | de 0,60 a 0,80 | 0,60 | 0,75 |
| pH | | de 6,0 a 9,5 | 6,53 | 7,25 |
| Coliformes Tot | | Ausencia | ausente | ausente |
| Colif. Termotol | | Ausencia | ausente | ausente |

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO - EMISSAO: 20/02/2025 09:51 PAGUE POR PIX

MARIZA VIEIRA ROCHA SIQUEIRA
RUA CEARA, 20, CAMARGO
38304-004, ITUIUTABA MG 15-5-265

RUA CEARA, 20 - CAMARGO
LIGACAO: 51407-5 ID. ELETRO.: 50551407015



| VENCIMENTO | MES/ANO: 02/2025 | CATEGORIA/QTDE | VALOR A PAGAR |
|------------|---------------------------|----------------|---------------|
| 20/03/2025 | NR. GUIA
51407022025-6 | 1-RES: | R\$ 35,53 |

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



CARTEIRA DE IDENTIDADE

Infante Santos Silva

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO
GERAL

DATA DE
EXPEDIÇÃO

NOME

MICHEL SANTOS SILVA

FILIAÇÃO

DEBILIMO MACHADO DA SILVA
ANA LUCIA SANTOS SILVA

NATURALIDADE

PORTUGAL-PR

DOC ORIGEM

M-30-14-645-11-174

11111111111111111111

CPF

000.000.000-00

DATA DE NASCIMENTO

12/01/1993

LETICIA BAPTISTA CAMARGO NETO
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/03

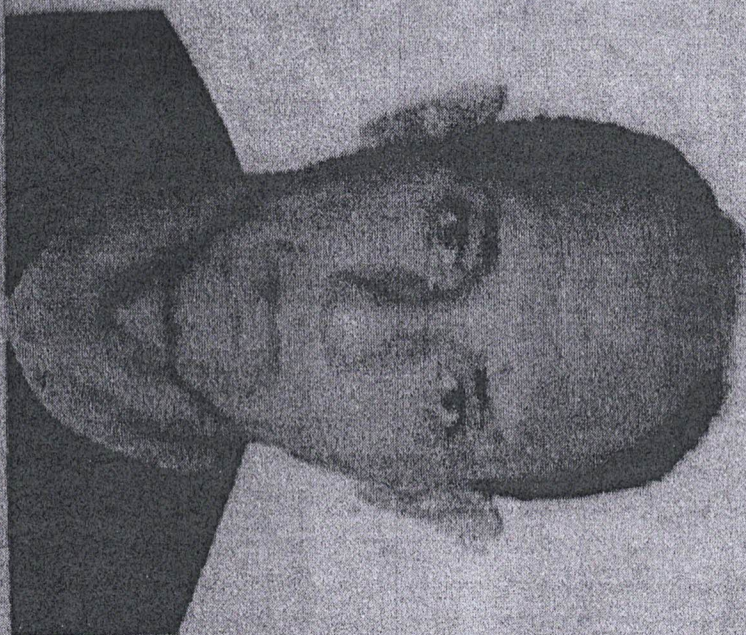
O TERRITÓRIO NACIONAL

1992868930

DEPARTAMENTO NACIONAL DE DEFENSAS
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

MARCELO MENDES VIEIRA



Nº Registro

00508379822

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF

M4669687

SSP

MG

CPF

893.848.656-72

DATA NASCIMENTO

23/11/1971

FILIAÇÃO

JOSE MENDES VIEIRA

MARIA DE, FATIMA DE
OLIVEIRA MENDES

PERMITE



ACC



CATNAB

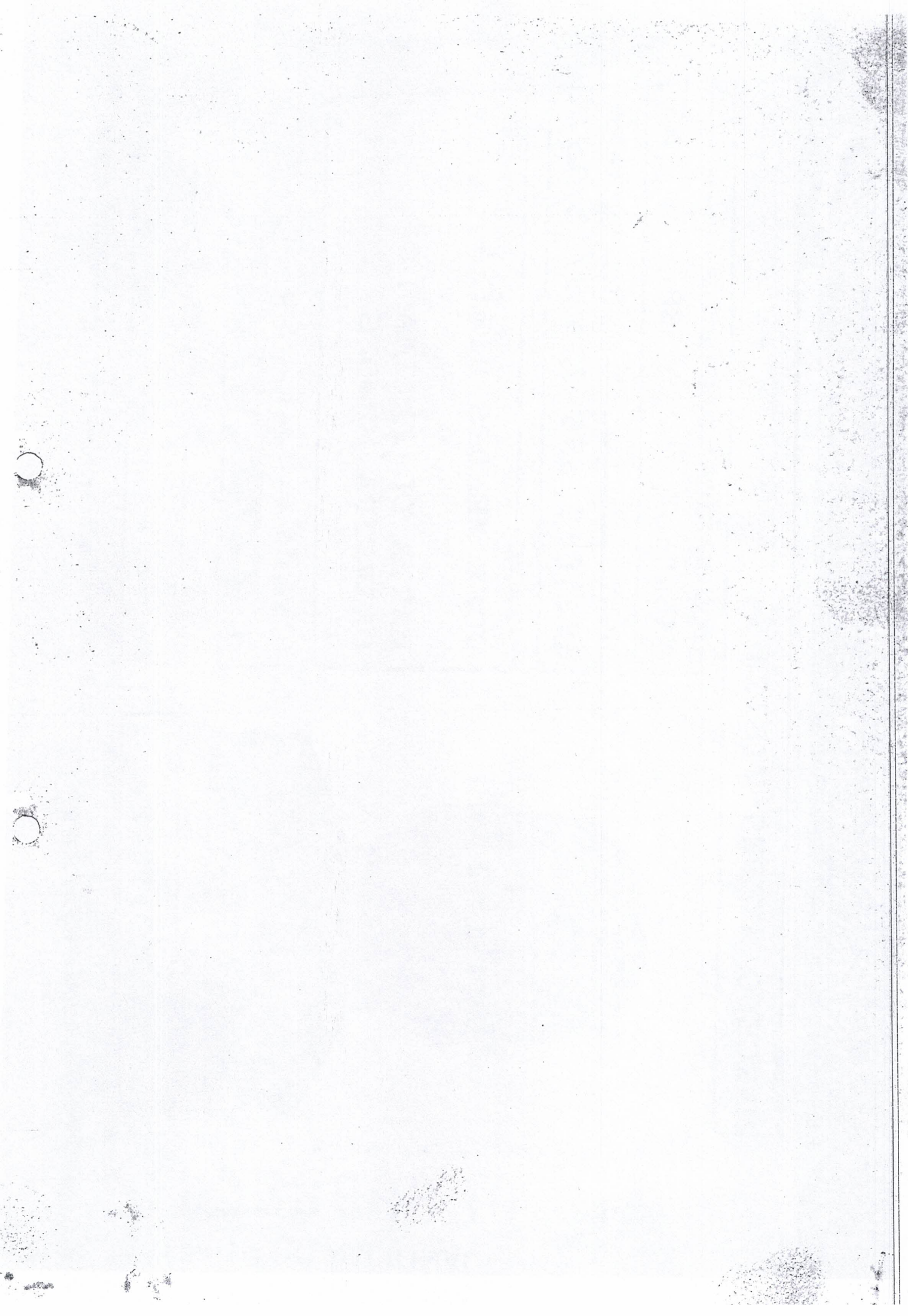
13

VALIDADE

27/02/2025

1ª EMISSÃO

05/02/1999



MARCELO MENDES VIEIRA
AVENIDA TRINTA E UM 1760 CASA
CENTRO
38300-104 - ITUIUTABA - MG

ITUIUTABA, MG 24 de FEVEREIRO de 2025

Prezados Senhores,

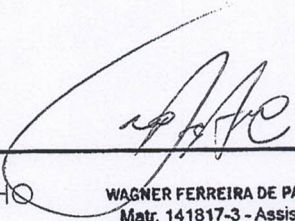
Informamos que a LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CNPJ: 18.152.272/0001-72, possui Conta Corrente Pessoa Jurídica em situação ativa nr 3171/1292/000577522992-0, em nossa instituição CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – Agência Pontal do Cerrado em Ituiutaba-Mg.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração

WAGNER FERREIRA DE PAULA FILHO

ASSISTENTE DE VAREJO

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL


WAGNER FERREIRA DE PAULA FILHO
Matr. 141817-3 - Assist. Varejo
Caixa Econômica Federal

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

DEPARTMENT OF ECONOMICS

PH.D. PROGRAM IN ECONOMICS

OFFICE OF THE DEAN
1100 S. MICHIGAN AVE.
CHICAGO, ILL. 60607

RECEIVED: 10/15/88 10:15 AM

10/15/88

TO: THE DEAN, UNIVERSITY OF CHICAGO
FROM: [illegible]
SUBJECT: [illegible]

10/15/88

10/15/88

Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Receita – receita@ituiutaba.mg.gov.br

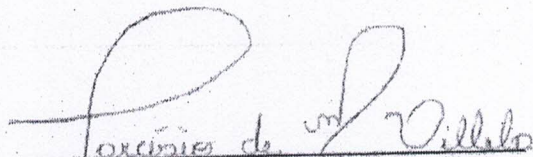
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIFICO, a pedido do interessado, que revendo nesta exatoria, constatei que não **EXISTEM DEBITOS EM ABERTO NESTA REPARTICAO** em nome de **LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob nº. **18.152.272/0001-72**, tendo a presente efeito de certidão negativa, contudo **RESSALVADOS** os direitos da Fazenda Municipal em cobrar dívida ou dividas que venham a ser apurada, de responsabilidade do contribuinte acima identificado.

Departamento de Receita da Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Ituiutaba(MG), 24 de Fevereiro de 2025.

VALIDADE: 30 DIAS



Tarcísio de Miranda Villela – Mat. 4798
Chefe da Seção de Gestão Tributária

SECRET

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

DEBITOS

CONFIDENTIAL POSITIVA CON EFECTO DE NEGATIVA DE

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL

CONFIDENTIAL



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alvará Nº: 1608 / 2025

Inscrição Municipal
19222

CCM
19222

CNPJ/CPF
18.152.272/0001-72

FICA CONCEDIDO A
LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL

NOME FANTASIA

LICENÇA PARA SE ESTABELECEER

Avn 31, 211.
SETOR SUL
38300-039 ITUIUTABA/MG

ATIVIDADE PRINCIPAL

ATIVIDADES ASSISTENCIAIS BENEFICENTES FILANTRÓPICAS E CULTURAIS LIGA DE FUTEBOL

Descrição Atividade

Organização e exploração de atividades desportivas

Descrição Adicional

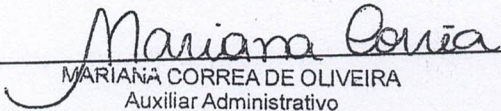
HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

De Segunda a Sexta-feira das 8:00 AS 18:00 e Sábado de 8:00 às 12:00 Horas

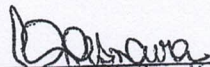
OBSERVAÇÃO:

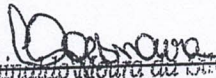
POSSUI DECLARAÇÃO DISPENSA LICENCIAMENTO Nº MGL 2203368016 - N.F. VALIDADE: 21/02/2026

| EXERCÍCIO | INÍCIO ATIVIDADE | Nº PROCESSO | ANO PROCESSO | VALIDADE | DATA EMISSÃO |
|-----------|------------------|-------------|--------------|------------|--------------|
| 2025 | 19/02/2003 | 38 | 2005 | 21/02/2026 | 23/04/2025 |


MARIANA CORREA DE OLIVEIRA
Auxiliar Administrativo
Mat. 16595
Sec. Municipal de Planejamento

AlvaraLicenca - Alvará de Licença para Funcionamento


Luciene Damás de Goes Moura
Fiscal de Postura


Aquilino Moura de Sá
Seção de F. Postura
Mat. 3080

23/04/2025

1970

GOBIERNO DE LA REPUBLICA DE EL SALVADOR
MINISTERIO DE SALUD PUBLICA
DIRECCION GENERAL DE HIGIENE Y SALUD

SECRETARIA DE SALUD
DIRECCION DE HIGIENE Y SALUD

OFICINA DE REGISTRO Y CONTROL DE MEDICAMENTOS

RECEPCION DE SOLICITUDES

RECEPCION DE SOLICITUDES DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS

RECEPCION DE SOLICITUDES DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS

RECEPCION DE SOLICITUDES DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS

RECEPCION DE SOLICITUDES DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS

SECRETARIA DE SALUD
DIRECCION DE HIGIENE Y SALUD
OFICINA DE REGISTRO Y CONTROL DE MEDICAMENTOS
RECEPCION DE SOLICITUDES DE REGISTRO DE MEDICAMENTOS





**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

| | |
|----------------|----------------------------|
| NOME..... | : JOAO BATISTA DE LIMA |
| REGISTRO..... | : MG-047975/O-8 |
| CATEGORIA..... | : TÉCNICO EM CONTABILIDADE |
| CPF..... | : ***.942.346-** |

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 10/04/2025 as 16:13:26.
Válido até: 09/07/2025.
Código de Controle: 895775.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

Este documento é propriedade exclusiva do Conselho de Contas do Estado de São Paulo e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do Conselho.

Conselho de Contas do Estado de São Paulo

Av. Paulista, 1568 - 15º andar

05508-900 - São Paulo, SP - Brasil

Este documento é propriedade exclusiva do Conselho de Contas do Estado de São Paulo e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do Conselho.

Conselho de Contas do Estado de São Paulo

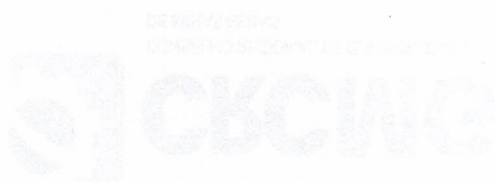
Av. Paulista, 1568 - 15º andar

05508-900 - São Paulo, SP - Brasil

Este documento é propriedade exclusiva do Conselho de Contas do Estado de São Paulo e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do Conselho.

Este documento é propriedade exclusiva do Conselho de Contas do Estado de São Paulo e não pode ser reproduzido sem a autorização expressa do Conselho.

Conselho de Contas do Estado de São Paulo



Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.152.272/0001-72
Razão Social: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
Endereço: AV TRINTA E UM 211 / CENTRO / ITUIUTABA / MG / 38300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 29/03/2025 a 27/04/2025

Certificação Número: 2025032900590208840477

Informação obtida em 10/04/2025 16:23:54

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

1. The first part of the report

describes the general situation of the country and the results of the survey.

2. The second part of the report

describes the results of the survey in detail.

3. The third part of the report

describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

4. The fourth part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

5. The fifth part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

6. The sixth part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

7. The seventh part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

8. The eighth part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

9. The ninth part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

10. The tenth part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

11. The eleventh part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

12. The twelfth part of the report describes the results of the survey in detail and the conclusions drawn from the survey.

Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Receita – receita@ituiutaba.mg.gov.br

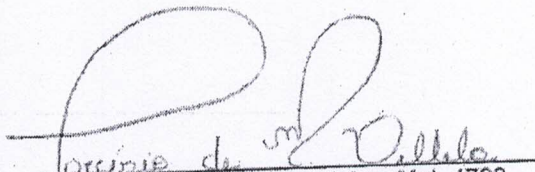
CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIFICO, a pedido do interessado, que revendo nesta exatoria, constatei que não **EXISTEM DEBITOS EM ABERTO NESTA REPARTICAO** em nome de **LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL**, inscrito(a) no CPF/CNPJ sob nº. **18.152.272/0001-72**, tendo a presente efeito de certidão negativa, contudo **RESSALVADOS** os direitos da Fazenda Municipal em cobrar dívida ou dividas que venham a ser apurada, de responsabilidade do contribuinte acima identificado.

Departamento de Receita da Prefeitura Municipal de Ituiutaba

Ituiutaba(MG), 22 de Abril de 2025.

VALIDADE: 30 DIAS


Tarcísio de Miranda Villela – Mat. 4798
Chefe da Seção de Gestão Tributária

Avenida 17, 1084 – Fones: xx(34) 3271 8100 cep : 38300132 – Centro – Ituiutaba – MG
www.ituiutaba.mg.gov.br
cpd@ituiutaba.mg.gov.br

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE DA LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL, CNPJ 18.152.272/0001-72, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2024 PARA O MANDATO DE 20/12/2024 À 20/12/2028, DADOS DE REGISTRO DO ÚLTIMO ESTATUTO: Livro A-3, Fls. 173, nº 1720, Data: 06/03/1998.

Aos 20 de Dezembro de 2024, as 19:00 hs, na sede da Liga Ituiutabana de Futebol, situada na Avenida Trinta e Um, nº 211, Centro, CEP: 38.300-104, nesta cidade de Ituiutaba/MG, reuniram-se os presidentes dos clubes amadores filiados à **LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL**, nos termos do estatuto em vigor, para deliberarem quanto a: **1) - ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA**. Com a palavra o senhor Presidente da Junta Eleitoral apresenta à Assembleia os candidatos aos cargos, dando início do processo eletivo, e após a constatação de que haveria apenas uma Chapa concorrendo ao pleito, por aclamação de todos os presidentes com direito a voto, foi apresentado pelo Senhor Presidente, o resultado, ficando assim composta a **DIRETORIA**: **Presidente: Tony Aparecido Gomes de Souza, Vice Presidente: Fernando Martins Pereira, Primeiro vice tesoureiro: Sidimar Pacheco de Freitas, Segundo vice tesoureiro: Daniela Aparecida Ferreira de Melo, Diretor de Comunicação: Vitor Amâncio de Paulo, Diretor Jurídico: Hudson de Freitas, Diretor Técnico: José Divino Gomes, Diretor Social: Vinicius da Silva, Secretário Geral: Michel Santos da Silva, Diretor de Marketing: Marcelo Mendes Vieira e Diretor de Competições: Charles, Diretor de Marketing: CONSELHO FISCAL: Efetivo: Rondinelli Suzigan Soares, Efetivo: Ricardo Tiburcio Mendes, Efetivo: Uilson Pereira Rosa, Suplente: Romes Miguel de Moraes, Suplente: Luciano Severino Muniz, Suplente: Isnaider Alves Pereira Guimarães**. Por fim, o Presidente, declara que as deliberações tomadas na assembleia geral em questão, observaram rigorosamente, o quórum previsto no estatuto social em vigor, e dá posse aos eleitos que terá o mandato com início em **20/12/2024** e término em **20/12/2028**. Passando a palavra para quem quisesse se manifestar e, na ausência de manifesto, como nada mais havia para ser tratado, agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a presente assembleia geral.

Ituiutaba-MG, 20 de dezembro de 2024.

Tony Aparecido Gomes de Souza
PRESIDENTE: Tony Aparecido Gomes de Souza, brasileiro, divorciado, educador físico, CPF: 01321316682, RG M- 4.621.627, residente e domiciliado na Av Trinta e três, nº 364, Setor Sul, CEP: 38.300-030, em Ituiutaba/MG.

Fernando Martins Pereira
VICE-PRESIDENTE: Fernando Martins Pereira, brasileiro, casado, promotor de vendas, CPF: 12025319622, RG MG 18382746, residente e domiciliado na Rua Vander Rodrigues Borges, nº 555, Bairro Novo Tempo 2, CEP: 38305192, em Ituiutaba/MG.

Sidimar Pacheco de Freitas
PRIMEIRO TESOUREIRO: Sidimar Pacheco de Freitas, brasileiro, casado, servidor público estadual, CPF: 035.114.536-23, RG M- 8.582.131, residente e domiciliado na Rua Cel. Manoel Vilela Andrade, nº 660, Bairro Maria Vilela, CEP: 38.301-064, em Ituiutaba/MG.

Daniela Aparecida Ferreira de Melo
SEGUNDO TESOUREIRO: Daniela Aparecida Ferreira de Melo, brasileira, casada, educadora física, CPF: 060.409.146-02, RG MG - 10.908.292, residente e domiciliado na Rua Guinhatã, nº 403, Bairro Pirapitinga, CEP: 38.307- 426, em Ituiutaba/MG.

Vitor Amâncio de Paulo
DIRETOR DE COMUNICAÇÃO: Vitor Amâncio de Paulo, brasileiro, união estável, comerciante, CPF: 042.810.676-55, RG M - 7492744, residente e domiciliado na Rua Alaide Alves Borges, nº 181, Bairro Camilo Chaves, CEP: 38.307- 783, em Ituiutaba/MG.



Charles
Marcelo Mendes Vieira
Rondinelli Suzigan Soares
Uilson Pereira Rosa
Romes Miguel de Moraes
Luciano Severino Muniz
Isnaider Alves Pereira Guimarães

EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

Hudson Freitas
DIRETOR JURÍDICO: Hudson de Freitas, brasileiro, casado, advogado, CPF: 046.623.786-30, RG 8.554.529, residente e domiciliado na Rua RD4, nº 33, Residencial Drumond, CEP: 38.303-305, em Ituiutaba/MG.

José Divino Gomes
DIRETOR TÉCNICO: José Divino Gomes, brasileiro, casado, servidor público estadual, CPF: 775.293.756-87, RG M 4.867.537, residente e domiciliado na Rua Tupinambás, nº 259, Bairro Bela Vista, CEP: 38.301-228, em Ituiutaba/MG.

Vinicius da Silva
DIRETOR SOCIAL: Vinicius da Silva, brasileiro, casado, industrial, CPF: 012.004.316-50, RG M - 7-202.807, residente e domiciliado na Rua Maria José Franco Gouveia, nº 164, Bairro Jardim do Rosário, CEP: 38.304-040, em Ituiutaba/MG.

Michel Santos Silva
SECRETÁRIO GERAL: Michel Santos Silva, brasileiro, solteiro, industrial, CPF: 06782029669, RG MG 11343679, residente e domiciliado na AV Trinta e três, nº 2076, Bairro Natal, CEP: 38300 030, em Ituiutaba/MG.

Marcelo Mendes Vieira
DIRETOR DE MARKETING: Marcelo Mendes Vieira, brasileiro, solteiro, pensionista, CPF: 89384865672, RG M469687, residente e domiciliado na AV Trinta e Um, nº 1760, centro, CEP: 38300104, em Ituiutaba/MG.

Charles Pires Pereira
DIRETOR DE COMPETIÇÕES: Charles Pires Pereira, brasileiro, solteiro, Vigia, CPF: 076.717.936-96, RG 119952956, residente e domiciliado na Rua Pedro Rodrigues Chaves, nº 314, CEP: 38.300-020, em Ituiutaba/MG.

Rondinelli Suzigan Soares
CONSELHO FISCAL: EFETIVO - PRESIDENTE: Rondinelli Suzigan Soares, brasileiro, união estável, industrial, CPF 066.475.816-93, RG MG 9184056, residente e domiciliado na Rua Gurinhata, nº 403, Bairro Pirapitinga, CEP: 38.307-426, em Ituiutaba/MG.

Ricardo Tiburcio Mendes
CONSELHO FISCAL: EFETIVO - VICE-PRESIDENTE: Ricardo Tiburcio Mendes, brasileiro, solteiro, porteiro, CPF: 087.006.376-61, RG 15074605, residente e domiciliado na Rua José da Silva Ramos, nº 449, Bairro Alcides Junqueira, CEP: 38.304-112, em Ituiutaba/MG.

Uilson Pereira Rosa
CONSELHO FISCAL: EFETIVO - Uilson Pereira Rosa, brasileiro, casado, aposentado, CPF: 638.890.996-53, RG M - 3.533.791, residente e domiciliado na Av C11, nº 431, Bairro Canaã, CEP: 38.303-305, em Ituiutaba/MG.

Romes Miguel de Moraes
CONSELHO FISCAL: SUPLENTE - Romes Miguel de Moraes, brasileiro, casado, motorista, CPF: 266.714.096-68, RG M 4.105.247, residente e domiciliado na Rua, nº 143, Bairro Buritis, CEP: 38., em Ituiutaba/MG.

Luciano Severino Muniz
CONSELHO FISCAL: SUPLENTE - Luciano Severino Muniz, brasileiro, casado, aposentado, CPF: 849.219.786-20, RG MG 5.941.279, residente e domiciliado na Av Trinta e Sete, nº 319, Bairro Setor Sul, CEP: 38.300-024, em Ituiutaba/MG.

Isnaider Alves Pereira Guimarães
CONSELHO FISCAL: SUPLENTE - Isnaider Alves Pereira Guimarães, brasileiro, casado, empresário, CPF: 038.182.046-75, RG M - 7.104.628, residente e domiciliado na Avenida Deputado Daniel de Freitas Barros, nº 2954, Bairro Universitário, CEP: 38.302-132, em Ituiutaba/MG.



EM BRANCO
SRTDPJ - ITUIUTABA-MG

BEL. JOÃO PAULO DE OLIVEIRA DINIZ
OF. SUBTO. - AUT. P/PORT
INT Nº 02/2020/SRTDPJ/ITBA-MG

Protocolo: 65367 | Registro: 1720 - AV 44
Livro A105 | Folha: 192/194 | Data: 10/04/2025
Código: Emol: R\$ 270,15 - Tfu: R\$ 90,44 - Recomp: R\$ 20,33 - Desp: R\$ 0,00 - ISS: R\$ 0,00
Valor Final: R\$ 380,92 - Código: 0107-7(1), 6701-7(1), 8101-8(2)

PODER JUDICIÁRIO - TJMG - CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA
SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS
SELO DE CONSULTA: JUL18380
CÓDIGO DE SEGURANÇA: 7458.8778.1636.9810
Quantidade de atos praticados: 7
Atos) praticado(s) por: Maria Clara Oliveira Santos - Oficial Interina
Emol: R\$ 290,48 - Tfu: R\$ 90,44
Valor Final: R\$ 380,92
Consulte a validade deste Selo no site: <https://selos.tjmg.jus.br>





VALDAEMOCDO E TERRITÓRIO NACIONAL

MG-A-667.687

22/0

DATA DE
ENTREGA

PARCELO ITIUNDES VIEIRA

JOSE HENDES VIEIRA

MARIA DE FATIMA DE O HENDES

VALIDEZ

11/11/2008-MG

MASC. LV-A-91 FL-142

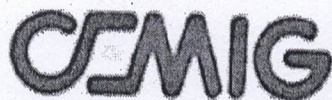
11/11/2008-MG

11/11/2008-MG

WILMA MARIA SANTOS
ASS. JURADG. D. 100

Signat

11/11/2008-MG



Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica

CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.100/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322136.0087

AV. BARBACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - BAIRRO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

JOAO PEDRO LUIZ DA SILVA

RUA MARIA JOSE FRANCO GOUVEIA
164 CSJARDIM DO ROSARIO
ITUJUBA - MG

CEP: 38304040

CPF: 240.900.000-00

Nº DO CLIENTE: 7003166362

| Nº da Instalação | Subclasse | Classe |
|----------------------|--------------------------------|------------|
| 3002271330 | Residencial
Baixa Renda BPC | Monofásico |
| Data de Leitura | | |
| Anterior | Atual | Próxima |
| 26/02 | 25/03 | 24/04 |
| Modalidade Tarifária | | |
| Tarifa Convencional | | |

Controle: 3202/805268/0012 Data da impressão: 25/03/2024 10:45:13
NOTA FISCAL: 133462771 Série: 000 Data de emissão: 25/03/2024Chave de acesso: 31240306981180000116660001334627712057732540
EMITIDA EM CONTINGENCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica

Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

| Tipo de Medição | Medição | Leitura Anterior | Leitura Atual | Constante de Multiplicação | Consumo kWh |
|------------------|--------------|------------------|---------------|----------------------------|-------------|
| Energia Elétrica | AMF123038558 | 21560 | 21652 | 1 | 92 |

| Descrição | Unid. | Quant. | Preço unit. | Valor | PIS/COFINS | Base Calc. ICMS | Alíquota ICMS | ICMS | Tarifa unit. |
|-----------------------|-------|--------|-------------|--------|------------|-----------------|---------------|------|--------------|
| até 30 | kWh | 30 | 0,28673702 | 8,58 | 0,32 | 8,60 | 18,00 | 1,54 | 0,2240501 |
| 31 a 100 | kWh | 62 | 0,49166746 | 30,42 | 1,15 | 30,45 | 18,00 | 5,47 | 0,3841001 |
| Custeio Ilum. Pública | | | | 16,47 | | | | | |
| Preço tarifa integral | | | | 29,77 | 1,40 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |
| Tarifa líquida | | | | -28,37 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | |

1974 10 10

1974 10 10

1974 10 10

1974 10 10

1974 10 10

1974 10 10

1974 10 10

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO



IMPRESSÃO DA DITA



Impressão da Seta

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Form with fields for personal information, including name, date of birth, and address. The text is mirrored and appears to be a scan of a document with a watermark or bleed-through.

LETICIA ALESSI MACHADO RODRIGO

ASSISTENTE SOCIAL

DATA DE NASCIMENTO: 11/11/1976

DATA DE EXPIRAÇÃO: 11/11/2001

VALIDADE EM TODOS OS TERRITÓRIOS NACIONAIS

SETOR DE CONVÊNIOS

PROCESSO Nº 3416/2025

À **Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer**, para que seja aprovado o plano de trabalho, especificando o interesse público e relevância social da proposta conforme artigo 2º da lei 13.019/2014.

Indicar o fiscal e o gestor que irão acompanhar a execução do plano de trabalho com nome, cargo, matrícula e assinatura do mesmo.

O processo se trata de recurso proveniente de Emenda Impositiva do Vereador, Edmar José Alves Machado no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para ser utilizado como CUSTEIO pela entidade.

Em seguida devolver a esse setor.

Ituiutaba, 24 de abril de 2025.

Thamiris Elias Rosa
Mat. 828

1981 1982
1983 1984

1985 1986

1987 1988

1989 1990

1991 1992

1993 1994

1995 1996

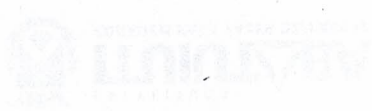
1997 1998

1999 2000

2001 2002

2003 2004

2005 2006



PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 3416/2025

PARECER TÉCNICO

OBJETO: Planejamento, consultoria, e assessoria desportiva, desenvolvimento, apoio logístico, marketing esportivo e demais atividades ligadas ao desporto municipal. Organizar, dirigir, administrar, coordenar, orientar e supervisionar o desporto amador de Ituiutaba.

Referência: Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento
Organização da Sociedade Civil: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL.
CNPJ: 18.152.272/0001-72

Endereço: Avenida Trinta e Um, nº 211, Centro.

Objeto proposto: Planejamento, consultoria, e assessoria desportiva, desenvolvimento, apoio logístico, marketing esportivo e demais atividades ligadas ao desporto municipal. Organizar, dirigir, administrar, coordenar, orientar e supervisionar o desporto amador de Ituiutaba.

Valor total do repasse: R\$100.000,00

Período: Exercício de 2025.

Tipo da Parceria: Fomento

PARECER TÉCNICO – JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade **LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL**.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade do Município de Ituiutaba suprir atividades concernentes ao âmbito **esporte local**.

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local, de ofício.

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas

1
102

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

...the ... of the ... and ...

PREFEITURA DE ITUIUTABA

pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Considerando que, após análise acurada feita em âmbito local constatamos que se trata de singularidade do objeto da parceria, uma vez que a entidade vai atender aos objetivos do município apoiando as atividades ligadas ao desporto municipal.

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Passamos a apresentar as razões pelas quais entendemos relevante a formalização de instrumento de parceria perante a entidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.



10

... e a ...

... e a ...

... e a ...

... e a ...

CONCLUSÃO

... e a ...

... e a ...

... e a ...

... e a ...

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então procedera dispensa ou inexigibilidade para tanto.

Neste ínterim, tendo em vista que, após análise acurada, observamos que é necessária a criação da Lei Municipal, ao qual enquadrará a questão na Lei 13.019/2014, em seu art. 31, II, em hipótese de inexigibilidade de chamamento público:

“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)

(...)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3o do art. 12 da Lei no 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014).”.

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada ao cumprimento de finalidades ínsitas ao setor **esportivo municipal**, bem como, por razões de ordens variadas, há incapacidade momentânea do poder público cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente neste campo, de ofício.

DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

Análise do Plano de Trabalho relativamente:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta apresentada pela entidade, apresenta todos os elementos pertinentes ao **Termo de Fomento** e dão clareza na execução de trabalho, podendo, por esta comissão, ser considerada apta e aprovada.

...the ... of ...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

...

PREFEITURA DE ITUIUTABA

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.

c) da viabilidade de sua execução:

O Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.

d) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em **01 parcela** ou na conveniência da administração municipal.

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

A parceria será fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento prevista na **Portaria nº 31/2025** e serão avaliados em suma o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade, através de pesquisas.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Das análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva.

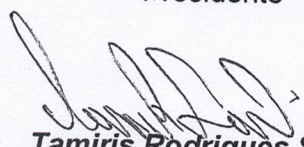
PREFEITURA DE ITUIUTABA

Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário prescrito em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos ao setor competente empreender todas as cautelas necessárias para a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

S. M. J, este é o Parecer.

Ituiutaba/MG, 14 de maio de 2025.


Thamis Elias Rosa
Presidente


Thamis Rodrigues Santos
Membro

RECEBUE
LE 10/05/1957

[Signature]

RECEBUE
LE 10/05/1957

[Signature]

LE 10/05/1957

RECEBUE

Le 10/05/1957, j'ai reçu de vous la lettre du 05/05/1957, par laquelle vous m'informez que vous avez l'honneur de m'adresser, en vue de l'élaboration d'un rapport, les documents que vous m'avez indiqués. Je vous en remercie et vous prie d'agréer, Monsieur, l'assurance de ma haute considération.

LE 10/05/1957



PARECER JURÍDICO Nº 408/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 3416/2025

Assunto: TERMO DE FOMENTO – PLANO DE TRABALHO – CUSTEIO DE ATIVIDADES DE ESPORTE – EMENDA IMPOSITIVA

1. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo em que a Requerente LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL solicita a **disponibilização de recursos oriundos e Emenda Impositiva** no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para custeio conforme Plano de Trabalho apresentado (fls. 05/08).

Acompanha o requerimento os documentos de fls. 03/100.

Em fls. 101 o Setor de Convênios do Município solicitou a aprovação do Plano de Trabalho e a indicação de Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho, sendo os recursos provenientes de **Emenda Impositiva** do Ilmo. Vereador há época EDMAR JOSÉ ALVES MACHADO.

Em fls. 2v restou aprovada a relevância do Projeto e indicados o Gestor e Fiscal do Contrato pela Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer.

Tendo sido proferido Parecer Técnico pela viabilidade do Termo de Fomento em fls. 102/106.

Este é o breve relatório.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, mister se faz esclarecer que compete à Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral zelar pela legalidade dos atos da Administração Municipal, propondo medidas que visem à correção das ilegalidades eventualmente encontradas, nos termos do artigo 16 da Lei Municipal Complementar nº 150/2017.

Ato contínuo, é válido ressaltar que o Parecer Jurídico **não é ato vinculativo**, não cabendo a Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral analisar a viabilidade econômica e orçamentária das solicitações encaminhadas pelas Secretarias



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Municipais, sendo de responsabilidade do administrador que empenha os recursos tal análise. Neste sentido:

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Compulsando-se os autos, verifica-se que a entidade solicita a celebração de Termo de Fomento para receber Emenda Impositiva no valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. (grifos nossos)

Ato contínuo, a Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece as normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, determina que:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

(...)

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

(...)

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução

The first of these is the fact that the Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.

The second of these is the fact that the Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.

The third of these is the fact that the Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.

and

The Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.

The Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.

and

The Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.

The Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.

The Commission has not yet received any information from the Government regarding the progress of the investigation into the alleged involvement of the Government in the activities of the Committee.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

(...)

Art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias; (...)

No âmbito municipal, o Decreto nº 8.169/2016 que regulamenta as disposições da lei federal, dispõe que:

Art. 10 – São instrumentos mediante os quais serão formalizadas as parcerias de que trata este decreto:

(...)

II – termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública do Município de Ituiutaba com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 12. Compete ao Chefe do Poder Executivo do Município de Ituiutaba:

(...)

II - celebrar ou autorizar a formalização do termo de colaboração e de fomento e os acordos de cooperação; (...)

Estabelece ainda o Decreto Municipal os requisitos para a celebração dos Termos de Fomento no art. 13, em concordância ao estipulado no art. 33 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014.

Conforme despacho da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer (fls. 2v):

“(...) Cientes. Somos favoráveis. (...)”

Em relação às Emendas Impositivas, é importante esclarecer que se trata de instrumento onde os Vereadores Municipais podem apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual, destinando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições, as quais possuem caráter obrigatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Válido pontuar que a Emenda nº 48 à Lei Orgânica do Município acrescentou o artigo 82-A determinando a **obrigatoriedade de execução** da emenda parlamentar orçamentária individual, veja-se:

Art. 82-A – É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

(...)

§5º - A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crime de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.

(nossos grifos)

Isso significa dizer que, compete ao Vereador Municipal destinar o recurso à entidade por ele selecionada e **apenas a execução pelo Poder Executivo**, sob pena de **crime de responsabilidade**.

Em igual sentido, os valores são destinados para finalidade específica, neste caso, não podendo o Poder Executivo direcioná-los à finalidade diversa daquela determinada pela Câmara de Vereadores.

Ora, estando atestada a inexistência de discordância entre o órgão fiscalizador do Termo de Fomento (Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer), tem-se que não há óbice a formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Ato contínuo, concluiu o Parecer Técnico do Setor de Convênios do Município (fls. 105) que: “(...) concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva (...)”.

Neste sentido, ENTENDEMOS pela legalidade e viabilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Pontua-se que, **não compete à Procuradoria Geral do Município a análise ou verificação da viabilidade financeira-orçamentária do Plano de Trabalho**, competindo ao ordenador da despesa, no caso, a Câmara Municipal e o Secretário Municipal, o acompanhamento de tal viabilidade em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

3. CONCLUSÃO

Portanto, considerando o despacho favorável da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Setor de Convênios do Município, entendemos que o Termo de Fomento é o instrumento jurídico adequado, o qual deve observar a legislação de regência,

Constitui-se o Conselho Municipal de Educação e Cultura, órgão de assessoramento à Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de estudar e propor medidas para a melhoria da educação e cultura da comunidade.

3. COMPOSIÇÃO

3.1. Presidente

O Presidente do Conselho Municipal de Educação e Cultura será eleito dentre os membros do Conselho, por voto direto e secreto, em sessão pública, para um mandato de dois anos, renovável por igual período.

O Presidente do Conselho Municipal de Educação e Cultura será eleito dentre os membros do Conselho.

O Conselho Municipal de Educação e Cultura será composto por membros de diversas áreas da comunidade.

3.2. Membros do Conselho

O Conselho Municipal de Educação e Cultura será composto por membros de diversas áreas da comunidade, nomeados pelo Poder Executivo Municipal, para um mandato de dois anos, renovável por igual período.

O Conselho Municipal de Educação e Cultura será composto por membros de diversas áreas da comunidade.

O Conselho Municipal de Educação e Cultura será composto por membros de diversas áreas da comunidade, nomeados pelo Poder Executivo Municipal, para um mandato de dois anos, renovável por igual período.

3.3. Competências

O Conselho Municipal de Educação e Cultura terá as seguintes competências: estudar e propor medidas para a melhoria da educação e cultura da comunidade.

3.4. Funcionamento

O Conselho Municipal de Educação e Cultura funcionará de acordo com o regulamento interno, aprovado pelo Conselho.

3.5. Regimento Interno

O Conselho Municipal de Educação e Cultura terá um regimento interno, aprovado pelo Conselho, que estabelecerá as normas de funcionamento.

O Conselho Municipal de Educação e Cultura será composto por membros de diversas áreas da comunidade.

O Conselho Municipal de Educação e Cultura será composto por membros de diversas áreas da comunidade, nomeados pelo Poder Executivo Municipal, para um mandato de dois anos, renovável por igual período.

3.6. Disposições Finais

As disposições finais deste regulamento serão estabelecidas pelo Conselho Municipal de Educação e Cultura.



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

qual seja Lei Federal nº 13.019/2017, Decreto Municipal nº 8.169/2016 e Lei Municipal nº 4.380/2015.

É o parecer. S.M.J

Ao **SETOR DE CONVÊNIOS**.

Ituiutaba/MG, 15 de maio de 2025.

Luiz David Lara Filho

Procurador Adjunto

Processo Administrativo e do Contencioso

Российская Федерация
Государственный архив
Гор. Москва



Удостоверение личности
№ 1234567890
Выдано 12.12.2021

Подпись: _____
Должность: _____



Исполнительный директор
В.И. Иванов

PREFEITURA DE ITUIUTABA

TERMO DE FOMENTO Nº XXX/2025 (MINUTA)

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ITUIUTABA/MG, POR INTERMÉDIO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITUIUTABA E A LIGA ITUIUTABANA
DE FUTEBOL.

O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG, inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.457.218/0001-35, com sede na Praça Cônego Ângelo, s/nº, Centro, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Prefeita **LEANDRA GUEDES FERREIRA**, e o **LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL**, inscrito no CNPJ sob nº 18.152.272/0001-72, com sede na Avenida 31, nº 211, Centro, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado por seu Presidente **TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentaria Anual, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e respectivo decreto regulamentar, e pela **Lei Municipal nº xxxxx, de xx de xxxxx de 2025**, consoante o processo administrativo nº 3416/2025 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente TERMO DE FOMENTO, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, em razão da singularidade e em virtude da **Lei Municipal nº xxxx, de xx de xxxxx de 2025**, tem por objeto planejamento, consultoria, e assessoria desportiva, desenvolvimento, apoio logístico, marketing esportivo e demais atividades ligadas ao desporto municipal. Organizar, dirigir, administrar, coordenar, orientar e supervisionar o desporto amador de Ituiutaba, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante indissociável do presente TERMO DE FOMENTO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...

...de la ...
...de la ...
...de la ...
...de la ...
...de la ...

...de la ...

...de la ...

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Parágrafo Único – O Plano de Trabalho poderá ser revisto, mediante termo aditivo ou certidão de apostilamento, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o plano de Trabalho deste TERMO DE FOMENTO aprovado pela **Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste TERMO DE FOMENTO, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014;

b) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;

c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE FOMENTO a conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

d) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

e) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

f) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

g) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

h) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

i) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

j) é vedada a realização de pagamento antecipado com recursos de parceria.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

b) fornecer informações para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

d) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

CLÁUSULA QUARTA- DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO

4.1 – A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução do presente Termo dar - se - à pelas Servidoras: GESTOR: Lucas Souza Pereira; Matrícula: 15802; Cargo: Chefe de Seção de Fomento ao Esporte e ao Lazer e FISCAL: Andressa Matos Pereira; Matrícula: 4237; Cargo: Assessor III.

4.2 – O Fiscal do Termo deverá emitir relatório, bem como, atestar a execução do objeto do termo e identificar se ele está de acordo com o Plano de Trabalho.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R\$100.000,00 (cem mil reais), oriundo de emenda impositiva.

- Vereador Edmar Machado - R\$100.000,00

TOTAL – R\$100.000,00 (cem mil reais).

5.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração/termo de fomento, recursos no valor de até R\$100.000,00 (cem mil reais). Correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

(OBS: AINDA NÃO INFORMADA)

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

6.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

6.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

6.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

6.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV – no ato efetivo do pagamento verificar-se-á todas as regularidades fiscais formais.

6.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

7.1 – O presente TERMO DE FOMENTO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

7.3 – Os recursos transferidos poderão ser utilizados para realizar os pagamentos nos termos do Plano de Trabalho Anexo.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente TERMO DE FOMENTO vigorará até 31/12/2025, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

8.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA NONA –DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

PREFEITURA DE ITUIUTABA

9.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE FOMENTO;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - extrato da conta bancária específica;

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

VII –Relatório de execução Físico – Financeiro;

VIII – Relatório de Execução da Receita e da Despesa;

IX – Relação de Pagamentos;

X –Relação de Conciliação Bancária;

XII – Outros documentos que a Comissão de Seleção, Monitoramento, avaliação e prestação de Contas julgarem necessários.

§ 1.º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3.º - Para análise periódica da execução do objeto a prestação de contas financeira deverá ser apresentada MENSALMENTE para prévia análise junto à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, apresentando relação de pagamentos efetuados, faturas, duplicatas, recibos de pagamento de autônomos, guiam de recolhimento de encargos sociais ou de tributos, ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa e ainda a conciliação bancária conjuntamente com o extrato bancário mensal e aplicações financeiras.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

10.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE FOMENTO.

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

1 - A redação do inciso I do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

2 - A redação do inciso II do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

3 - A redação do inciso III do art. 1º passa a ser a seguinte:

4 - A redação do inciso IV do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

5 - A redação do inciso V do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

6 - A redação do inciso VI do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

7 - A redação do inciso VII do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

8 - A redação do inciso VIII do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

9 - A redação do inciso IX do art. 1º passa a ser a seguinte:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

Art. 1º - A Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo (CCJ) do Senado Federal, no âmbito de suas atribuições, aprovou o presente Projeto de Lei, com as seguintes alterações:

PREFEITURA DE ITUIUTABA

10.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de

1. The first part of the document is a letter from the President of the United States to the Congress, dated January 1, 1861. It is a very important document, as it sets out the President's policy for the new year.

2. The second part of the document is a report from the Secretary of the Treasury, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the financial state of the country at the beginning of the year.

3. The third part of the document is a report from the Secretary of the Interior, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the interior of the country at the beginning of the year.

4. The fourth part of the document is a report from the Secretary of the Navy, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the Navy at the beginning of the year.

5. The fifth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the War at the beginning of the year.

6. The sixth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the State at the beginning of the year.

7. The seventh part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the War at the beginning of the year.

8. The eighth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the State at the beginning of the year.

9. The ninth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the War at the beginning of the year.

10. The tenth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the State at the beginning of the year.

11. The eleventh part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the War at the beginning of the year.

12. The twelfth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the State at the beginning of the year.

13. The thirteenth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the War at the beginning of the year.

14. The fourteenth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the State at the beginning of the year.

15. The fifteenth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the War at the beginning of the year.

16. The sixteenth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the State at the beginning of the year.

17. The seventeenth part of the document is a report from the Secretary of the War, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the War at the beginning of the year.

18. The eighteenth part of the document is a report from the Secretary of the State, dated January 1, 1861. It contains a detailed account of the state of the State at the beginning of the year.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

10.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

10.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da **Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

11.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 -O presente termo de colaboração/termo de fomento poderá ser:

I -denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II -rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

13.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

...the ...
...the ...
...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

...the ...

PREFEITURA DE ITUIUTABA

13.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração/Fomento.

13.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

13.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

13.5–Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste TERMO DE FOMENTO, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente TERMO DE FOMENTO ou qualquer alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Site Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 - Acrescenta-se ao Convênio ora aditado o “Anexo I – Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

16.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

16.3 – A alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente a prorrogação de prazo de vigência do ajuste, deverá ser previamente submetido à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

16.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes

In addition, the document highlights the need for transparency and accountability in all financial dealings. It states that all transactions should be clearly documented and that the responsible parties should be identified and held accountable for their actions.

The second part of the document provides a detailed overview of the various types of transactions that may occur. It includes a list of common transaction types, such as sales, purchases, and transfers, and explains how each type should be recorded and processed. It also discusses the importance of ensuring that all transactions are properly authorized and approved.

The third part of the document focuses on the specific procedures and controls that should be implemented to ensure the accuracy and reliability of the financial records. It outlines the steps for recording transactions, from initial entry to final review and approval. It also discusses the importance of having a system of internal controls in place to detect and prevent errors and fraud.

The fourth part of the document discusses the role of management in ensuring the integrity of the financial system. It emphasizes that management has a responsibility to establish a strong control environment and to ensure that all employees understand and follow the established procedures and controls. It also notes that management should regularly review the financial records to ensure their accuracy and reliability.

The fifth part of the document provides a summary of the key points discussed in the document. It reiterates the importance of accurate record-keeping, transparency, and accountability, and emphasizes the need for a strong system of internal controls. It also notes that management has a critical role to play in ensuring the integrity of the financial system.

The document concludes by stating that the goal is to ensure that the financial system is accurate, reliable, and free from fraud. It encourages all employees to take responsibility for their actions and to follow the established procedures and controls. It also notes that the system should be regularly reviewed and updated to reflect changes in the business environment.

The document is intended to serve as a guide for all employees involved in the financial system. It provides a clear overview of the requirements and procedures, and emphasizes the importance of following these guidelines to ensure the integrity of the financial system. It is hoped that this document will help to improve the accuracy and reliability of the financial records and to prevent fraud.

The document is a confidential document and should be handled accordingly. It contains information that is not to be shared with unauthorized personnel. It is the responsibility of all employees to ensure that this information is kept secure and that it is not disclosed to anyone who does not have a valid need to know.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

17.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração/termo de fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração/termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração/termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ituiutaba, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Ituiutaba, 16 de maio de 2025.

LEANDRA GUEDES FERREIRA
PREFEITA DE ITUIUTABA

TONY APARECIDO GOMES DE SOUZA
PRESIDENTE

DECLARACAO DE INTERESSE
DO(A) CANDIDATO(A) AO CARGO DE

DECLARACAO DE INTERESSE
DO(A) CANDIDATO(A) AO CARGO DE

Assinatura do(a) Candidato(a)

Eu, abaixo assinado, declaro que sou brasileiro nato, maior de idade, solteiro, sem antecedentes criminais, e que estou em pleno gozo dos meus direitos políticos, para concorrer ao cargo de

Assinatura do(a) Candidato(a)

DECLARACAO DE INTERESSE

Eu, abaixo assinado, declaro que sou brasileiro nato, maior de idade, solteiro, sem antecedentes criminais, e que estou em pleno gozo dos meus direitos políticos, para concorrer ao cargo de

Assinatura do(a) Candidato(a)

Assinatura do(a) Candidato(a)

Assinatura do(a) Candidato(a)

PREFEITURA DE ITUIUTABA

ANEXO I

DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018.

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...

...the ... of ...
...the ... of ...
...the ... of ...



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132

ITUIUTABA – MG -Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

PROCESSO: 3416/2025

ASSUNTO: Celebração de Termo de Fomento – emenda impositiva 2025

INTERESSADO: Liga Ituiutabana de Futebol

PARECER TÉCNICO Nº 131/2025 – CONTROLE INTERNO

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG – CGM, têm suas atribuições regulamentadas em legislação federal e municipal.

As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

I - DO RELATÓRIO

Foi encaminhado a Esta Controladoria PA 3416/2025, para análise da Minuta do Termo de Fomento a ser celebrado entre a Prefeitura de Ituiutaba-MG e **Liga Ituiutabana de Futebol**.

Em análise do pedido e Plano de Trabalho, verificamos que foi solicitado o repasse de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para atender as necessidades de custeio na manutenção das atividades da Liga Ituiutabana de Futebol.

O processo veio instruído com a aprovação do Plano de Trabalho pela Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer, Parecer Técnico e Parecer Jurídico, com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017, sendo esses os dispositivos legais que regulamentam, as parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal Direta e Indireta e as Organizações da Sociedade Civil.

É o breve relatório.

II – DA ANÁLISE

O Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias com OSC's, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexistência, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas OSC's em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.

Frente a documentação acostada aos autos, verificamos que foram anexados os documentos necessários para o prosseguimento da celebração do Termo de Fomento, conforme Decreto nº 8.362/2017, entretanto deverá ser observado o que segue:

- Informar a Dotação Orçamentária para constar no Termo de Fomento;



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132
ITUIUTABA – MG – Fone: (34) 3271-8120
e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

-Atualizar a certidão negativa de débitos junto ao FGTS.

Atualizar o alvará.

Por fim, ressaltamos que no momento da elaboração da Lei que autoriza o repasse, deverá ser observado que o Plano de trabalho atrelado as emenda impositivas informam recursos somente para CUSTEIO.

Ante o exposto, desde que atentos as observações, entende-se que o processo está revestido das formalidades legais atento ao que dispõe a Lei nº 13.019/2014, o Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017.

III - DAS EMENDAS IMPOSITIVAS

A priori, cabe atentar-se a Emenda nº 48 à Lei Orgânica do Município de Ituiutaba, de 24 de novembro de 2021, acrescentou o artigo 82-A ao referido normativo para tornar obrigatória a execução da programação de emenda parlamentar individual, o qual dispõe:

Art. 82-A – É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.
(...)
§5º - A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crimes de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável.
(Grifo nosso)

Frente o dispositivo legal exposto, entende-se que compete ao Vereador destinar o recurso à entidade por ele selecionada, cabendo ao Poder Executivo, tão somente a execução da programação orçamentária, nos termos do §5º do artigo 82-A, inclusive sob pena de crime de responsabilidade.

Observa-se que é de inteira responsabilidade do Vereador a escolha da entidade, a destinação dos valores, bem como todas as questões que envolvem o uso do dinheiro público para tais entidades, sendo oportuno atentar-se que o mesmo responde também por crime de responsabilidade, por força do art. 7º do Decreto-Lei nº 201/1967.

Assim considerando o caso concreto atrelado aos dispositivos legais e interpretações mencionadas, entendemos pela viabilidade de formalização da parceria via Termo de Fomento.

III - CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação anexa, a aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor, o Parecer Jurídico que opina pela legalidade formal e material de Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento e Parecer Técnico aprovando a



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 -- Centro -- CEP: 38300-132

ITUIUTABA -- MG - Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

proposta apresentada, esta Controladoria não vislumbra óbice ao prosseguimento do feito, desde que sejam sanadas as observações apontadas.

Ituiutaba, 20 de maio de 2025

Márcia Divina Rodrigues
Controladora Geral do Município

Copyright © 1994 by
The McGraw-Hill Companies

Printed in the United States of America

This book is a reproduction of the original work by the author. It is not to be used for any other purpose without the written permission of the publisher.



Copyright © 1994 by
The McGraw-Hill Companies

SETOR DE CONVÊNIOS

PROCESSO Nº 3416/2025

Em atenção ao parecer da Controladoria Geral do Município, foi juntado aos autos alvará atualizado em fls. 92.

Segue certidão atualizada junto ao FGTS

À Consideração Superior.

Ituiutaba, 22 de maio de 2025.


Thamis Elias Rosa
Mat. 828



CONFIDENTIAL

SECTION 101

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 18.152.272/0001-72
Razão Social: LIGA ITUIUTABANA DE FUTEBOL
Endereço: AV TRINTA E UM 211 / CENTRO / ITUIUTABA / MG / 38300-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 06/05/2025 a 04/06/2025

Certificação Número: 2025050601300208840404

Informação obtida em 22/05/2025 09:13:48

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

128

1. Name of the person: _____
 2. Address: _____
 3. City: _____
 4. State: _____
 5. Zip: _____
 6. Date of birth: _____
 7. Sex: _____
 8. Race: _____
 9. Religion: _____
 10. Education: _____
 11. Occupation: _____
 12. Marital status: _____
 13. Number of children: _____
 14. Name of children: _____
 15. Name of spouse: _____
 16. Name of parents: _____
 17. Name of siblings: _____
 18. Name of friends: _____
 19. Name of neighbors: _____
 20. Name of other contacts: _____

1. Name of the person: _____
 2. Address: _____



PREFEITURA

ITUIUTABA

Faz acontecer

Despacho - Proc. nº 3.416/2025

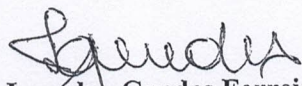
Em face ao requerimento recebido do **Liga Ituiutabana de Futebol-LIF**, CNPJ 18.152.272/0001-72, que por intermédio de seu Presidente Tony Aparecido Gomes de Souza, solicitou a formalização de parceria através da celebração de Termo de Fomento para a liberação de recurso proveniente de Emenda Impositiva do Vereador Edmar José Alves Machado no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), para custeio da associação, conforme plano de trabalho apresentado às fls.05 a 08.

O procedimento foi encaminhado à Sra. Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer, que analisou e despachou no processo nas fls.02 se manifestando favoravelmente ao Plano de Trabalho proposto e indicando os servidores designados para a gestão e fiscalização da execução.

Diante disso, em consonância com o parecer técnico da Comissão de Acompanhamento, o parecer jurídico de nº 408/2025 da Procuradoria Geral e o parecer nº 131/2025 da Controladoria Geral, **autorizo** o envio do Projeto de Lei à nossa Egrégia Casa Legislativa para possibilitar a formalização do Termo de Fomento e o repasse de recurso no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para a Liga Ituiutabana de Futebol.

Remeta ao Departamento de Elaboração, Atualização Legislativa e Atos Administrativos para as devidas providências.

Ituiutaba, 22 de maio de 2025.


Leandra Guedes Ferreira
Prefeita de Ituiutaba

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

1950

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

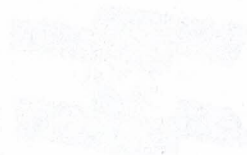
THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY



UNIVERSITY OF CHICAGO

LIBRARY